

ANA PAULA DOS SANTOS

**LAGO DE MEMÓRIAS:
A submersão das Sete Quedas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado) da Universidade Estadual de Maringá, Linha de Pesquisa: Fronteiras, populações e bens culturais sob a orientação da professora Dr^a.Sandra de Cássia Araújo Pelegrini como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

MARINGÁ
2006

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

Santos, Ana Paula dos
S237L Lago de memórias: a submersão das Sete Quedas/Ana Paula dos Santos. –
Maringá, 2006.
133 p.

Orientador: Profª. Drª. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, 2006.

1. Memória. 2. Experiência. 3. Cultura. 4. Populações. 5. Itaipu. I. Universidade
Estadual de Maringá. II. Título.

CDD 21.ed. 907.2
981.62
CDU 94(816.2)

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborado por Helena Soterio Beijo CRB-9ª/965

ANA PAULA DOS SANTOS

LAGO DE MEMÓRIAS:
A submersão das Sete Quedas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado) da Universidade Estadual de Maringá, Linha de Pesquisa: Fronteiras, populações e bens culturais sob a orientação da professora Dr^a.Sandra de Cássia Araújo Pelegrini como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Dissertação defendida e aprovada em 15 de dezembro de 2006, pela banca examinadora:

PROF^a.DR^a. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini –(Orientadora).

PROF. (a). DR. (a) . Silvia Helena Zanirato – (DHI –UEM)

PROF. (a). DR. (a). Geni Rosa Duarte – UNIOESTE.

À minha mãe, meu exemplo de amor maior, que na simplicidade de sua vida soube encaminhar os filhos. Muito obrigada pelas histórias contadas e pela bela lição de vida que me encorajou a seguir em frente

AGRADECIMENTOS

A realização de uma pesquisa não acontece sem a participação e colaboração de outras pessoas. O papel desempenhado por aqueles, que de diferentes maneiras tenha ajudado foi fundamental. Quando pensamos em agradecer pela produção de um trabalho, muitas vezes as palavras não conseguem expressar tudo que precisamos dizer e nem lembrar todos que precisamos agradecer.

A Deus, por ser luz em meu caminho, minha eterna gratidão. Sou grata ao meu pai José dos Santos. De maneira especial, minha gratidão e admiração a minha mãe Maria, mulher guerreira, cuja sabedoria e incentivo são estímulos para prosseguir na caminhada. Muito das histórias que aqui contei são suas também.

As palavras pouco poderiam traduzir minha gratidão a professora doutora Sandra de Cássia Pelegrini, minha orientadora, professora e amiga a quem aprendi a admirar, pela convicção, carinho, comprometimento e, sobretudo, pela competência com que me orientou durante todo o tempo. Suas interlocuções claras e seguras permitiram a organização coerente do material colhido, que resultou nesta dissertação.

Meus agradecimentos aos professores e funcionários do Programa de Pós – Graduação em História (PPH), em especial, minha gratidão a Professora doutora Hilda Pívoro, ser humano admirável, cujos sábios conselhos e conhecimentos transmitidos, estarão para sempre junto de mim.

Muitas questões levantadas na dissertação, devem-se a sugestões postas pela banca de análise para qualificação. Agradeço as Professoras Doutora Sílvia Helena Zanirato, Hilda Pívoro Standiniki, pela presença e disposição em apontar contradições e caminhos para o avanço na pesquisa.

Agradeço com o mesmo teor, à Professora Doutora Geni Rosa Duarte, do Departamento de História da UNIOESTE, pela presença na banca de defesa. Suas contribuições foram (e são), com certeza, muito preciosas.

De maneira especial, meus agradecimentos aos amigos do mestrado: Fernanda, Silvana, Mariana, Rosa, Edilaine, Rosângela e Altair, pelos momentos privilegiados que me proporcionaram e que ficarão sempre juntos de mim.

Também devo agradecer aos pescadores e pescadoras que se dispuseram a registrar seus testemunhos, João Lima de Moraes, José Gonçalves dos Santos,

Rosalvo Ferreira, Iraci Becker, José Machado, Pedro Machado. Vidas que foram fonte de inspiração para esta narrativa. Sem vocês este trabalho não teria o mesmo sentido.

Também não poderia deixar de registrar a ajuda de Ana Margarete Ames, Hagaídes de Oliveira, professor Volnecir Hoffmann, professora e amiga Elizabete Gonçalves, Maria Helena da Silva Thurman, Edilaine Villalba Ortiz, e Deusani Prates. Obrigado pelo constante incentivo e confiança no trabalho.

Devo ressaltar e agradecer a contribuição das diretoras, colegas e demais funcionários da Escola Municipal Amália Flores e Escola Estadual Eneil Vargas, pelo incentivo ao meu trabalho e pelo tratamento especial dado à minha condição de mestrandia.

Minha gratidão a todos os membros da minha família: José Carlos, Elaine, Jéferson, Everton, Genair Shirley, Valdivino, Jonias, Malvina, Pedro, Anderson, Gedair, Juarez, Dona Maria, Sidnei, e Flávio, pelo carinho e incentivo durante toda a fase deste trabalho.

Por último, não por ser menos importante, mas na tentativa de intensificar o registro de amor e carinho, a minha gratidão ao esposo Janeo, companheiro e amigo. Obrigado pelo constante incentivo e forte presença em minha vida.

A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição a vida, e só é justo cantar se o canto arrasta as pessoas e as coisas que não têm voz.

(Ferreira Gular)

RESUMO

A construção da hidrelétrica de Itaipu, na Região Oeste do Paraná, iniciada em 1974, provocou um impacto na vida de muitos homens e mulheres, que tiveram modificado o curso de sua história. A formação desse reservatório fez submergir espaços e paisagens. Lugares onde estavam depositados anos de vida foram forçosamente abandonados. Em Guaíra, um dos oitos municípios paranaenses diretamente atingidos pela construção da hidrelétrica de Itaipu Binacional, a história não foi diferente. Os Saltos das Sete Quedas configuram-se como um espaço repleto de significações na memória dos guairenses. É na análise dessas e outras formas de memória que vamos trilhar o caminho do presente estudo, na tentativa de compreender as percepções desse passado e, de certa forma, preservar os registros e as interpretações que esses cidadãos guardam do processo de edificação da hidrelétrica de Itaipu Binacional.

Palavras chaves: memória; experiência; cultura; populações; Itaipu.

ABSTRACT

The building of Itaipu power plant in 1974, in the west of the state of Paraná, Brazil, figured out as a rough impact in the lives of men and women which had the course their lives completely modified. This huge reservoiry formation sank down spaces and landscapes. Places which have been depositaries of many lives efforts were fiercely abandoned. In Guaíra, one of the eight cities of state of Paraná most directly affected by the building of Itaipu Binacional power plant, the story has been not different. Sete Quedas Falls shows itself plenty of signification in the memory of Guaíra citizens. Are these and other kinds of memories we are going to analyze and track down in the present study attempting to comprehend these past memories and, in certain way, preserve the recordings and interpretations pertaining to the people who eye witnessed the Itaipu Binacional power plant building process.

Key words: memory, experience, culture, populations, Itaipu.

LISTA DE ABREVIATURAS

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IAP- Instituto Ambiental do Paraná.

GIPs – Grandes Projetos de Desenvolvimento.

ISS – Imposto sobre serviços.

ICM – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

PTI - Parque Tecnológico Itaipu.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
UNIDADE 1	
1. ITAIPU BINACIONAL: O ESPETÁCULO DO MUNDO MODERNO	32
1.1. O limiar de um novo tempo: “memórias do poder”	40
1.2. Memórias às avessas: Itaipu nas vozes de pescadores.	50
UNIDADE 2	
2. A RESISTÊNCIA POSSÍVEL.....	67
2.1. Memórias Poéticas: Sete Quedas em poemas e canções.	68
2.2 No ventre das Águas: tesouros da memória.....	69
2.2. Ritual Quarup: “A poética do adeus”.	78
UNIDADE 3	
3. MEMÓRIA, PAISAGEM E COTIDIANO.....	91
3.1. A Interação entre homem e o meio.	96
CONCLUSÃO	116
CORPO DOCUMENTAL.....	120
BIBLIOGRAFIA.	123
ANEXO.	130

INTRODUÇÃO

“Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “absoluto” tear manual, o artesão “utópico” e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser condenadas em vida, vítimas acidentais (...)” (THOMPSON, 1987).

Abordar a história de uma cidade e de seus moradores é pensar um universo repleto de contradições. Dessa forma, escrever sobre a história de vida das pessoas que por ela passaram e viveram, narrar seus sonhos, suas lutas, suas conquistas, derrotas, paixões e encantos, é uma tarefa complexa.

Recontar as experiências daqueles que ajudaram a alicerçar a história de uma cidade, e por isso têm parte de sua vida também registrada na materialidade de suas “pedras” é, por certo, acreditar no direito que todos têm de ter sua história - por vezes, silenciada em certas narrativas - “guardada” na experiência íntima de cada ser. Trata-se, no mínimo, de uma tentativa de conservar vestígios de um passado de homens e mulheres repletos de experiências e valores.

A história que visamos reconstruir se inscreve nesta perspectiva. Buscamos recuperar parte da história dos moradores de Guaíra, que, durante as décadas de 1970/80, conviveram com transformações que viriam a modificar não somente as estruturas físicas da cidade, mas também o viver dessas pessoas. Mais especificamente, esta pesquisa visa realizar uma leitura dos significados da formação do reservatório de Itaipu e do desaparecimento das Sete Quedas para a

população do município de Guaíra, que vivenciou de forma incerta e, por vezes, violenta, o momento da mudança provocada pela chegada da técnica e do “progresso” trazidos por Itaipu.

A formação do reservatório de Itaipu no Extremo Oeste paranaense, em outubro de 1982, fez desaparecer inúmeras paisagens, lugares onde estavam depositados anos de história, cuja destruição significou para seus moradores a ameaça a seus referenciais, ou até mesmo a ruptura desses referenciais. Para os guairenses, o significado do projeto Itaipu é forte. Itaipu não representa apenas o moderno ou o progresso, ao contrário, sua construção é ainda hoje questionada por esses sujeitos que perderam espaços e paisagens, e por certo, vivenciaram transformações. Para os homens e mulheres que conviveram com esse tempo, presenciar a construção de Itaipu e a formação do seu reservatório significou, de certa forma, tornar-se um ser “subjugado” aos “caprichos” trazidos pela modernidade denominada Itaipu. Integrar esse contexto resultava deixar sob as águas momentos íntimos de experiências de vida.

Sete Quedas compreendia um conjunto de cachoeiras que tornava Guaíra uma cidade de grande potencial turístico, mas que foi submerso nas águas da represa de Itaipu, juntamente com 680 quilômetros quadrados de terras férteis localizadas em território paranaense. Hoje considerada a maior cachoeira submersa do mundo, Sete Quedas situava-se a cinco quilômetros do centro da cidade.

O encanto da beleza natural que as Sete Quedas proporcionavam aos turistas, numa caminhada de 2500 metros¹, era realmente algo fascinante, que motivava a inspiração poética para quem a conhecia. Para muitos, percorrer os arriscados caminhos que levavam às cachoeiras era de fato um passeio inesquecível, repleto de emoções, numa visão que permitia contemplar a paisagem da mata virgem e transpor várias pontes pênséis.

As sete principais quedas d’água totalizavam 114 metros de altura, fazendo com que os sons das águas que se precipitavam sobre suas rochas pudessem ser ouvidos a até 32 quilômetros de distância da cidade. Famosa por seu imenso volume de água e seus vários arco-íris, Sete Quedas era parte do Parque Nacional

¹ As sete quedas eram compostas por dezenove saltos. O passeio era iniciado pela sétima queda, onde havia três saltos assim denominados: Saltinho, Salto Floriano e Salto Thomaz Laranjeira. Na sexta queda encontravam-se: Salto Maria e Barreto Salto Rui Barbosa; na quinta queda o Salto Rabisco Mendes e o Salto Barão do Mauá. Os próximos saltos eram enumerados; Quarta Queda: Saltos 12, 11, 10. Terceira Queda: Saltos 1, 2, e 9. Segunda Queda: Saltos 3, 4 e 8. Primeira Queda: Saltos 5, 6 e 7.

das Sete Quedas², que compreendia uma área de 144.000ha. Criado em 30 de maio de 1961 pelo presidente João Goulart, o Parque Nacional foi extinto em 04 de julho de 1981 pelo presidente João Figueiredo, através do Decreto nº 88.071, tendo em vista a futura formação do lago de Itaipu e conseqüente submersão de parte do referido parque nacional.

A submersão das Sete Quedas significou a perda de referenciais afetivos que eram parte das identidades desses sujeitos. Ao transformar a paisagem, as águas do lago de Itaipu modificavam também a cidade e a vida de seus moradores. Para muitos, o fim do parque significou o desemprego, a falência de hotéis e outras casas comerciais. Sem perspectivas para o futuro, alguns se mudaram, deixando para trás toda uma história, familiares e amigos. Para aqueles que exerciam outras atividades nessa cidade (como os taxistas, vendedores, guias turísticos e fotógrafos) mais do que o lugar do trabalho, “perdeu-se” um espaço da convivência, da partilha da experiência e da sociabilidade.

A sociabilidade é aqui pensada como formas de convívio e os vários espaços onde ela se concretiza que viabilizam a criação de redes de relações em diversos campos, como assinala o sociólogo Jean Baechler. Para este autor, sociabilidade é a capacidade humana de estabelecer redes através das quais as unidades de atividades (casais, famílias, empresas, igrejas, etc.,) individuais ou coletivas, fazem circular as informações que exprimem seus interesses, gostos, paixões, opiniões...: vizinhos, públicos, salões, círculos, cortes reais, mercado, classes sociais, civilizações. Como indica o autor:

² Através do decreto 50.665 o Parque Nacional foi assim definido: A área do Parque será constituída pelo arquipélago fluvial situado no rio Paraná, de jusante da barra do rio Ivaí ao Salto das Sete Quedas, incluindo as ilhas e ilhotas situadas nos territórios dos Estados do Paraná e do Mato Grosso, entre elas as ilha Grande ou Sete Quedas e a dos Bandeirantes, acrescidas das faixas de terras compreendidas entre as estradas de ferro Maringá –Guaíra, o rio Piquirí, a jusante da futura ponte sobre esse rio na referida ferrovia e da que perlonga o rio Paraná, até o leito da estrada de ferro Guaíra- Porto Mendes. A referida área ficará limitada, ao Norte, pelo habitat dos índios Xetas e o rio Ivaí; ao Oeste por esse rio até a confluência do rio Paraná e, daí em diante, por esse rio até um ponto situado a um (1) quilômetro ao norte do Porto Camargo: ao Sul, por uma linha seca, ligando esse ponto as cabeceiras do arroio Duzentos e quinze, e, a Leste, por esse arroio em toda sua extensão.. Na época de sua criação era subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, sucedido pelo instituto Brasileiro de desenvolvimento Florestal - IBDF, este por sua vez foi sucedido, pelo IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Extinto em 04 de julho de 1981 pelo presidente João Figueiredo através do decreto nº 88.071, tendo em vista, entre outros motivos, a futura formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Motta, Maude N. Joslim e Campos, João Batista. Antecedentes Históricos de proteção ambiental as ilhas e várzeas do rio Paraná. In: *Parque Nacional de Ilha Grande (re) conquista e desafios* (org) João Batista Campos, Maringá: IAP-Instituto Ambiental do Paraná, 2º edição, 2001,p.20-21.

“Redes são laços, mais ou menos sólidos exclusivos, que cada ator social estabelece com outros atores, os quais estão também em relação com os outros atores, e assim por diante. (...) podemos pressentir que a amplitude (...) variará inteiramente conforme se tenha em consideração as redes de parentesco, de vizinhança e de classe” (BAECHLER, 2003, p. 77)

Espaço de sociabilidades, repleto de múltiplas experiências cotidianas, Sete Quedas tornou-se um território que desapareceu lentamente sob as águas represadas do lago. Para os moradores da cidade, Sete Quedas era uma paisagem singular, porque dela haviam se impregnado modos de viver. Assim, torna-se válido pensar a paisagem no viés apontado por Paul Claval, sobretudo porque a compreendemos como um elemento que:

“(...) carrega a marca da cultura e serve-lhe de matriz (...) a paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades. Ela é marcada pelas técnicas materiais que a sociedade domina e moldada para responder às convicções religiosas, às paixões ideológicas ou aos gostos estéticos dos grupos. Ela constitui desta maneira um documento chave para compreensão das culturas, o único que subsiste frequentemente para as sociedades do passado”. (CLAVAL, 2001, p.14)

Nesta direção, é necessário pensar Sete Quedas como uma paisagem cultural que, mesmo submersa há mais de vinte três anos, está imersa na cultura daqueles que a conheceram. A paisagem cultural é pensada, na perspectiva apontada por Denis Cosgrove (1998, p.98), como forma de ver historicamente construída e de perceber e vivenciar o mundo que desenvolvem determinados grupos sociais, fazendo com que o objeto natural se torne um objeto cultural, uma vez que lhe foi atribuído um significado; dessa forma, “O significado cultural é introduzido no objeto e também pode ligá-lo a outros objetos aparentemente não relacionados a ele na natureza” (Cosgrove, 1998: 103).

Pensada como paisagem cultural, Sete Quedas representa o “acúmulo das expressões e associações culturais que se definem sobre o espaço geográfico” (HOLZER, 1996, p. 110).

Todavia, pensar a paisagem cultural não é um exercício fácil, pois:

“a paisagem fala dos homens que a modelam (...) e a habitam atualmente, e daqueles que lhes precederam; informam sobre as necessidades e os sonhos de hoje, e sobre aqueles de um passado muitas vezes difícil de datar” (CLAVAL, 2001, p. 15).

A construção da usina de Itaipu provocou um impacto nos espaços físicos dos municípios envolvidos e também na vida de seus moradores. Natureza e cultura transformavam-se sob a “modernização” de Itaipu. Referências antigas, presentes no modo de viver dos moradores da região, foram deixadas sob as águas lago de Itaipu.

Todo esse processo alterou profundamente os modos de viver que haviam se tornado habituais na vida diária dos moradores, fazendo aflorar as ansiedades e inquietações³, como a persistência das memórias, para além da memória “oficial”, dos que vivenciaram essa experiência numa perspectiva diferente daquela dos tecnocratas, que viam em Itaipu a efetivação do progresso para a nação brasileira realizada pelos militares.

A dimensão do que Itaipu significava não se circunscrevia apenas ao desaparecimento da paisagem, mas implicava a transformação do cotidiano dos moradores da região; implicava em alterações de existências humanas distantes dos ideais ufanistas da época.

Assim, como outros moradores da região que tiveram suas vidas modificadas pela formação do reservatório de Itaipu, os moradores de Guaíra também presenciaram o momento da transformação da natureza, de modos de viver. Efetivamente vivenciaram as mudanças que alteraram as relações de identidade e pertencimento do grupo com o lugar.

Estes espaços e experiências, presentes na memória de antigos moradores, são importantes para a compreensão dos significados do impacto de Itaipu sobre esses sujeitos. Dessa forma, trabalhar com a memória dessas pessoas com o intuito de perceber a versão que carregam desse momento passado em suas vidas é imprescindível, sobretudo porque, como afirmou Michel Pollak em seu trabalho *Memória e Identidade social* (1989), a memória, como elemento constituinte da identidade individual e coletiva, é parte importante do sentimento de continuidade e

³ O Movimento “Justiça e Terra”, organizado por pequenos agricultores, representou um dos mais importantes movimentos políticos da região, capaz de fazer a direção da Itaipu recuar e rever os valores pagos pelas terras, obrigando muitas vezes, os seus dirigentes a receberem a comissão formada pelos agricultores.

de coerência de uma pessoa ou de um grupo em reconstrução de si. Não há possibilidade de construção da identidade isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade se dá em função do outro, em referência aos critérios de aceitabilidade e de credibilidade que se colocam por meio da negociação direta com os outros. Se é possível, como escreve Polak, o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. Nesse caso, é possível pensar memória e identidade como elementos resultantes de um processo que é recíproco, pois ambas são produtos de um mesmo procedimento que está em constante construção.

Pensar o conceito de identidade também não se constitui uma tarefa fácil. Tal raciocínio já fora apontado por Stuart Hall. Em seu livro “A identidade Cultural na Pós-modernidade” (2005), Hall chama a atenção para o fato de ser a identidade um conceito extremamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova. Na proposta do autor, citando o crítico cultural Kobena Mercer, “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (HALL, 2005, p. 8).

Dentre as várias questões propostas por Hall, destacam-se concepções de identidades discutidas a partir de sua história. Assim, o autor se ocupa com as mudanças conceituais pelas quais os conceitos de sujeito e identidade da tardia e da pós-modernidade emergiram. Destacam-se nesse percurso a concepção do sujeito do Iluminismo; a concepção do sujeito sociológico, e por último a do sujeito pós-moderno.

Como observa Stuart Hall, o sujeito do iluminismo baseava-se numa concepção da pessoa humana como um ser totalmente centrado e unificado, que já nascia definido com uma identidade. A identidade formada pela interação do eu e a sociedade é a premissa da concepção de sujeito sociológico. Por esse viés o ser é “formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem (2005, p. 11). A identidade então estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que estes habitam, tornando ambos unificados e predizíveis.

Todavia, como acentua Hall, mudanças estão ocorrendo. O sujeito, previamente vivido como portador de uma identidade unificada e estável, está se fragmentando, como resultado de mudanças estruturais e constitucionais.

“O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e mais problemático” (...) esse processo produz o chamado sujeito pós-moderno, conceptualizado não mais como portador de uma identidade única, essencial, fixa e permanente. A identidade (...) formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos (...), à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar ao menos temporariamente (Hall, 2005, pp. 12-13).

Poderíamos, então, afirmar que esta concepção desestabiliza certezas até então apreendidas como absolutas. Entretanto, essa assertiva adquire maior profundidade se apreendermos a memória e identidade como elementos integrantes da cultura, portadores de referenciais que contemplam o sentimento de continuidade de uma pessoa ou de um grupo e de pertencimento a um dado lugar. Nesse sentido, preferimos mais uma vez percorrer os caminhos apontados por Stuart Hall, quando propõe que pode ser tentador pensar as identidades não fixas, em transição, como aquelas que estão destinadas a “acabar num lugar ou noutro, ou retornando a suas ‘raízes’ ou desaparecendo através da assimilação e da homogeneização” (2005, p.88). Contudo, essa premissa pode ser, no dizer de Hall, um falso dilema. Para resolver tal impasse, o autor sugere outra possibilidade de leitura, a partir do conceito de tradução:

“Este conceito descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm forte vínculo com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas

interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas” (e não a uma “casa” particular)(...)” (2005, p.89.)

Daí pensar então a memória e identidade enquanto elementos da cultura em constante reflexão, que ao longo de seu percurso surgem como elementos que vão se (re)fazendo. Nesse caso, pensar a memória da formação do lago de Itaipu e a construção da hidrelétrica é voltar-se a uma perspectiva mais ampla e perceber a memória dos sujeitos aqui em questão (os guairenses) como elementos que, imersos em um contexto de transformação, estão num constante ir-e-vir no tempo e no espaço. Dessa forma, (re)elaboram suas identidades, suas memórias, inserindo-se como agentes sociais que vivem a história e guardam a versão do que representou e representa em suas vidas a construção da hidrelétrica de Itaipu.

Torna-se, dessa forma, imprescindível adentrar esse turbilhão de mudanças, que veio destruindo os resquícios da experiência de tantas pessoas e optar por um outro olhar, que se alicerce em apreender e tornar visível a história compreendida como as:“experiências de mulheres e homens que, mesmo sob determinadas condições”, vivenciaram um espaço, construíram sentidos e por vezes acreditaram na possibilidade de sua participação enquanto sujeitos de seu tempo (THOMPSON, 1991, p.54).

Para isso, tomamos como princípio a compreensão de que a cidade se constitui em um espaço repleto de significados, onde há sempre muito dela em seus moradores e muito desses na cidade. É nesse espaço que homens e mulheres constroem suas expectativas, seus laços afetivos e, muitas vezes, suas visões de mundo, significando e tornando-o um lugar de “sociabilidades”. Afinal, como propôs Michel Maffesoli, uma cidade não é composta somente dos desenhos de ruas e arquiteturas, ela é feita também de sonhos, segredos e interpretações que seus sujeitos fazem dela. A cidade é então um espaço construído “por sensações, odores, ruídos, lugares de encontros constitutivos dessa teatralidade cotidiana”, (MAFFESOLI, 1996, p. 277) repletos de significações. Assim, depreendemos que a memória da cidade é a memória dos seus moradores.

Ao seguirmos esta proposição de Maffesoli, procuramos buscar as percepções que os guairenses guardam da construção de Itaipu, pois esses sujeitos carregam consigo marcas profundas dessa experiência.

Nas palavras de antigos moradores do município, daqueles que migraram para essa região em busca de novas terras e perspectivas de vida para a família, nos anos de 1940, estão presentes as suas experiências do passado, vivências que são reelaboradas cotidianamente. As lembranças desses homens e mulheres são povoadas de espaços e lugares. São falas que ressignificam lugares, mas também, vão além dos espaços físicos e se reportam aos acontecimentos que marcam suas vidas, como a estagnação econômica, falta de trabalho, mudança de vizinhos, e muitas vezes, a busca incerta de amigos e familiares por novos lugares para viver e morar. São memórias de homens e mulheres, recompondo parte da história que não consta nos frios relatórios de Itaipu, mas está guardada e impregnada de sentidos nas lembranças dessas pessoas, portanto enraizadas na sua realidade social.

Neste sentido, nossa intenção é buscar, em registros orais e escritos, a memória desses sujeitos e, nesses fragmentos, reencontrar os sentidos e significações desse passado, para desta forma reaver o cotidiano dos sujeitos que compartilharam afetos e lutas. Por esse viés, talvez seja possível compreender Sete Quedas como espaço de múltiplas memórias que emergem de variadas experiências.

Estamos convictos de que é necessário perpassar a “grandiosidade” de Itaipu, para lançar novos olhares a outras histórias e outras memórias, esquecidas e perdidas em meio à imensidão da hidrelétrica. Nesta ótica, são válidas as afirmações de Déa Ribeiro Fenelon, quando a historiadora salienta a necessidade de tirar a história de esquemas que a aprisionam para conseguir compreender como se formaram os mecanismos de exploração e como se organizaram os homens para combatê-los, e “assim, recuperar caminhadas, programas fracassados, derrotas e utopias porque nada nos garante que o que triunfou foi sempre o melhor e que os projetos alternativos ou as lutas cotidianas ainda que perdedoras, não devem merecer também a nossa atenção de historiadores (...)” (FENELON, 1989, p.25).

Apontando-nos uma perspectiva de investigação que traga para a cena histórica, agentes sociais e realidades antes relegadas, valorizando-lhes o saber e experiência de vida, Déa Fenelon indica também que as realidades sociais não podem nem devem estar confinadas em modelos preestabelecidos.

Tal perspectiva norteia também o trabalho de Maria de Fátima Bento Ribeiro intitulado “Memória do Concreto: Vozes na construção de Itaipu”, em que ela analisa a memória dos agricultores desapropriados que tiveram suas terras alagadas; das

prostitutas da zona (local onde foi construída a vila dos trabalhadores de Itaipu), dos barrageiros marginalizados e esquecidos no final da obra arquitetônica. Problematizando diferentes vozes, a pesquisa leva a visualizar “uma luta que é surda dos sujeitos para a manutenção de uma memória, ao documentar os significados presentes na experiência vivida no cotidiano de grupos marginalizados” (RIBEIRO, 2002, p. 105-106).

Trabalhar na direção proposta por essa autora possibilita a produção de um conhecimento histórico que abarca a experiência humana, onde as pessoas podem se reconhecer como sujeitos sociais; Esta premissa também norteará a presente pesquisa, por possibilitar apreender as experiências dos agentes sociais e as várias leituras que estes fazem do vivido. Todavia, nossa intenção é compreender as singularidades do significado da construção da hidrelétrica de Itaipu para os moradores da cidade de Guaíra.

Nesse sentido, cabe esclarecer que a percepção e memória de uma outra categoria social guairense poderia ser tratada neste estudo. É o caso, por exemplo, dos agricultores expropriados, que após a formação do lago ficaram desnorteados, sem saber para onde ir. Muitos rumaram para o Paraguai - os denominados de brasiguaios - e hoje são rejeitados pelas duas pátrias. Membros de famílias migraram para terras da Amazônia e lá enfrentaram dificuldades de adaptação climática ou foram contagiados pela malária. Alguns agricultores remanescentes ao lago de Itaipu, após a formação do lago, com a mudança na paisagem e na economia local, foram submetidos a uma onda de violência, como o roubo de maquinários agrícolas em suas propriedades. Há também o caso dos desempregados que tiveram que se reorganizar com o fim de Sete Quedas, como os taxistas, hoteleiros e comerciantes em geral.

Tendo em vista, não obstante, que outros estudos já se colocaram a pensar os sujeitos e problemas citados acima⁴, privilegiamos pensar as implicações de Itaipu em Guaíra a partir da memória de pescadores e ilhéus, que contam, através da narrativa oral, experiências adquiridas ao longo de uma história de vida que se constrói em meio às redes lançadas ao rio, no cotidiano pesqueiro, edificado ao som das cachoeiras e do arriscado trabalho nas águas do rio Paraná.

⁴ Esses estudos são (MAIA, 1997), (RODRIGUES, 1991), (LIMA, 1997), (LEINDECKER, 1997) (LIMA, 1994), (AMES 2002). Trata-se de pesquisas realizadas durante a graduação especialização no Curso de História da UNIOESTE, (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) Campus de Marechal Cândido Rondon.

Optamos por realizar entrevistas temáticas por meio de um roteiro de questões previamente elaborado, de modo a sistematizar o trabalho. No entanto, a percepção das especificidades das fontes orais e o reconhecimento de que essa memória, muitas vezes, acaba sendo construída no decorrer dos depoimentos – como nos alerta Alessandro Portelli - indicaram a necessidade de que esse roteiro se mantivesse aberto às alterações necessárias ao encaminhamento das entrevistas.

O núcleo de entrevistados foi definido preferencialmente entre aqueles que tiveram seus modos de vida transformados pela construção de Itaipu: os pescadores e os moradores ribeirinhos, que estabeleceram uma relação direta e cotidiana com a paisagem local.

A transcrição das entrevistas foi realizada de modo a preservar os conteúdos e facilitar a compreensão das falas. Entretanto, por não concordamos com a idéia de transcrição da fala, pensamos não ser acertada a idéia de acrescentar ou excluir palavras às entrevistas. Sobre esta questão, Alessandro Portelli diz obedecer a apenas uma regra, mesmo reconhecendo que não é suficiente: a de jamais atribuir a alguém palavras que não tenha proferido. (1997, p.40).

As vozes de outros sujeitos guairenses também foram tomadas como fontes, à medida que indicaram outras interpretações acerca do fim das Sete Quedas. Poetas e cantores, mesmo diante de um contexto de intensa repressão política, conseguiram deixar registros de outras sensibilidades sobre o episódio e expressaram as dores, as lutas, os sonhos e conquistas desse momento.

Trabalhar com a literatura poética enquanto fonte documental nos instigou a desenvolver certas sensibilidades para apreendê-la como vestígios capazes de revelar experiências inseridas no contexto vivido durante e após a construção da hidrelétrica. Essa tarefa nos coloca o desafio de trabalhar a linguagem poética como “campo fértil para discutir a historicidade das sensibilidades e o processo de subjetivação” (MATOS, 2005, p.13).

Ao seguirmos as pistas deixadas por Maria Izilda Santos de Matos no livro “Âncora de emoções: corpos, subjetividades sensibilidades”, buscaremos palmilhar, assim como a historiadora, as trilhas que nos conduzem a uma perspectiva histórica que possibilite a ampliação do saber histórico e a recuperação de experiências pouco abordadas pela historiografia. Nessa perspectiva, tomaremos alguns poemas e versos de canções escritos por antigos moradores do município de Guaíra, pois

acreditamos que estes vestígios, dotados de múltiplas significações, captaram hábitos, valores, atitudes e contradições da realidade estudada. Desse modo, como sugeriu a referida autora, buscamos, através da análise atenta das fontes, perceber as diferentes formas de ler, as quais demonstram a capacidade do cantor e/ou poeta em captar emoções e sensibilidades que estiveram socialmente presentes no cotidiano da construção de Itaipu.

As lembranças afloradas na análise das entrevistas e nos poemas foram interpretadas e confrontadas também com outros tipos de fontes, como editoriais, matérias publicadas em periódicos (jornais e revistas) e discursos das autoridades políticas que se remetiam ao tema. Esses documentos, tomados como textos produzidos num dado contexto histórico e como expressão de interesses específicos, precisaram ser analisados mediante significados particulares, detalhes de sua linguagem e de sua intencionalidade. Nesses termos, Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas salientam que os documentos são portadores de discursos que não podem ser vistos como algo transparente ou neutro. A atenta observação da “forma do texto: o vocabulário, os enunciados, os tempos verbais etc” pode possibilitar a “desconstrução do discurso”, a compreensão das entrelinhas e análise do seu “conteúdo” (1997, p. 377).

Exposto isso, devemos lembrar que, de todos os impactos ocasionados pela construção de Itaipu, o desaparecimento de Sete Quedas tem sido muito pouco abordado. Existem vários estudos sobre Itaipu, todavia, a maioria deles ressalta a problemática do Estado, as repercussões socioambientais e estruturais da construção na Região Oeste do Paraná. Dessa forma, na maioria das vezes, mesmo não sendo objetivo dos estudos, a hidroelétrica tem aparecido como objeto e sujeito das análises.

Como afirmamos, parte significativa desses trabalhos estuda o impacto da construção da usina, destacando as desapropriações de terras, os efeitos da edificação sobre o município de Foz do Iguaçu. Nessa linha de abordagem, Edson Belo Clemente de Souza tende a debater a construção da Itaipu binacional circunscrita à porção brasileira, a partir de políticas públicas implementadas nas décadas de 1970 e 90; contudo, sua análise aborda os impactos da construção da usina sobre Foz do Iguaçu, município onde foi construída a hidrelétrica e onde os efeitos imediatos do empreendimento estatal são diretamente percebidos nas mudanças sociais e econômicas provocadas pelo crescimento populacional,

refletindo uma nova estruturação do município. Deste modo, Foz do Iguaçu é particularmente analisada enquanto imagem dos impactos da Itaipu e enquanto significado de pólo turístico para a região.

O estudo da geógrafa Daniela Feteira Soares intitulado “Paisagem e memória: dos Saltos de Sete Quedas ao lago de Itaipu” investiga particularmente as implicações do desaparecimento das Sete Quedas sobre o município de Guaíra, abordando desde os primeiros levantamentos e estudos para implantação e construção da usina hidrelétrica de Itaipu até a formação do lago e a submersão das Sete Quedas. Conceitos como grandes projetos de desenvolvimento (GIPS), paisagem primária, paisagem secundária, espaço econômico e espaço cultural nortearam a análise da autora. Neste trabalho, Sete Quedas é tratada como uma paisagem cultural, espaço de embates, terrenos contestados, onde diferentes opiniões a conceituam - de um lado um discurso dominante, representado pelos técnicos do setor elétrico, que vêem as quedas d’água e o próprio rio como potentes geradores de energia, e do outro, os grupos que atribuem a Sete Quedas uma valoração subjetiva, fundamentando-se numa representação simbólica que fazem dos saltos.

É importante reconhecer a importância do estudo desenvolvido pela geógrafa Daniela Soares, sobretudo porque é um dos poucos que abordam a problemática da construção de Itaipu e a submersão das Sete Quedas; entretanto enfatizamos que, embora a autora dialogue com outros campos das ciências humanas, é no referencial geográfico que se insere sua análise. Dessa forma, destaca-se no trabalho um enfoque voltado à análise dos principais impactos da construção da hidrelétrica no município, como a idealização de grandes projetos de investimentos e a influência de tais projetos na economia do município.

Embora a análise seja significativa, pensamos ser necessário apreender Itaipu e a submersão das Sete Quedas pelo viés historiográfico, muitas vezes silenciado na história oficial. Por outro lado, o episódio da formação do lago de Itaipu e da submersão das Sete Quedas necessita ser historicizado pela memória de homens e mulheres que vivenciaram, no dia-a-dia das décadas de setenta e oitenta, a construção da denominada “obra do século”.

De todos os estudos sobre Itaipu, indiscutivelmente, os referenciais mais importantes para nossa pesquisa são os questionamentos, as incertezas e a persistência das memórias dos guairenses que vivenciaram a construção da

hidroelétrica. A narrativa desses sujeitos e os diversos vestígios que podem dar visibilidade à experiência que eles fazem do vivido é que motivaram o desenvolvimento da nossa pesquisa.

Buscamos, destarte, recontar a história de Itaipu numa perspectiva diferenciada da que geralmente tem sido colocada. Para tanto nos respaldamos em um horizonte historiográfico que se apóie “na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos (...) fazendo-as emergir ao lado da memória do poder e em contestação ao seu triunfalismo” (PAOLI, 1992, p.27).

Compreendemos, não obstante, que essas memórias surgem no campo dos referenciais culturais, socialmente construídos; por isso consideramos necessário assinalar que, diante das múltiplas possibilidades de abordagem do uso da categoria cultura⁵, optamos pelos indicativos propostos por Edward P. Thompson. Nossa intenção é perpassada pela busca de novas alternativas e caminhos que redimensionem a pesquisa para dar conta da valorização das várias dimensões da experiência dos sujeitos que podem ser recuperadas por intermédio da memória. Assim, buscamos “ler a história, à luz de preocupações que recuperem tanto as causas perdidas como os próprios perdedores” (THOMPSON, 1987, p.13).

Nesse âmbito, ao analisarmos os momentos experimentados por agentes sociais é preciso recuperar uma experiência social e histórica de homens e mulheres cuja existência muitas vezes é ocultada, ficando à margem de narrativas históricas consideradas “oficiais”. Assim, é preciso buscar esses agentes históricos e tentar entendê-los a partir de sua própria experiência, ou seja, compreendê-los em sua “singularidade”. Essa proposta se apresenta como possibilidade para pensar a memória a partir do conceito de fazer (*making*) tal como foi proposto por Thompson, visando ressaltar que a formação social de determinado grupo ao qual pertence essa memória foi edificada mediante opções, ações e condições referentes a um conjunto de acontecimentos e a uma conjuntura própria.

Daí a necessidade de produzirmos uma investigação histórica que valorize os sujeitos, a partir do estudo de seus modos de viver, identidades e valores, bem como da percepção das maneiras como tais elementos enfrentam as chamadas

⁵ Sobre este assunto ver: (CARDOSO E VAINFAS, 1997).

“determinações” socioculturais, criam, interpretam e utilizam de forma inesperada o que estava culturalmente estabelecido.

Ao lidarmos com depoimentos de antigos moradores de Guaíra, percebemos a presença e atuação desses sujeitos no passado e no presente, porque seus relatos nos remetem às interpretações que fazem do vivido. Assim, ampliamos as considerações a respeito das memórias construídas no cerne da dinâmica social e das redes de relações nas quais tais personagens estão inseridos.

Nesse caminhar amplia-se a noção da categoria cultura, que é pensada aqui como expressão de todas as dimensões da vida - incluindo valores, sentimentos, emoções, hábitos, costumes que se localizam social e historicamente no viver de homens e mulheres – e, enquanto conjunto de diferentes recursos, é também entendida também como um campo de elementos conflitantes, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração (THOMPSON, 1998, p.17).

Nessa problemática, Thompson nos alerta: “não podemos esquecer que cultura, é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas” (THOMPSON, 1998, p.17). Neste enredamento é fundamental estarmos atentos aos múltiplos componentes que devem ser analisados, para que eles não passem despercebidos em nosso afã de reconstrução de uma história.

É indubitável que a construção da hidrelétrica de Itaipu, no Oeste do Paraná, alterou a paisagem e fez construir novas formas de viver entre os membros das comunidades atingidas. Em Guaíra, a submersão dos vários espaços - incluindo as Cataratas das Sete Quedas e seus efeitos sobre a população foram também visíveis e fortes, fazendo com que questões mal-resolvidas continuem suscitando dúvidas, impondo a necessidade de “rever” através da memória, expectativas, anseios e valores, numa tentativa de “desfazer o feixe”, “desatar os nós da rede”, para compreender os movimentos presentes na cultura.

Assim como Thompson, que retornou ao século XVIII para resgatar, em sua análise histórica, elementos da cultura plebéia antes esquecida - “motins da fome” a venda de esposas, a irreverência popular – e percebeu nestas atitudes formas de resistência que se defrontavam com a economia de mercado, podemos, ao longo da pesquisa, voltar aos sujeitos enquanto “pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses, e como antagonismos, e em seguida, “tratam” essa experiência em sua consciência e sua

cultura (...) das mais complexas maneiras (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada "(THOMPSON, 1991, p.182).

Nesta perspectiva de análise, é possível encontrar os sujeitos sociais não apenas como resultado de uma dada realidade ou estrutura, mas também como pessoas que improvisam e forjam saídas, ora se subordinando, ora resistindo, fazendo com que sua experiência seja pensada também enquanto experiência de luta e de conflito.

Parece-nos, então, oportuno o momento para fazer referências às entrevistas e aos depoimentos e dos pescadores do rio Paraná – para nós, os “senhores desse rio”. Senhores que contam suas histórias trazendo à luz a “arte de pescar”, um mundo de viveres de cuja existência nem nos dávamos conta. Tais histórias nos fazem desenvolver, nesse caminho, certas sensibilidades para perceber uma pluralidade de expectativas, de temores, de angústias, de tradições de trabalho, de contornos às normas impostas, de um mundo construído entre sonhos, realizações e incertezas, que se expressam muitas vezes como perdas, mas também, como elementos de uma dinâmica que se constitui de resistência e de luta.

Nesse percurso, visualizamos a necessidade de compreensão do significado das opções que esses sujeitos foram tomando ao longo dessa trajetória de luta, pois vale lembrar que as pessoas não só experimentam as situações, mas também as tratam em sua consciência de formas diversas e complexas. Daí pensar que as formas culturais - que não são apenas ideais, mas se fazem em ações concretas - persistem nos interstícios das organizações institucionais das relações sociais, transformando-se constantemente em conteúdos e/ou formas. Neste aspecto, moldando e sendo moldada pela experiência dos grupos, a cultura é revitalizada e se transforma continuamente (THOMPSON, 1998, p. 387).

Trabalhar na perspectiva em que a cultura é pensada como todo modo de vida e a memória enquanto parte dela (THOMPSON, 1998, p. 387) nos leva a aprofundar as reflexões em um horizonte de construção do conhecimento histórico que incorpore a experiência humana enquanto processo dinâmico.

Se a pretensão deste estudo é mostrar elementos que persistiram e deixaram suas marcas no cenário de vida dessas pessoas, assim como aqueles abandonados ou recriados, precisamos compartilhar com Thompson a intenção de que, ao utilizar as evidências que testemunharam tal processo real, é preciso tomar como

referencial metodológico a lógica histórica, e não usar a teoria como “camisa de força”. Segundo o autor, convém explicitar que:

“A explicação histórica não revela como a história deveria ter se processado, mas porque se processou dessa maneira, e não de outra, que o processo não é arbitrário, mas tem sua própria regularidade e racionalidade, que certos tipos de acontecimentos (políticos, econômicos, culturais) relacionaram-se, não de qualquer maneira que não fosse agradável, mas de maneiras particulares e dentro de determinados campos de possibilidade, que certas formações sociais não obedecem a uma “lei”, nem são os “efeitos” de um teorema estrutural estático, mas se caracterizam por determinadas relações e por uma lógica particular do processo” (THOMPSON, 1981, p.61-62).

A intenção é praticar uma investigação histórica a partir de uma metodologia que consiga caminhar acenando para o constante diálogo entre teoria e prática, pois consideramos não existir uma teoria perfeita, capaz de abarcar todas as necessidades de uma pesquisa que vise à reconstrução da experiência humana. A teoria pode apontar caminhos alternativos, que sempre deixarão muito mais perguntas do que respostas.

Nesses termos, os pressupostos teóricos são tomados como indicações para a investigação, e não como conceitos fechados para enquadrar o real. Diante desta prerrogativa, como propõe Thompson, “o que nos resta a fazer é interrogar os silêncios reais, através do diálogo do conhecimento” e dizer que o processo de investigação “não cabe em esquemas prévios, e as categorias que servem de apoio ao trabalho serão construídas no caminho da investigação” (1995, p.182).

Buscamos visualizar mais uma incorporação dos métodos baseados em procedimentos que nos capacitem ler os significados da sociedade e da cultura, nem sempre visíveis. As diversas fontes utilizadas neste estudo indicam que devemos estar atentos não apenas ao que as pessoas dizem, mas também ao que elas não podem ou não querem dizer. Muitas vezes, seus gestos e expressões falam mais do que a palavra verbalizada. Os silêncios são elementos preciosos para compreender os vários percursos da memória: “os silêncios são poderosas acumulações de energias, invisíveis (...) carregadas de significações, uma energia tão complexa e profunda que as próprias pessoas não estão em condições de formalizar” (PORTELLI, apud KHOURY, 2004, 24). Diante de tais circunstâncias, que nos

trazem muito mais dúvidas do que certezas, nosso esforço segue na direção de compreender os processos sociais da construção da memória.

Nesse percurso visualizamos a complexidade do exercício do diálogo com as fontes, porquanto reconhecemos que os documentos transformados em fontes não falam por si mesmos e que são as abordagens e o olhar aguçado do historiador que irão descortinar o invisível.

Os indicativos propostos por Thompson propiciam pensar a pesquisa para além dos fatos. Em nosso caso específico, permitem compreender algo além da construção material da hidrelétrica de Itaipu e suas influências na vida de cada depoente. Permitem pensar os depoimentos e lançar novos olhares sobre as formas como as pessoas incorporam memórias e como as contestam. Possibilitam, ainda, perceber como os sujeitos se situaram diante de um processo que desestabilizou seus modos de viver e/ou lhes propôs outras oportunidades para afirmar e reafirmar presenças e identidades. Dessa forma, é possível atestar que o sujeito é formado por um todo de interferências materiais, simbólicas e subjetivas. No dia-a-dia dos sujeitos percebemos a relevância de suas expressões simbólicas, de suas práticas habituais, dos caminhos que percorrem, dos modos de vida que sobrevivem, bem como os que se alteraram diante das transformações sociais (THOMPSON, 1998, p.21).

A pesquisa histórica que utiliza os métodos da oralidade proporciona à investigação o contato com a multiplicidade de experiências de vida, de sentimentos criados, pois cada entrevista é importante, por ser diferente de todas as outras (PORTELLI, 1997, p. 17). Por esse caminho, vamos ampliando uma questão que nos parece fundamental, qual seja a de que as narrativas orais devem ser tratadas como textos e enredos construídos por seus próprios sujeitos.

Ao escolhermos trabalhar com a oralidade, optamos também pela busca de uma melhor compreensão e empregos da fonte oral. Nesta direção, são válidas as reflexões de Yara Khoury, que, mais do que buscar nesses vestígios dados e informações, propõe observá-los como práticas e/ou expressões de práticas sociais através das quais os sujeitos se constituem historicamente (2001, p. 81). Os depoimentos devem ser pensados em sua própria historicidade, em sua dinâmica, cabendo ao historiador atentar para o lugar de onde os sujeitos falam e onde se colocam ao reelaborarem suas trajetórias, visto que tais premissas são

determinantes para a análise da visão de mundo, dos valores e do viver dos entrevistados.

As narrativas dos pescadores por nós entrevistados não só corroboram outras memórias, mas também outras histórias, retomando os sujeitos como agentes históricos que se construíram no embate das forças sociais presentes na realidade brasileira a partir dos anos de 1970. Assim, ao reelaborarem no presente a memória sobre o vivido, não esquecem a trajetória passada, fazendo com que os anos da construção da usina de Itaipu adquiram outros significados, não circunscritos aos *slogans* utilizados pelos militares para evocar imagens de um futuro promissor para o país.

Muitas das recordações presentes nos depoimentos, principalmente as das águas do reservatório cobrindo paisagens e levando consigo referências culturais e experiências antigas, em nome do “desenvolvimento da nação”, não apenas nos colocam diante das capacidades de interpretar os acontecimentos e as experiências vividas por esses sujeitos, mas nos levam a uma outra versão da construção da hidrelétrica de Itaipu:

“Como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais: um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual esforços de ocultação e de clarificação estão presentes na disputa entre sujeitos históricos diversos, produzem diferentes versões, interpretações valores e práticas culturais” (PROCAD, 2000, p.8).

Enquanto campo de nossa reflexão e diálogo, a memória aponta a importância de reavivar lembranças e narrativas de sujeitos excluídos e dissidentes. Essa reflexão nos faz pensar em nossa função como a daquele que também vive a história, e neste sentido, busca uma perspectiva e uma narrativa histórica, que não se quer como única, mas como aquela que possibilita reconstituir momentos e lugares da experiência social e seus sujeitos, para compreendê-los em sua dinâmica social mais ampla.

Nesta direção, podemos afirmar que a memória dos sujeitos que presenciaram o momento da construção da usina de Itaipu e a formação do seu reservatório constitui, na experiência cotidiana desse grupo, uma forma de resistir. A manutenção da memória e o ato de narrá-la lhes permitem transmitir e ao mesmo

tempo preservar, (re)elaborem e (re) significar suas histórias de vida e a história do lugar.

Ao recomporem a memória, não só recuperam, mas também realimentam suas experiências e sua presença na história, e desta forma vão reconstruindo marcas que não se apagaram por se manterem envoltas de significados e sentimentos que estimulam a prosseguir na “luta” pelo direito à fala, às outras histórias e memórias que, embora represadas, resistem.

Na trilha aberta por todas estas reflexões com o intuito de tornar viáveis objetivos que nos propomos, dividimos o trabalho em três capítulos. O primeiro deles trata de contextualizar historicamente o período que vai do início da construção da hidrelétrica de Itaipu Binacional (1970-982) ao momento da formação do reservatório de Itaipu. Buscamos perceber, através da leitura atenta dos vários discursos produzidos naquele contexto, como se deu a idealização de um Brasil que se inseria numa nova era e qual o “papel” atribuído à Itaipu Binacional no âmbito da modernização do país. Para tanto, analisamos diversas fontes impressas, como matérias publicadas em jornais, revistas e periódicos, na medida em que tais discursos, por um lado, indicam os argumentos utilizados pelos políticos e demais autoridades responsáveis pela Itaipu para defendê-la e justificá-la como a melhor alternativa brasileira para o desenvolvimento, e por outro, contestam as opiniões da população guairense quando essas se mostravam contrárias à formação do lago e ao fim das Sete Quedas. Ainda nessa unidade, interpretamos as falas dos pescadores que vivenciaram a transformação da região, evidenciando de que maneira tal memória remete a um espetáculo às avessas.

Na unidade subsequente, intitulada, “A resistência possível”, enfocamos as diversas formas pelas quais a população local - juntamente com outros grupos (ecologistas) de outras regiões do país e até mesmo de outros países – manifestaram seu descontentamento em relação à formação do grande lago de Itaipu e à submersão das Sete Quedas. Significativas foram as linguagens que estes sujeitos encontraram para expressar suas percepções a respeito daquele momento ufanista em que se deu a construção da hidroelétrica. Essas expressões adquiriram importância em nosso estudo, porque a partir de sua análise nos pareceu possível retomar a memória que narra a construção de Itaipu numa perspectiva diferente da que se tem instituído.

As formas encontradas para contestar Itaipu se traduziram na organização de passeatas, abaixo-assinados, concursos de canções e poemas que denunciavam o fim das cataratas. Nos versos dos poemas e canções foram materializados fragmentos da memória social que nos contam sobre os anseios, as expectativas e as frustrações vividas nos anos que antecedem a formação do referido lago.

Destacamos, ainda, o ritual indígena Quarup, organizado por ecologistas, meses antes da formação do lago, o qual mobilizou grande parte da população local, regional e até mesmo nacional. O ritual se apresenta como uma das linguagens possíveis para a manifestação de descontentamento daqueles que não aceitavam a “imposição” da modernidade, que vinha se estabelecendo como único caminho possível para o desenvolvimento da nação.

A memória do lago de Itaipu, longe de ser exclusividade do discurso oficial, vem sendo pensada e reconstruída pela percepção de história que têm seus próprios sujeitos. Nesse sentido, na terceira unidade, intitulada “Memória, Paisagem, e Cotidiano”, tomamos os depoimentos dos pescadores com o intuito de compreender as percepções do espaço e da paisagem. Trata-se de tentativa de redescobrir as temporalidades e especificidades das relações entre esses sujeitos sociais e seus lugares de origem. Suas falas indicam a construção de memórias que explicitam imagens complexas, nem sempre conectadas com os signos da modernidade e da ousadia atribuídos à hidrelétrica de Itaipu por seus representantes “oficiais”.

1. ITAIPU BINACIONAL: UM ESPETÁCULO DO “MUNDO MODERNO” BRASILEIRO.

“O discurso é o espaço onde o saber e o poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que para ser verdadeiro, que veicula saber(o saber institucional), é gerado de poder!
(Helena H. Naganime Brandão)

Era o dia 13 de outubro de 1982. Exatamente às 5 horas e 45 minutos, as comportas daquela que seria a maior hidrelétrica do mundo começavam a baixar, e após 8 minutos iniciava-se a formação do 2º maior lago artificial do mundo: o lago de Itaipu. Ali, o rio Paraná deixava de correr. Era o início do represamento de suas águas. O território brasileiro e o paraguaio ficavam menores em áreas não alagadas. Cerca de 1350 quilômetros quadrados em território desses países seriam submersos. No território brasileiro, mais de 100 mil hectares de terras férteis pertencentes a oito municípios da Costa Oeste Paranaense foram diretamente atingidos.

Enquanto isso, no lado brasileiro, na sede da usina de Itaipu Binacional, em Foz do Iguaçu, a queima de fogos de artifício anunciava o bom êxito da operação “fechamento do Rio Paraná”. O espetáculo, que exigiu a mobilização de 250 técnicos da equipe de Itaipu, foi assistido por aproximadamente 500 jornalistas do mundo inteiro e 6 mil pessoas distribuídas em arquibancadas. Nas duas margens do Rio Paraná, na área atingida, antigos moradores da região assistiam à subida das águas sobre suas terras, a qual chegou a atingir a velocidade máxima de 5 a 6 metros por dia⁶. Do alto da “monumental” obra, o barrageiro⁷, pensativo, se

⁶ Cf. Começa a formação do lago. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 14/10/82.

preparava para ver o início da operação. Ao mesmo tempo em que admirava a obra a que suas próprias mãos ajudaram a dar forma, assistia ao início daquilo que representava para ele o fim do emprego.

Em Guaíra, cidade atingida pela formação do reservatório de Itaipu, os moradores da cidade – pequenos agricultores do campo, artesãos, pescadores, trabalhadores assalariados, vendedores ambulantes, hoteleiros, desempregados e tantos outros sujeitos - apreensivos e incertos do que realmente iria acontecer, assistiam ao que para muitos seria impossível: as águas do “grande” lago de Itaipu cobrirem as cataratas das Sete Quedas.⁸

O chegar das águas sobre tantos espaços foi dramático para os homens e mulheres que presenciaram aqueles momentos carregados de imprecisão quanto ao que estava por vir. Assistir à formação do lago era, para a população, deixar tudo submerso sob as águas do lago, menos a memória do que se tinha experimentado nesses lugares. Hortência Zeballos Muntoreanu, ex-moradora da cidade, numa linguagem carregada de sentimentos, relata esta experiência. Seu registro não usa conceitos acadêmicos. Seu depoimento vai muito mais ao encontro da sensibilidade diante do impacto desencadeado pela imagem da destruição provocada pela velocidade da água:

“Sua agonia foi lenta e irreversível. A água invadiu as grutas, onde os morcegos habitavam e, como conseqüência, invadiu a cidade. Havia milhares de morcegos por toda a parte, nas casas, nas escolas... Um dia, no teto da varanda de minha casa, amanheceram mais de duzentos. A água continuava subindo como um carrasco frio e impiedoso. Os cascudos, peixes de couro que têm por hábito se prender nas pedras, não tinham mais onde ficar. O volume e a pressão da água aumentavam e eles subiram até a superfície, milhões de cascudos desorientados abriram e fechavam a boca num desespero mudo. Parecia que todo o lago borbulhava, um espetáculo que, quando me lembro me entristece. Do lado do Paraguai podia-se pegar os peixes, do lado brasileiro não. A água continuava sua missão destruidora, afogando animais ou matando-os de fome, destruindo a mata; até nossa esperança foi destruída.”(MUNTOREANU, 1992, p.109-110).

⁷ A palavra barrageiro é um neologismo já inserido no contexto das obras onde se constroem barragens. Barrageiro – aquele que não tem parada: muda constantemente, sempre em direção a uma nova barragem cf. Informativo Unicon: 06-10-1980.

⁸ Muitos dos moradores, quando chegaram a tomar conhecimento do projeto, não acreditavam na possibilidade e capacidade das águas do lago de cobrir os saltos; outros recorriam a lendas como a de um túmulo, do antigo cemitério jesuíta, construído no século XVII, cuja inscrição já anunciava o desaparecimento e o ressurgimento dos saltos.

Todo esse processo transformou e marcou a vida de antigos moradores da Região Oeste do Paraná, e só pode ser compreendido dentro de um contexto nacional que se reporta aos anos que antecedem a década de 1970. Retomar a construção da hidrelétrica de Itaipu é também analisar o contexto nacional, para compreendê-la dentro de suas especificidades.

Como já foi apontado por historiadores⁹, os anos que precedem a década de 60 foram, para a história nacional, períodos fortemente marcados pela euforia ideológica centrada na idéia de progresso. Especialmente na década de 70, tal discurso esteve entranhado no imaginário da sociedade brasileira. Governos entusiasmados exibiam em seus discursos a crença na modernidade, na técnica, no progresso. Como refere Nadine Habert, a propaganda oficial prometia que até o ano 2000 o Brasil seria elevado à categoria de “Grande Potência Mundial”. (1994, p.17)

Nos momentos do “milagre econômico”¹⁰ se firmou no Brasil, talvez mais do que em qualquer outro período da história brasileira, a crença no progresso, no pleno desenvolvimento da sociedade, bem como na necessidade de projetar e levar para a população o otimismo e a esperança de um futuro promissor através de discursos ufanistas, como o que afirmava um dos tantos *slogans* apresentados pelo governo militar: “Ninguém segura este país”. (FICO, 1993:107).

Na verdade, escrever sobre esse período é pensar sobre um tempo em que diferentes porta-vozes proferiam apaixonantes discursos da modernidade. Pensar esse momento é estar diante de um cenário que se fez alvo de diferentes “olhares”, os quais se detiveram para registrar a construção de uma nova nação ou um novo tempo. Resta nos perguntar: que nação e que tempo foram esses? Muitos militares nos diriam, convictos: “É o Brasil que os brasileiros estão construindo”, ou ainda, “o País que vai pra frente”.

Iniciado em abril de 1964, o regime militar se fez presente na realidade brasileira não apenas com ideais e convicções, mas se apresentou em ações concretas que foram se efetivando ao longo dos anos de ditadura militar. Ao tomarem à força o poder político em 1º de abril daquele ano, os militares traziam

⁹ Ver: MENDONÇA (1992), HABERT (1994), FICO (1997) e FAUSTO (1988).

¹⁰ A década de 1970, ficou caracterizada por um crescimento econômico, “galopante que atingiu recordes em torno de 9 a 10% ao ano. Esse é o “milagre econômico”. Mas quem fornece a tônica do processo expansivo do “milagre” foi a empresa multinacional” (MENDONÇA, 1988,p.83) .Esse período do “milagre” gestou a Ata das Cataratas, que antecedeu o Tratado de Itaipu. Grandes empresas, capitais internacionais, mega-projetos e regime ditatorial caracterizam fatores que formaram o momento que propiciou a construção de Itaipu.

consigo a idéia de que caberia a eles a tarefa de inaugurar um novo tempo na história do país, haja vista que, sob a ótica deles, o Brasil estava diante de uma extrema decadência moral e material, e em face disso, a solução seria desenhar, através de uma constante construção e transformação, associadas à união do povo brasileiro - ordeiro e trabalhador - o país do futuro.

Essa intenção expressou-se de diversas formas, perpassando a repressão direta e propagandas que visavam, entre seus mais variados objetivos, motivar os brasileiros a construir o desenvolvimento e o país do futuro, ou mesmo de maneira sutil, propagandear os benefícios do governo militar, até a consolidação de grandes projetos que viriam a demonstrar, mais do que qualquer outro ato, que realmente desta vez estaríamos construindo e percorrendo o caminho certo. “Grandes obras e grandes projetos” elevariam o país à categoria de nação moderna.

A hidrelétrica de Itaipu Binacional, construída durante esse período, é um arquétipo desse tempo e desse momento. Pensada e edificada para ser a maior e mais ousada hidrelétrica realizada em toda a história humana, nenhuma outra obra se igualara a Itaipu.

Para sua construção, foi alterado o curso do sétimo rio do mundo em volume de água e removidos mais de 5 milhões de metros cúbicos de terra e rocha¹¹. O volume de concreto empregado em sua construção poderia erguer 210 estádios do Maracanã ou um conjunto habitacional para abrigar 4 milhões de pessoas. O ferro e o aço de Itaipu moldariam 880 torres Eiffel. A altura da barragem principal é equivalente à de um prédio de 65 andares. Tudo isso, enfim, destinava-se a edificar no Extremo Oeste do Paraná a chamada Itaipu Binacional (RIBEIRO, 1997, p.62).

Simbolizando a modernidade, o progresso e o desenvolvimento, a construção de Itaipu durante os anos de 1970 a 1980 representou a efetivação de ideais de um Estado autoritário que via na razão técnica e científica a solução mais correta para colocar a nação brasileira no curso de um país moderno.

Percorrer este “espetáculo” do mundo “moderno” que foi a construção da hidrelétrica de Itaipu é aqui o nosso propósito. O trajeto é feito junto com aqueles que o pensaram, defenderam e apresentaram a partir de propostas e justificativas que se pautaram em um discurso cuja ênfase recaía sobre a construção da maior

¹¹ Cf. informações disponíveis no site: www.itaipu.gov.br . Acesso em julho de 2005.

hidrelétrica como algo necessário e respaldado na necessidade de ser efetivado para o bem da nação brasileira.

As falas que divulgavam Itaipu argumentavam sobre sua construção seguindo sempre uma mesma lógica, uma linha que se configurava de forma a enaltecer, através dos números exuberantes, a grandiosidade de Itaipu. “Cuidadosamente, ressaltavam apenas a capacidade de realização do povo brasileiro em direção ao progresso material da Pátria e da conquista da maior fonte de energia elétrica do globo” (GASPARIM, 1980, p. 34). Parecia necessário excluir outras falas e percepções a respeito do que representava Itaipu, como as da população que seria atingida pela formação do seu reservatório, visto que o governo precisava construir a noção de obsolescência para outras razões que dificultassem, ou mesmo, viessem a tornar “impossível” a construção da obra naquela região.

Assim, ao voltarmos nossas atenções para pronunciamentos e olhares “oficiais” dos contemporâneos de Itaipu, buscamos uma perspectiva de investigação que reconheça a memória histórica como uma das formas mais poderosas e sutis da dominação e da legitimação do poder. Reconhecemos a necessidade de nos voltarmos para a construção de Itaipu não apenas para mapear ou conhecer sua história, mas também para identificar as razões que a conceberam. Para isso, vamos buscar, no presente, elementos do passado que ainda sobrevivem. Neste sentido, o exercício proposto nesta unidade se respaldará na busca de elementos em uma memória concebida como “oficial”.

A usina de Itaipu é resultado de negociações entre o Brasil e o Paraguai que se iniciaram oficialmente em meados da década de 1960, com a assinatura da Ata do Iguaçu. Esta era uma declaração conjunta que manifestava a disposição para estudar o aproveitamento dos recursos hidráulicos pertencentes em condomínio aos dois países, no trecho do Rio Paraná "desde e inclusive o Salto de Sete Quedas até a foz do Rio Iguaçu". Na ata ficava definida a posse em condomínio das águas do Rio Paraná, de cerca de 190km. O documento autorizava, ainda, a realização dos estudos e levantamentos hidráulicos a serem executados.

Em fevereiro de 1967, foi criada a Comissão Mista Brasil-Paraguai, formada pela Eletrobrás, do Brasil, e a Ande, do Paraguai, cujo objetivo era a implementação da "Ata do Iguaçu", na parte relativa ao estudo sobre o aproveitamento do rio Paraná. Em 1970, o consórcio formado pelas empresas IECO (dos Estados Unidos

da América) e ELC (da Itália) venceu a concorrência internacional para a realização dos estudos de viabilidade e para a elaboração do projeto da obra. O início do trabalho se deu em fevereiro de 1971. Em 26 de abril de 1973 o Brasil e o Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu, instrumento legal para o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná pelos dois países. Em maio de 1974, foi criada a entidade Binacional Itaipu, para gerenciar a construção da usina. O início efetivo das obras ocorreu em janeiro do ano seguinte.

Iniciada em 1975, a construção de Itaipu Binacional afetou diretamente os municípios da Região Oeste do Paraná: Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra, já que se fazia necessária a construção de um reservatório. Para isto foi submersa uma área de 1350 quilômetros quadrados - 780 do Brasil e 570 do Paraguai.

Embora a usina, ao longo de sua construção, fosse anunciada pelo governo militar como um dos maiores símbolos do desenvolvimento da Nação Brasileira, fica perceptível, através da leitura em documentos já analisados¹², quanto os processos legais para sua construção foram realizados a “portas fechadas”.

Poucas foram as notificações oficialmente realizadas. Para aqueles que seriam diretamente atingidos pela construção de Itaipu, a justificativa pautava-se sempre no propósito da necessidade de progresso para a Nação. Dessa forma, quando a sociedade pôde tomar conhecimento da abrangência da obra, não havia grandes possibilidades de realizar modificações.

O Início e o fim da construção de Itaipu já haviam sido planejados, e qualquer julgamento contrário não teria forças suficientes para derrubar as justificativas de um Estado extremamente autoritário, que se baseava em um discurso técnico-econômico para garantir seus anseios.

O engenheiro Octávio Marcondes Ferraz, responsável por um projeto alternativo que possibilitaria a construção de uma barragem a montante de Sete Quedas, unicamente em território brasileiro, com a preservação da beleza cênica do

¹² A esse respeito é significativo remetermos a Carta Protesto do Manifesto Quarup realizado, em julho de 1982 em Guaíra, no Parque Nacional de Sete Quedas. No documento são visíveis essas e outras questões que abrangem o caráter polêmico que foi o da construção de Itaipu Binacional. No capítulo 2 apresentaremos na íntegra o documento “Carta Protesto do Manifesto Quarup” - *Jornal Ilha Grande*, outubro/1983.

local, em 1982, ao comentar a construção da hidrelétrica de Itaipu denunciava os critérios adotados para a escolha do projeto:¹³

Eu nada mais tinha com o assunto. Fiquei, porém, aguardando, como engenheiro e brasileiro, que a indispensável discussão fosse reaberta sobre o problema de tal magnitude. Não houve debates. O problema tinha sido elevado a um cenáculo inacessível. Nem as associações de classe nem os especialistas foram ouvidos. Acontece, porém, que o projeto estava em gestação, dentro do mais absoluto sigilo (...). A única coisa que se sabia era que a solução “Sete Quedas” tinha sido abandonada e que uma solução “Itaipu” seria adotada. (...) Não é necessário ser técnico especializado para concluir que “o segredo” causou, mais tarde, coisas tão absurdas como a adoção - na maior Usina Hidrelétrica no Mundo. (VERCH, 1998, p.25)

A construção de Itaipu foi polêmica entre os intelectuais, particularmente nos setores técnicos. Para eles o silêncio era imposto através de governos repressores, no Brasil pela ditadura do General Emilio Médici e, no Paraguai, pela ditadura de Alfredo Stroessner.

Tanto em nível nacional como em nível regional, o projeto Itaipu era pensado apenas no âmbito da discussão técnica e política do Estado. Em Guaíra, como nos demais municípios atingidos, muito pouco se falou sobre o Projeto Itaipu e seus

¹³ De acordo com estudos realizados pela historiadora Ivone Terezinha Carletto de Lima, o relatório final de Octávio Marcondes Ferraz, reunia dados hidrológicos e topográficos da região das quedas, análises das possibilidades de aproveitamento do desnível entre as quedas e o Porto Britania. Abordava o problema da navegação, através de uma solução técnica que aproveitaria a força da água, contornando os Saltos. A indicação do projeto era de uma barragem mista acima dos Saltos, vertedouros e comportas para evacuar 75.000 metros cúbicos de água por segundo. As águas seriam conduzidas para um canal paralelo ao rio. A barreira seria de 28 metros de altura e na sua parte final teria um reservatório, com aparelhos adequados para controle da descarga. Em Guaíra seria construída uma barragem com vertedouro na cota de 228, sendo que, depois do canal de 60 quilômetros, à margem esquerda do rio, em Porto Mendes, seriam construídas três casas de máquinas. Estas, estariam em cavernas abertas nas rochas basáltica, com 21 unidades geradoras que totalizariam 10.0000 MW. (...) O plano previa a navegação que seria proporcionada com a construção de uma escada de eclusas para vencer os desníveis das águas. Permitiria a ligação entre o Baixo e o Alto Paraná, proporcionando a navegação na área de Guaíra a Porto Mendes, impossibilitada pela correnteza das águas, além de preservar os Saltos de Sete Quedas. Havia ainda a proposta de construção de uma escada para peixe, com o intuito de proteger a fauna fluvial. A intenção dessa última proposta era a de “estabelecer o equilíbrio biológico ao longo do rio [e tornar] possível a industrialização e exportação do pescado . (...). A respeito do Projeto Marcondes Ferraz ver LIMA, Ivone T. Carletto. *Itaipu: As faces de um mega projeto de desenvolvimento. (1930-1984)*. (Teses de Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense/ Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Niterói. 2004. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA . Relatório preliminar sobre o aproveitamento do Salto de Sete Quedas . Guaíra : Escritório Técnico” O. M. F., 1962.

impactos para a cidade¹⁴. Destacava-se apenas uma euforia e um misto de transformação e desenvolvimento que seguiam um "receituário" à moda militar e ligado à Segurança Nacional.

Dentro desse quadro Itaipu aparecia como um monumento que sustentava a ideologia do "Brasil-Gigante" e como a solução para o ideal de construção de um país próspero e seguro, que via na industrialização a solução para seus males e a entrada para o mundo moderno. A construção de Itaipu era, assim, a melhor saída para ampliação do potencial energético do país e a realização da meta de implantar aqui uma indústria forte de bens de capital.

Nesse contexto, consideramos relevante a proposta de, em reportagens veiculadas pela mídia, analisar e compreender quais componentes garantiam o "espetáculo do progresso e do moderno" representado por Itaipu e buscado por aqueles que defendiam a obra. Para tanto, analisamos discursos que regeram tal espetáculo, nos anos 70 e 80; porém nos remetemos, especificamente, às discussões de Itaipu no município de Guaíra, e à submersão dos saltos das Sete Quedas¹⁵. Nesse sentido buscamos compreender como o município de Guaíra, mais precisamente, como os guairenses foram pensados pelos órgãos oficiais que representavam Itaipu.

¹⁴ Seus principais impactos sobre Guaíra são destacados a seguir: o alagamento dos Saltos de Sete Quedas e de grande parte do Parque Nacional de Sete Quedas; o alagamento de 10,3 % do território municipal, sendo 5.133,20ha. de terras agricultáveis; a interferência em 416 propriedades rurais, expulsando aproximadamente 2.621 pessoas que ali moravam e trabalhavam; a perda da arrecadação de ISS devido ao alagamento de Sete Quedas e o conseqüente estancamento do desenvolvimento futuro do turismo, hotelaria e serviços; a perda da produção e do recolhimento de ICM devido ao alagamento de terras agrícolas; o alagamento de 90,8km de estradas vicinais; alagamento de áreas de recolhimento de argila para olarias; e, o alagamento da Usina Hidrelétrica de Guaíra (Fundação IPARDES, 1981, p. XII).

¹⁵ Sete Quedas é um dos vários espaços hoje submersos pelas águas do lago de Itaipu. Espaços de infinitas histórias contadas, Sete Quedas é perpetuada através da memória oral e escrita, produzida por antigos moradores da região. Os sons produzidos pelas fortes correntezas da águas que se precipitavam sobre suas rochas é ainda hoje inspiração para poetas e cantores. A explicação geológica para tal fenômeno é a de que, o "Rio Paraná (...) No seu caminho para o Sul e para vencer a barreira natural constituída pelo prolongamento da Serra do Maracajú, formou uma imensa baía, que após, dividiu-se em inúmeros braços. Uma depressão vulcânica que rompeu a Crosta Terrestre abrindo grandes fendas no basalto permitiu a formação de um arquipélago e de inúmeros saltos e cataratas. As águas precipitavam-se de culturas variáveis entre 10 e 60 metros num percurso de 4 km até atingir o canal principal, com uma largura de 100 metros e profundidades entre 140 e 160 metros. Assim, formou-se um espetáculo místico, singular e indescritível cuja origem perdeu-se no tempo. Foram milhares ou talvez milhões de anos (...) Não existia nenhuma explicação precisa que justificasse o nome Sete Quedas, o que se sabe é que as águas do Rio Paraná precipitavam por 7 degraus formados por 19 saltos. Informação extraída da seguinte publicação. Um Novo Salto para o Futuro. SL. Equiplama Criação e Arte. 1985. p.14.

1.1 O LIMIAR DE UM NOVO TEMPO: “MEMÓRIAS DO PODER”.

Nunca houve um monumento de cultura que não fosse também um monumento de barbárie. E assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é tampouco, o processo de transmissão da cultura. (Walter Benjamin).

No início dos anos 70, a população do município de Guaíra, localizado na faixa de fronteira entre o Brasil e Paraguai, era formada por pequenos comerciantes, agricultores e profissionais liberais. Durante a década de 50, muitos agricultores haviam migrado em busca de novas terras, sobretudo gaúchos e catarinenses, que, mais tarde viriam se juntar à população nordestina e mineira para trabalharem como pequenos arrendatários nas lavouras de soja, milho e feijão.

Nesse período, Guaíra presenciava um grande movimento fluvial ao longo do rio Paraná. O trânsito de mercadorias e pessoas entrando e saindo na fronteira era vigoroso. Havia a presença de chatas e reboques, realizando o transporte de turistas de Guaíra à cidade de Porto Epitácio, no Estado de São Paulo. Nas águas do rio Paraná eram transportados para o Sudeste cereais produzidos na região¹⁶.

A cidade, que desde muito convivía com o vai-e-vem na fronteira, através da travessia de balsas que ocorria cotidianamente nas águas do rio Paraná, veio a ter seus dias marcados também pela emergência de discursos ufanistas, que enalteciam a construção da usina de Itaipu no Oeste do Paraná como uma obra que, dada a sua grandiosidade, traria para região “desenvolvimento” e “progresso”.

Além de ser considerada como área de segurança nacional¹⁷, Guaíra foi tomada por uma “onda” de discursos que a projetavam como uma das cidades paranaenses que mais se desenvolvia e transformava. Inauguravam-se obras públicas: escolas, ginásios de esportes, estádios, rodovias pavimentadas. Todavia, a história que marca a vida dos moradores da cidade nesse tempo carrega consigo marcas de uma realidade em que o moderno e o progresso apareceram apenas

¹⁶ Esse transporte era feito pela empresa de navegação Meca, com aproximadamente, 8 rebocadores que empurravam 5 chatas. Eram responsáveis por atender os municípios de Mal. Cândido Rondon, Palotina, Toledo e Terra Roxa. De acordo com dados, a empresa transportou entre (1975-1977) 68.648.049 Kg. De soja e 137.931 Kg. de trigo. Informação. Secretaria de Indústria e Comércio de Guaíra. 1977: 25 Guaíra - Jubileu de Prata. *Jornal Sete Quedas (em Revista)*. 1977.

¹⁷ Em 04 de junho 1968, pela Lei Federal de n.º.449, Guaíra foi declarada município de interesse da segurança nacional, o que impôs ao município a eleição para prefeito pela fórmula de nomeação pelo Governador do Estado, mediante prévia aprovação do Presidente da República. O prefeito seria exonerado do cargo quando decaísse da confiança do Chefe da Nação.

estampados em projetos grandiosos, como os das hidrelétricas de Itaipu e Ilha Grande¹⁸. Embora Ilha Grande e Itaipu tenham sido apresentadas como obras capazes de ocasionar para a população um futuro promissor, apenas Itaipu se concretizou, vindo a marcar e modificar como nenhuma outra obra, a paisagem da cidade e a vida dos guairenses.

Itaipu entrou em operação em 1984, e até o presente momento se mantém como a mais potente usina hidrelétrica do mundo, responsável pelo abastecimento de 80% do consumo de energia elétrica do Paraguai e cerca de 25% do consumo brasileiro.

Para construir a Usina Hidrelétrica de Itaipu, em Foz de Iguaçu, foi preciso represar o rio Paraná, da bacia do Prata, fazendo subir o nível de suas águas em cerca de 120 metros, formando assim um lago artificial com uma extensão de aproximadamente 200km (três vezes maior que a Baía de Guanabara).¹⁹

No território brasileiro, mais de 100 mil hectares de terras férteis pertencentes a oito municípios foram diretamente atingidos. Estima-se que foram deixados de colher mais de 100 mil toneladas de soja, cerca de 31 mil toneladas de trigo, quase 34 mil toneladas de milho, cerca de 1500 toneladas de feijão, mais de 27 mil toneladas de mandioca, em torno de 1700 toneladas de arroz e 24 toneladas de café. Deixaram de ser colhidas mais de 200 mil toneladas de produtos agrícolas²⁰

Com a formação do lago, a vida dos moradores da fronteira se alterou profundamente. Milhares de pessoas foram desenraizados de seu território (aproximadamente 40 mil só do lado brasileiro). Represadas, as águas do Paraná modificam também a paisagem da região, fazendo submergir uma das mais belas atrações turísticas do Estado do Paraná: as Sete Quedas do Rio Paraná²¹.

¹⁸ A Usina de Ilha Grande era uma das obras a serem realizadas pelo “Plano 2000” que visava viabilizar a programação do Ministério de Minas e Energia para atendimento das necessidades de energia elétrica ao país até o ano de 2000. De acordo com o Plano, a construção da Usina seria iniciada em 1982. A barragem de Ilha Grande teria 8 quilômetros de extensão desde a margem esquerda até a margem direita no Estado do Mato Grosso do Sul. Junto à barragem seriam construídas uma rodovia e uma ferrovia ligando os estados do Mato grosso do Sul e Paraná, uma eclusa de navegação que ligaria os reservatórios de Itaipu e Ilha Grande estendendo a navegação até São Paulo. O investimento total a ser realizado na obra seria de um bilhão e setecentos milhões de dólares, sendo que desse total cerca de 240 bilhões de dólares seriam aplicados diretamente na região de Guaíra. *Jornal Ilha Grande* (07/10/1981) .

¹⁹ C.f. *Jornal Ilha Grande*, 07/10/1981.

²⁰ Dados fornecidos pela Secretaria de Indústria e Comércio de Foz do Iguaçu, apud:Ribeiro (1999).

²¹ O Parque Nacional de Sete Quedas foi criado pelo Decreto nº. 50.665, em 30 de maio de 1961, com aproximadamente 144.000ha. Era subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, que foi sucedido pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF – que por sua vez foi

Descobertas em 1525 pelo navegador espanhol Aleixo Garcia, as Sete Quedas compreendiam um conjunto de cataratas que caracterizava Guaíra como uma cidade de grande potencial turístico; mas essas cataratas, junto com 680 quilômetros quadrados de terras férteis localizados em território paranaense, foram submersas pelas águas do lago de Itaipu.

Promovida e estabelecida pelo Estado militar como “símbolo de modernidade” que se fazia necessário construir para o bem da nação, todos os processos legais e decisões para a construção de Itaipu foram conduzidos com pouca e/ou nenhuma divulgação à sociedade, e mesmo às pessoas que seriam diretamente atingidas pela sua construção.

Estudos realizados ainda na época da construção da hidrelétrica indicam que as notícias de que o lago de Itaipu iria afogar as Sete Quedas foram levadas ao conhecimento público de forma a amortecer o impacto, pois surgiram panfletos que divulgavam como de maior expressão os números e as vantagens da Itaipu Binacional²².

Em novembro de 1977 comemoravam-se os vinte cinco anos de emancipação política da cidade. Oficialmente havia bons motivos para se comemorar, afinal, não estariam os guairenses vivendo um momento comum, e sim, a comemoração do jubileu de prata do município. Juntos, prefeito, secretários e ministros do Estado, num momento especial, divulgavam o evento, discursando e enaltecendo a capacidade do governo militar em realizar obras para o bem da população. O exemplo é o discurso do prefeito do município, Kurt Hasper:

“E hoje, meus senhores, nosso povo vence uma de suas árduas batalhas, iniciada em 22 anos, nos foi necessária que a revolução chegasse. Foi necessário que a revolução chegasse. (...), para que a novela tivesse fim; para que o povo vencesse a luta, para que o aeroporto de Guaíra fosse asfaltado (...) Entregamos ao povo há poucos dias o estádio municipal, (...) Ney Braga e outras tantas obras públicas construídas com o apoio financeiro do Governo da Revolução (...) Guaíra na plenitude de sua primavera, na pujança de sua juventude (...) colhe os frutos (...) que juntos plantamos, e se transformaram em arvores generosas, em todos estes anos de trabalho, de liderança, de devoção pública.”²³

mais tarde sucedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Sua extinção foi estabelecida em 4 de junho de 1981, através do Decreto nº. 86.071.

²² Cf. GASPARIM (1980).

²³ 1977: 25 Guaíra; Jubileu de Prata, *Jornal Sete Quedas (em Revista)*, 1977.p.23.

Como podemos observar, as falas e argumentos de Hasper, “que se dizia compreensível ao esforço do governo federal de apoiar-se na busca por outras fontes de energia”²⁴, caminham para um só propósito: enaltecer o regime militar, considerado como um “novo tempo”. Tal discurso está repleto das mesmas premissas políticas da propaganda militar (promessas de um novo tempo, de fartura e felicidade), mostrando que a ordem então instituída colocava a Nação e, conseqüentemente, Guaíra, diante de um futuro promissor. Todavia, esse amanhã só se realizaria se a população e o governo trabalhassem em conjunto na conquista do mesmo objetivo. Como ressaltavam, os frutos só seriam colhidos se houvesse uma união, um consenso, entre o povo e o Governo.

Essas abordagens não aconteciam em um momento qualquer, visto que as transformações que viriam a ocorrer na região seriam provocadas pela formação do reservatório de Itaipu, que alagaria parte do território paranaense, fazendo submergir os Saltos das Sete Quedas e outros espaços. O que se destaca neste momento é a recorrência dos discursos²⁵ oficiais, na maioria veiculados pelos meios de comunicação. Ressaltavam a capacidade e a possibilidade de transformação trazidas pelo governo militar através de obras que se realizavam naquele contexto. Divulgavam-se obras e mudanças por todo o País. Era necessário, pois, “o Paraná se transforma a cada dia, ganhando posições de relevo no desenvolvimento brasileiro”²⁶, porém pouco era esclarecido à população sobre a abrangência do Projeto Itaipu na região.

Há um silêncio imenso perceptível nestas falas quanto a Itaipu. Esse silêncio é significativo, se contraposto à realidade nacional, como queriam e mostravam os discursos oficiais da hora. Se se vivia o momento do “País que vai pra frente,”

²⁴ Guaíra: turismo & Energia. *Revista três poderes*. 1979, p. 28.

²⁵ De acordo com Daniele Feteira Soares em trabalho intitulado Paisagem e Memória: dos Saltos das Sete Quedas ao Lago de Itaipu. As primeiras reportagens acerca de Itaipu aconteceram entre os anos de 1978 a 1980. Neste período a discussão giraria em torno de aspectos técnicos da construção da hidrelétrica, como a cota de Itaipu (e a da barragem de Corpus na Argentina) e o número de turbinas. Neste período também há destaque para o processo de desapropriação e o conflito instaurado entre a Itaipu Binacional e os moradores da área a ser inundada, e para as interferências da obra na cidade de Foz do Iguaçu, que receberia, até 1980, cerca de 30 mil trabalhadores. De 1981 a 1985, a atenção volta-se para o processo de endividamento e para o alto preço da energia produzida por Itaipu numa conjuntura de recessão econômica. Com a inauguração da barragem, entretanto, começa-se a falar no aproveitamento turístico do lago e na transformação da própria hidrelétrica em atração turística. A partir de 1986 as notícias começam a se tornar escassas. As reportagens neste período voltam a mostrar a grandiosidade da obra e sua importância na retomada do crescimento econômico brasileiro.

²⁶ Guaíra: turismo & Energia. *Revista três poderes*. 1979, p. 28.

porque então silenciar sobre Itaipu, ou mesmo explicá-la a partir de um único conceito denominado “progresso”?

Na verdade, para entender e ler esses discursos, é preciso estar atento não apenas ao que dizem, mas ao que deixam de dizer. As falas que se reportam a Itaipu e à submersão dos Saltos das Sete Quedas chegam a ser quase anônimas, e quando pronunciadas, são falas conclusivas e inquestionáveis, como a que aparece em 1977 na revista produzida, pelo poder público local, para a comemoração do jubileu de prata do município de Guaíra:

“Só existe uma maneira de descrever a rara beleza das Sete Quedas, visitá-la, fotografá-la e sentir a doce melodia das águas num murmurar constante, murmúrios este que deverá se calar nos próximos anos, dando lugar ao progresso, quando se fecharem às comportas da barragem da hidrelétrica de Itaipu, formando um grande Lago..”²⁷

A partir de justificativas que seguiam o padrão de argumentos como o citado acima é que foram estabelecidas as demais falas que argumentavam em prol da construção de Itaipu. Entre os anos de 1974 e 1982 os argumentos dos técnicos e dos políticos desqualificam todo e qualquer empecilho à edificação da usina. Os entraves a sua concretização eram considerados entraves à própria Nação. Investir contra Itaipu era ser contrário ao tão sonhado desenvolvimento da Nação Brasileira.

Um das notícias veiculadas nessa época pelos jornais da região referia-se a informações ressaltando os números e a grande capacidade de Itaipu. As reportagens publicadas informavam que a altura da barragem principal de Itaipu equivalia à de um prédio de 62 andares. O concreto nela empregado seria suficiente para levantar todas as estruturas dos prédios necessários a uma cidade com 4 milhões de habitantes. O volume de terra e rocha escavado era superior a 50 milhões de metros cúbicos²⁸

Como os números demonstravam, Itaipu era um grande projeto hidrelétrico, capaz também de modificar a paisagem e o deslocamento compulsório de milhares de pessoas, fazendo romper laços entre elas e o espaço, enfim, alterando seus modos de vida. Tudo isto aconteceria num curto período de tempo e de forma

²⁷ Guaíra, op.cit. 1979, p. 33.

²⁸ Cf. Jornal Ilha Grande, 07/10/1981.

dramática, sobretudo para os que foram obrigados a sair de suas terras, a abandonar seu passado, sem muitas vezes compreender o significado da mudança e do progresso ressaltado pelos defensores de Itaipu. Todavia, tais questões eram mostradas como irrelevantes, comparadas à necessidade e grandiosidade da “Obra”.

As falas que construíram Itaipu como símbolo do progresso material para a nação estão repletas de convicções de que Itaipu representava sempre mais do que qualquer “obstáculo” que antepusesse à sua concretização. Ao que tudo indica, para aqueles que viam as águas do rio Paraná como uma fonte geradora de energia, as histórias de vida e referenciais que seriam submersos com as águas do reservatório de Itaipu significavam muito pouco, ou nada.

Em meados de 1982, os meios de comunicação anunciavam a passagem do Presidente João Figueiredo por Guaíra para dar o seu “último adeus às Sete Quedas e se juntar ao povo que lamentava”, bem como, reiterar “sua determinação em prosseguir o desenvolvimento” e a melhoria da qualidade de vida, cuja obtenção, como argumentava o presidente, “necessitava dispor de energia e do lago de Itaipu”²⁹. Ao visitar as Sete Quedas, em Guaíra, em meio a questionamentos da população e da imprensa a respeito do desaparecimento das Quedas, o Presidente teria comentado:

“Sei que isso é uma grande perda, me associo aos que lamentam o desaparecimento do espetáculo natural proporcionado pelas Cataratas, mas no caso de Itaipu, os ganhos são de alta relevância como a produção de energia equivalente a 670 mil barris diários de petróleo a geração de energia para atender as necessidades do Centro Sul do País. (...)”³⁰.

O fato é que Itaipu seria a obra que se solidificaria pela capacidade estampada em números e em cálculos, dando formas visíveis ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro, que havia conferido à energia hidrelétrica papel fundamental à promoção do desenvolvimento. Assim, como propõe o sugestivo título da matéria que relata a visita de Figueiredo à região, a questão Sete Quedas Itaipu representava, na perspectiva “oficial”, “grandes perdas,

²⁹ Grandes perdas, Grandes ganhos. *Jornal Ilha Grande*, Guaíra, 25/09/1982.

³⁰ Idem.

Grandes ganhos”. A construção faria submergir espaços e paisagens, mas levaria o Brasil a construir a maior hidrelétrica do planeta e ainda a suprir a falta de energia elétrica da Região Sudeste do país.

Entre “Sete Quedas” e “Itaipu”, entre ganhar e perder, os militares tinham bons motivos para optar por ganhar. Afinal, entre os vários elementos que giravam em torno de “Itaipu” contidos nos discursos daqueles que a justificavam relegando ao sumidouro outras percepções, estes, os ganhos, se destacavam como maiores.

Percorrendo-se outras falas entusiasmadas como esta, é possível deduzir que tais premissas foram pensadas no intuito de justificar e enaltecer Itaipu. Essas falas são discursos que não se perdem na correnteza do trajeto, pois, na busca do sentido coerente, entronizam idéias que reforçam a necessidade daquilo que era colocado com caráter de urgência para o bem da Nação.

No mesmo ano, ao ser questionado a respeito do projeto alternativo que permitiria preservar Sete Quedas e alagar menos terras, o General Costa Cavalcanti e o diretor-geral adjunto pelo lado paraguaio da Itaipu Binacional, Enzo Debernardi, responderiam que de todas as alternativas estudadas para o local do barramento, Itaipu era a mais econômica, a mais adequada, e tecnicamente viável e politicamente possível. Diante o General Cavalcanti afirmaria:

“(…) As Sete Quedas existe como obra de Deus, obra natural. Mas que pouco está produzindo apenas um turismo rudimentar, nem de longe comparado ao turismo de Foz do Iguaçu com as quedas de Iguaçu. E agora por obra do homem, este recurso natural que pouco está rendendo, o homem está trazendo para uma altura de 170 metros que dará uma renda enorme aos donos de Sete Quedas que são a União Brasileira e a União Paraguaia (...)”.³¹

A ênfase desse discurso é uma perspectiva que desponta em outras falas “oficiais”. Mostra de forma explícita que a busca, para aquele momento ufanista, residia numa maior produtividade para a Nação. Na mesma direção, reafirmando Cavalcanti, o diretor-adjunto do lado paraguaio argumentaria:

“O desaparecimento de Sete Quedas é um preço alto que os homens têm de pagar para obter energia. Não há nenhuma coisa, na história da humanidade que não tenha sido obtida à custa de outra coisa. Então, se esse preço é alto demais ou baixo demais, é algo subjetivo

³¹ *Jornal Ilha Grande*, 31/10/1981.

de cada um. Se o senhor pergunta a um operário que terá trabalho mediante a energia criada por Itaipu, um operário que nunca viu ou nunca teve condições de ver Sete Quedas, mas sua família vive com essa energia, esse preço será baixo. Para um ecologista que dá a essas coisas uma importância fundamental, provavelmente o preço é alto. Porém, o conceito que não é subjetivo é que sempre se paga um preço alto por algo que se quer obter. Agora, Sete Quedas não está destruída, está 'suspensa', no sentido de que daqui a algum tempo, que ainda não conseguimos prever, podendo ser curto, podendo ser longo, a humanidade encontre outra forma de produzir energia que não seja através das quedas d'água, então Itaipu poderá ser aberta, água fluir da mesma forma que antes e as quedas então ressurgirão intactas. Até melhor conservadas, eu diria."³²

Pensadas fora do seu contexto, estas mensagens se tornam de impossível compreensão, haja vista que nesse período apareciam por todo o país movimentos contrários ao Projeto Itaipu. Em Guaíra vários movimentos reivindicavam indenizações pela submersão das Sete Quedas, portanto muito do que se falou "oficialmente" era não apenas a posição e a maneira como os militares viam a própria população, mas também uma resposta àqueles que pensavam diferente quanto ao que Itaipu significava para a Nação brasileira. Quanto aos guairenses, que viam em Itaipu não apenas as marcas do desenvolvimento, a resposta era mediada pelo técnico:

"(...) A Itaipu indeniza os bens particulares (árvores, cercas, casas). Mas as sete quedas não constituem um patrimônio do Povo de Guaíra, aí sim do povo brasileiro, isto é da União e do Paraguai. Este patrimônio não seria no seu todo um objeto de indenização, se alguém tivesse que reivindicar indenização seria o Brasil e o Paraguai. Estes dois governos já autorizaram através de concessão o aproveitamento deste patrimônio. Este aproveitamento não irá destruir as Sete Quedas, apenas tão somente irá afogá-las. Num futuro é possível, que daqui um cem ou duzentos anos, se outras fontes de energia forem criadas, as sete quedas poderão voltar ao seu estado natural, desta maneira, não há como indenizar as sete quedas. Quer seja por ordem legal ou não(...)"³³

Entre outras coisas, queremos destacar neste momento a importância e expressividade desses argumentos. Essas falas não são neutras e carregam consigo marcas de um tempo em que o Estado militar, utilizando-se de uma linguagem racional, técnica e, sobretudo, econômica, buscou se impor como aquele

³² O Estado de São Paulo e Jornal da Tarde, 14/10/1982.

³³ *Ilha Grande*, outubro de 1982.

capaz de ser portador da vontade coletiva, ou seja, da Nação brasileira. Nenhuma palavra do que se falou e argumentou sobre Itaipu foi neutra. Elas foram pensadas para serem aceitas como portadoras da verdade e referencial para pensar e conceber Itaipu.

Assim, também, essas “vozes” autorizadas a falar de Itaipu precisaram desqualificar outras expectativas que concebiam a obra diferentemente do que o discurso oficial afirmava. O que se constata, em certos momentos, é a forma como a população era chamada oficialmente a participar do crescimento da Nação, desde que deixasse que o “governo” e os técnicos de Itaipu solucionassem os impasses indesejáveis.

Neste contexto, quando as ações da população passaram a se contrapor ao regime e à representação que este dava a Itaipu, suas vozes eram logo excluídas. Enquanto em 1977 a população é conclamada a participar da festa de aniversário de Guaíra e contribuir para a construção da “Nação do futuro”, a partir dos anos 80, quando ganham formas os movimentos reivindicatórios, as ações e respostas da população passam a ser desqualificadas pelos representantes de Itaipu. Mas, assim como a atividade turística do município ou a própria Sete Quedas, a população era algo rudimentar e incapaz de compreender o esforço do governo militar, que efetivaria via Itaipu, “*a inauguração de um novo tempo, um tempo de extraordinárias realizações*”, como afirmavam as propagandas governamentais. (FICO, 1997, P. 131).

O progresso e a ótica do desenvolvimento exigem transformação constante, não importando se vai ou não alterar a qualidade de vida das pessoas. Nos projetos de modernização, a idéia do novo assume papel primordial. Tudo aquilo considerado inadequado perde o seu valor e rapidamente é substituído. Assim, em cada novo projeto, esvai-se o passado, as experiências humanas, pois “mais do que uma ruptura com o passado, o novo significa um esquecimento, uma ausência de passado” (LE GOFF, 1990, p.173).

Refletindo sobre o desenvolvimento e a modernidade, Marshall Berman, parafraseando, Marx, escreve: “Tudo que é sólido desmancha no ar”:

... tudo que é sólido – das roupas ao nossos corpos aos teares e fábricas que as tecem, aos homens e mulheres que operam as máquinas, às casas e aos bairros onde vivem os trabalhadores, às firmas e corporações que exploram, às vilas e cidades, regiões

inteiras e até mesmo as nações que as envolvem - tudo isso é feito para ser desfeito amanhã, despedaçado ou esfarrapado, pulverizado ou dissolvido, a fim de que possa seguir adiante, sempre adiante, talvez para sempre, sob formas cada vez mais lucrativas.

O *pathos* de todos os monumentos burgueses é que sua força e solidez material na verdade não contam para nada e carecem de qualquer peso em si; é que eles se desmantalem como frágeis caniços, sacrificados pelas próprias forças do capitalismo que celebram. Ainda as mais belas e impressionantes construções burguesas e suas obras públicas são descartáveis, capitalizadas, para rápida depreciação e planejadas para se tornarem obsoletas; assim, estão mais próximas, em sua função social, de tendas e acampamentos que das pirâmides egípcias, dos aquedutos romanos, das categorias góticas. (1986, p. 97)

Foi nesse rápido movimento de construir e destruir, em sua maior parte, assustador, que projetos tidos como símbolos de progresso e modernidade, justificados pelas necessidades econômicas, foram instituídos no decorrer da história humana. Por certo, a construção da modernidade passa por um percurso, que tem feito do interesse de grupos hegemônicos uma sobreposição à vida dos demais.

Indiscutivelmente, viver as experiências da modernidade é arriscar-se ao perigo de enfrentar o novo, o inseguro, e, sobretudo, embrenhar-se por caminhos que trazem esfuziantes momentos, mas ao mesmo tempo carregam em seu bojo um mundo de desintegração, encerrando as promessas e frustrações que a própria modernidade trouxe para os diversos campos da vida social. Nessa perspectiva, a construção de Itaipu, ressaltada no discurso oficial como símbolo máximo de modernidade e progresso, para o País, durante os anos 1970 e 80, perpassa por esse viés. Nesse caso:

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição, é sentir - se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e, freqüentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda, sentir - se compelido a enfrentar - se, essas forças, a lutar para mudar o seu mundo, transformando-o em nosso mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista, ao qual tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda que, quando tudo em volta - se desfaz. (BERMAN, 1986, p. 15)

Os discursos dos representantes diretos de Itaipu nos mostram nitidamente as expectativas daqueles que defendiam a solidificação do projeto. Trata-se de

imaginário social crente na modernidade e, por isso, farto de promessas de felicidade, beleza e futuro brilhante. Todavia, a “modernidade” estampada em Itaipu fomentou na região atingida e na vida de seus habitantes, rupturas com valores passados, a perda de elos comuns que antes os uniam, mostrando que o entusiasmo proposto pelo projeto, para as pessoas envolvidas, muitas vezes não se concretizou.

Como salientou Berman, apesar de sedutor, o grande projeto de modernidade traz em seu bojo idéias paradoxais, ainda que tenha apresentado como proposta o alargamento de fronteiras, a concepção de universalidade, a crença sem limites na ciência (BERMMAN, 1986, p. 15).

Itaipu foi eleita em 1995, pela revista *Popular Mechanics*, publicada pela Associação Norte-Americana de Engenheiros Civis, uma das sétimas maravilhas do mundo moderno. De acordo com a reportagem, os engenheiros levantaram um brinde “à grandiosidade ousada de tirar o fôlego. Para construir Itaipu, a maior hidrelétrica do mundo em operação, os operários reconstituíram um trabalho de Hércules”. É esse tipo de informação que se vincula e se destaca, ainda hoje, sobre a história de Itaipu; uma história que se alimenta, sobretudo, da produção dos discursos “oficiais” tão bem reproduzidos pelos técnicos de Itaipu.

Todavia, para pensar Itaipu, é necessária a realização de uma aguda crítica a essas falas oficiais. É preciso ir além das falas que a explicam a partir de números referenciados como uma grandiosidade e silenciam outras tantas versões acerca de sua construção, e dessa forma enveredar por uma memória que foi instituída como única e analisar outras falas e outras memórias silenciadas pelo gigantismo de Itaipu. Nesse intuito é que iremos buscar nas falas de antigos pescadores do rio Paraná, aqueles que conheceram de perto as correntezas e o canto das cachoeiras e o cotidiano nas águas dos rios, outras percepções acerca da construção da hidroelétrica de Itaipu.

1.2. MEMÓRIA ÀS AVESSAS: ITAIPU NAS VOZES DE PESCADORES

Pensamento e ser habitam um único espaço, que somos nós mesmos. Mesmo quando pensamos, também temos fome e ódio, adoecemos ou amamos, e a consciência está misturada ao ser; mesmo ao contemplarmos o “real”, sentimos a nossa própria

realidade palpável. De tal modo que, os problemas que as “matérias-primas” apresentam ao pensamento, consistem com freqüência, exatamente em suas qualidades muito ativas, indicativas e invasoras. (E. P. Thompson,).

Como vimos na abordagem anterior, os discursos “oficiais” buscaram, ao longo dos anos da construção de Itaipu, construir uma imagem que ainda hoje é referência para pensá-la: a imagem de grandiosidade, de ousadia e, sobretudo, de modernidade. Mas, se andarmos pelas ruas e avenidas do município de Guaíra, poderemos enxergar resquícios de um passado não muito distante, quando os moradores da cidade tinham seu cotidiano marcado pelos sons das cachoeiras das Sete Quedas e pela presença de turistas que chegavam à cidade em busca da suas corredeiras. Uma mistura de sons acontecia nesse cenário: vozes de turistas se juntavam às dos guias, que indicavam o caminho e a história da paisagem, e às dos diversos vendedores, que, por sua vez, se uniam ao ruído das águas.

O som proporcionado pelo espetáculo das águas que caíam sobre as rochas poderia ser ouvido em quase toda a cidade. Ali a natureza avisava que dali a pouco a chuva iria chegar. Esse passado resiste às mudanças do tempo e ainda sobrevive. Ele é evocado por uma memória que nasce da experiência daqueles que trazem as marcas do passado em seus modos de viver. Mas o passado também ressurgem em imagens, que ainda hoje dão um colorido especial às paredes dos estabelecimentos comerciais, aos departamentos públicos e privados, às casas dos moradores. São imagens que se juntam à memória de homens e mulheres, para não deixar cair em esquecimento o passado, não permitindo que experiências vividas antes da formação do lago de Itaipu e da submersão das Sete Quedas caiam no esquecimento.

O tempo das cachoeiras, mesmo submerso, é parte da memória de homens e mulheres que trazem a vida marcada e modificada pela construção da hidrelétrica de Itaipu. Nesse sentido, é possível conhecer o passado e recontá-lo também a partir da interpretação daqueles que guardam outra versão do lago de Itaipu. É necessário construirmos uma narrativa histórica que mergulhe nas águas do lago de Itaipu no intuito perceber as outras memórias e histórias ainda hoje submersas no mesmo lago.

Nessa perspectiva é que iremos tomar a fala de pescadores e pescadoras, “os senhores e senhoras” do rio Paraná. Esses sujeitos são conhecedores de como

era violento o rio antes da formação do reservatório de Itaipu. A memória desses moradores nos fala de um rio Paranazão que, mesmo mais agitado e perigoso, era também mais produtivo antes de Itaipu. São vozes que se referenciam pelo presente marcado pela busca do peixe, mas também pelo vivido quando as águas de Itaipu chegaram com força, inundando seus modos de viver, de trabalhar e de agir sobre o meio. Nosso intuito é identificar nesses depoimentos a percepção que homens e mulheres constroem de Itaipu na experiência vivida.

Muitos dos depoimentos que aqui serão tratados são narrativas de pessoas que tiveram o curso de sua história desviado pela construção de Itaipu. Revelam a história de vida das populações atingidas pela construção de Itaipu fortemente marcada por um tempo antes e outro depois da formação do lago.

Para compreender a percepção desses sujeitos acerca desse episódio e decifrar a apreensão das falas, o testemunho oral constitui uma atividade fundamental. Essas vozes são reveladoras de experiências vivenciadas, de memórias que se foram construindo e ainda se constroem em meio a um complexo de lutas, um embate de memórias.

O trabalho com a fonte oral supõe uma densa reflexão teórica, especialmente por considerarmos descartada a possibilidade de utilizar a fonte oral enquanto apoio factual ou ilustração qualitativa. A evidência oral também exige e deve ter a mesma receptividade e controles críticos que se aplicam a qualquer outra fonte utilizada pelo historiador na apreensão do seu objeto de análise e compreensão do passado, como por exemplo, os artigos de jornais, relatórios políticos ou um documento lavrado em cartório.

Não obstante, é imprescindível indicar uma característica própria da fonte oral que talvez constitua uma das singularidades do trabalho pautado em fontes orais. Essa especificidade reside no fato de que os meios e acervos de que dispõe o pesquisador para a construção da percepção, no tempo e no espaço, da experiência humana surgem do trabalho direto com pessoas, seres humanos concretos, possuidores de emoções e experiências próprias. Assim, tomaremos como ponto de partida as considerações realizadas por Janaína Amado nos seguintes termos:

“pessoas (...) não são papéis. Conversar com os vivos implica, por parte do historiador, uma parcela muito maior de responsabilidade e compromisso, pois tudo aquilo que escrever ou disser, não apenas lançará luz sobre as pessoas e personagens históricos (como

acontece como quando o diálogo é com os mortos), mas trará conseqüências imediatas para as existências dos informantes e seus círculos familiares, sociais e profissionais (...)"(AMADO:1997 p.146)

Há uma relação original entre o historiador e os sujeitos da história, a qual, por sua vez, como comentamos, difere daquela que o historiador mantém com um documento inanimado. Pessoas merecem respeito e estão ali no momento da entrevista para serem ouvidas, e não estudadas; portanto, seus relatos e suas versões devem ser levados em consideração.

É certo que a tentativa de reconstrução do passado através das fontes orais implica, para o pesquisador, no reconhecimento das várias versões acerca do tema relatado; porém isso não significa que ele deva aceitar de modo acrítico a história de vida da pessoa como uma narração do acontecido. Nesse sentido, nosso objetivo, ao trabalhar a oralidade, volta-se menos ao interesse em afirmar o relativismo total da "verdade", e mais à tentativa de compreender a formação das "verdades" dentro das histórias de vida para poder refletir, num segundo momento, sobre o passado. Menos que detectar mentiras, nos interessam as versões. Destarte, a preocupação principal consiste em aprofundar e compreender os percursos das narrativas, os movimentos presentes na memória. Interessa-nos aprofundar reflexões sobre as narrativas enquanto possibilidades de apreender os modos de viver, as experiências ocultas, as lutas presentes na memória e na cultura popular, que, em última instância, talvez seja o que melhor produz o trabalho com a fonte oral para o pesquisador.

A memória, por ser dinâmica, acompanha as transformações, mas também resiste às mudanças que muitas vezes e por vários motivos optamos por não fazer. Nesse caso, como bem lembram os especialistas, podemos compreender os relatos orais não apenas como uma dada compreensão do passado do que "realmente" aconteceu, mas também daquilo que deixou ou que poderia ter ocorrido. Se o que buscamos é apreender a memória e acreditamos que esta não se encontre necessariamente na fala, é preciso também um esforço na tentativa de compreender as significações dos silêncios da memória. Mais do que distorções da memória, o silêncio deve ser pensado também como recurso a ser explorado e compreendido.

Nesse sentido, torna-se oportuna a reflexão de Raphael Samuel, quando propõe:

“... a memória longe de ser meramente um receptáculo passivo ou um sistema de armazenagem, um banco de imagem do passado, é, isto sim, uma força ativa, que molda; que é dinâmica – o que ela sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra – e que ela é dialeticamente relacionada ao pensamento histórico, ao invés de ser apenas uma espécie de seu negativo. “(SAMUEL: 1989, p.44)

Compreendemos que a fonte oral possibilita reflexões sobre o mundo até então negligenciadas, permite compreender o vivido, as experiências no interior de uma cultura. As narrativas de antigos moradores rompem as barragens da memória e trazem à tona o “não dito” por fontes escritas. Elas mostram os limites do projeto de Itaipu e ainda no presente se debatem para manter a memória.

Estudar a memória, então, compreende uma perspectiva que abrange não apenas falar da vida e de sua perpetuação através da história, mas, também falar do seu reverso, dos esquecimentos, dos silêncios e, ainda, da permanência das memórias subterrâneas entre o esquecimento e a memória social, o que implica em mergulhar no avesso da memória. A memória é pensada como parte da vida desses sujeitos. Assim:

“o passado e o presente constituem duas temporalidades que não se excluem como duas consciências porque cada uma só se sabe projetando-se no presente e porque aqui elas podem enlaçar-se” (MERLEAU-PONTY, apud: SANTANA, 1998, p.17.)

Com propriedade, Portelli chama a atenção dos pesquisadores, assinalando que a análise de depoimentos pode implicar na percepção de múltiplos fragmentos de memória inter-relacionados. “Na verdade estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideologicamente e culturalmente mediadas” (PORTELLI, 1999, 106)

No conjunto dos depoimentos de antigos moradores da cidade se destaca a fala de José Gonçalves dos Santos, 30 anos, pescador, que desde criança auxiliou seu pai nas tarefas do trato com o peixe, na cidade de Guaíra. Detalhista, numa passagem do seu depoimento ele reconstrói suas experiências da infância no rio Paraná e nas regiões das Sete Quedas.

“(...) Naquela época nós tirava o sustento do rio mesmo, que nem eu, (...) que sempre explico pro meus filhos hoje (...), eu tinha o tamanho

desse moleque aí, meu, eu pegava e armava uma redinha em qualquer lugar do barranco, aí (...) pra comprar pão de manhã cedo (...) já que a peixaria era aqui embaixo, cê já vinha do rio, já vendia o peixe, já passava na padaria e já comprava o pão, já tinha o café da manhã cedo (...). Hoje onde que é as Marina, ali nós armava a rede e pegava pintado de oito a dez quilos; tinha peixe abundante aí, não precisava cê i lá pro meio, porque hoje ali se você pega algum lambari, é ... coisa rara, um mandi... ”³⁴

Ao narrar sua experiência no rio Paraná, Zé Gonçalves - como é mais conhecido entre os pescadores - vai mostrando a importância que este vai tomando em sua vida, vai revisitando o cotidiano de sua própria infância e utilizando-se das linguagens e artimanhas desse período: “armava uma redinha em qualquer lugar do barranco”,³⁵ mesmo com a significativa quantidade de peixes que havia no rio, foi preciso inserir-se no mundo do trabalho ainda criança, para ajudar nos gastos da família; assim, o mundo da infância se imbricava com o mundo de responsabilidade do adulto e com a natureza. Meninos e meninas seguiam seus pais nas lidas da pesca, na venda do peixe ao turista. Estas lembranças constituem presenças marcantes na vida de Zé Gonçalves e o remetem ao cotidiano da família ribeirinha, no qual as brincadeiras de infância se mesclam ao trabalho. O sabor dos arriscados banhos no rio Paraná mistura-se às atividades da pesca, da sobrevivência. Uma forma de aprender “a fazê futuro acompanhando pai e mãe pelo rio afora”³⁶. Traços, marcas da memória carregados pela criança

A aprendizagem da pesca, o trabalho no interior da família, a lida com as redes e a negociação com os turistas na venda do peixe são conhecimentos transmitidos através de gerações. São um mundo de experiências que o pescador faz questão de passar para seus filhos, ato revelador da importância que a oralidade vai assumindo dentro da família ribeirinha para transmitir todo um passado e os significados desses momentos.

Ao longo da entrevista, percebemos que, embora em sua infância o cotidiano fosse de muita luta, pois o trabalho era uma prática constante, o ato de relembrar aquele tempo passado é bom, na medida em que reviver as duras horas de trabalho é também reviver os arriscados banhos nas águas das Sete Quedas. Para José

³⁴ José Gonçalves dos Santos, 30 anos, casado, entrevista concedida em 07/06/1999, na residência do entrevistado, Guaíra-Paraná. Tempo de duração, 50 min.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem, ibidem.

Gonçalves, “voltar” ao passado é difícil e doloroso, porém, é também extremamente importante, na medida em que, como ele explica, “a vida era no rio, né?”³⁷.

Então, reconstruir o passado é recontar suas vivências, experiências que ainda estão muito junto dele, pois constituem todo o seu modo de viver; maneiras de viver que ainda se fazem próximas do pescador, que, ao referir-se aos espaços onde se localizavam as Sete Quedas, diz:: “quando nado no rio lembro direitinho, qual é o canal... Lembro ainda... porque as coisas bonitas que a gente vê, assim, nunca, nunca esquece (...)”³⁸ Os depoimentos são significativos. São falas que buscam vestígios de um espaço que se perdeu no tempo, mas para ele se mantém vivo na memória, porque “as coisas belas”, como é denominada pelo pescador, aquele espaço que foi parte da história de sua vida e de sua família marca também sua luta de vida.

Nas lembranças do pescador vai surgindo a vida de meninos e meninas que durante quase toda a infância conheciam apenas dois mundos: a ilha e o rio; um duplo mundo que lhes proporcionava diferentes situações, nas quais o viver e o aprender eram o mesmo. Assim, o viver presente se compõe também de uma memória carregada de momentos passados, traços da memória da infância que se passam nos espaços onde se desenrolam a descoberta de ser criança, o trabalho e as suas brincadeiras.

De certa forma, a narrativa do pescador Zé Gonçalves se junta a narrativas de outros pescadores que ainda na infância aprendiam o ofício da pesca. O pescador e ilhéu Rosalvo Ferreira dos Santos traz em suas memórias traços da infância marcada pelo viver ribeirinho:

A vida foi no rio, tudo que eu aprendi tudo que hoje eu sei de pescar, foi o que meu pai, que já era pescador há muito tempo, então tudo que eu sei aprendi com ele. Nossa vida era no rio mesmo. Desde pequeno a escola era o rio, nós ia pesca , levava as traia, e junto com pai mais outros pescador, nós ajudava a tira o sustento da família. E nós não reclamava, desde pequeno era ou o cabo da enxada pra aprender faze roça, ou era na pesca... De manhã cedo já estava no meu posto pra ir pro rio pescá (...) meus brinquedos era traia de pesca.³⁹

³⁷ Idem.

³⁸ Idem.

³⁹ Entrevista com o pescador e ex-ilhéu Rosalvo Ferreira dos Santos, 45 anos, morador do bairro Parque Hortência. Entrevista concedida em 09-07-2006. Residência. GUAÍRA – PR.

A aprendizagem destas tarefas consistia no ser e fazer-se das crianças. Pescar, capinar, preparar as pequenas lavouras junto com os adultos faziam com que meninos e meninas se sentissem úteis à família. A infância era, sobretudo, um momento da descoberta, pois não havia divisão de espaços e tarefas. O espaço sem limites, sem imposições de fronteiras, dava à criança o direito de observar os ofícios do adulto e com eles aprender, permeando o ser criança e o brincar de elementos e conhecimentos do mundo adulto.

Rememorar o mundo da infância é dar voz à criança e, ao mesmo tempo, à história interpretada, pois aqui o passado não está estagnado, ao contrário, está pronto a sobreviver, quando preciso, no momento presente. Assim a lembrança do passado desperta no presente o eco de um futuro perdido do qual a ação política deve hoje dar conta (GAGNEBIN, 1993, p.101). Nesse sentido, falar sobre o mundo da criança pode significar deixar visível a existência de perguntas que, por certo, ainda não foram respondidas.

Dessa forma, os depoimentos de homens e mulheres nos levam a visualizar uma luta invisível pela manutenção da memória, das experiências vividas que ficaram pelo caminho. Nessa perspectiva, vamos buscando, ao longo dessa trajetória, recolher o que parece ter ficado pelas margens, procurando reunir elementos para a narrativa de uma dada visão sobre o significado da formação do lago de Itaipu e o desaparecimento de Sete Quedas, sobretudo porque observar os vestígios presentes nessas narrativas compreende possibilidades de reconstrução histórico-cultural de processos que instituem modos de vida.

A narrativa de José Machado, 80 anos, pescador guairense desde 1956, é expressiva neste sentido. Sua fala é representativa quando ele busca definir o que era ser pescador naqueles tempos:

“Hoje é calmo ser pescadô. Hoje tá bom! Hoje só é perigoso quando vem uma tempestade, só se chovê. Naquele tempo, bastava pegá uma ventania que levava o pescadô com corda, peixe e tudo. Pegava uma ventania do Norte ou da maré, levava ele com tudo”. Sê pescadô era muito arriscado. Tinha que sê tihoso”.⁴⁰

A “identidade” do pescador vai se (re)fazendo por uma memória fundamentada na relação homem/natureza, na experiência adquirida no viver. Em

⁴⁰ José machado, 80 anos, pescador aposentado, viúvo. Entrevista concedida em 09/07/2004.

sua fala, o Sr. José mostra que para ser pescador era preciso não temer a fúria das águas, era necessário ter coragem para conviver com o impreciso; mas o trabalho arriscado garantia a ele sua identidade de trabalhador que “*trabaiava com os braços*”,⁴¹ e nisso residia a diferença, a marca do pescador; o trabalhador que se autodefinia e se fazia a partir da relação com o rio, que tão bem conhecia. Navegar, mesmo na água de tão forte correnteza, lhe garantia e afirmava ser o trabalhador pescador. Pelas suas narrativas, o pescador nos passa a imagem daquele rio, das águas barrentas e de correnteza fortes, onde “o cabra tinha que sê valente para ser vencedor.”.

Por outro lado, sua narrativa também é reveladora da astúcia que o pescador deveria ter para bem agir e garantir o sucesso na pesca. O rio tinha as suas artimanhas e o pescador deveria ser seu conhecedor:

“Quando o rio enchia nós ia pescá lá na prainha, na passage da prainha incruzava a água, ali era onde o peixe incruzava, (...) lá nois tarrefeava⁴² quando dá fé, chegava cada um com uma sacada de 30 a 40kg. de peixe. Quando o tempo tava feio, era como dia santo, Tinha que sabê pescá. Quanto o tempo baxava. Aquele barranco da Sete Queda era ali que nós pescava (...) Nós pegava 100, 150Kg . Quando parava,o dia nós dexava”⁴³

Toda essa experiência, marcada pelo trabalho diário no rio, é também referenciada pela fartura de peixe que garantia à família do pescador um viver que, comparado com o presente, passa a adquirir em sua fala maior dignidade. Um viver que sofreu interferências com a formação do lago, que deixou para os pescadores um rio mais calmo, porém menos produtivo. Nesse sentido, a percepção do pescador acerca de Itaipu é bem diferente da modernidade que ela estampa em sua grandiosidade. Em sua narrativa Itaipu aparece como:

“(...) Nada. Cercô todo desenvolvimento. O rico se arranha o pobre é que apanha! Todo mundo ficou desempregado. O rio ficou alto. O cascudo sumiu. O peixe melhor qui tem . Não tem mais cascudo porque ele não sobe.(...) Itaipu é boa pra quem trabalha com energia, como maquinaria , mas pra nós que trabalha com nossos braços... Pra nós não adiantou nada ...não adiantou nada .Nóis, pobre, tivemos

⁴¹ Idem.

⁴² O ato de tarrafear significa pescar com a tarrafa. A tarrafa compreende uma pequena rede de pesca, circular, com chumbo nas bordas e uma corda ao centro, pela qual o pescador a retira fechada da água, depois de havê-la arremessado aberta.

⁴³ Idem.

que se arranjà. Quantos prejuízos nós tivemos; lugar que morava gente que foi alagada aquele que ele indenizará, ainda sim! E os outros?O caso é isso! Agora pra quem vive do trambique do negócio aí deu... Pra nós, pequeno braçal, não deixou nada não. ..Itaipu , só deixou o lago⁴⁴.

Dos vestígios do lago formado pelas águas represadas se alimenta a sua memória, e dessa memória permeada da tentativa de mapear diferentes percepções do que representou a construção de Itaipu, sua narrativa vai se inundando, se referenciando em experiências que não são apenas suas, mas também vividas por outros sujeitos que, como o narrador, vivenciaram em sua realidade o processo de formação do lago de Itaipu.

Assim, é em experiências que não foram vividas somente por ele que se fundamenta sua percepção. Daí então pensar outros sujeitos que, embora diferentes dele, tiveram também a vida modificada pela formação do lago: aqueles que tiveram que deixar o lugar onde viviam para dar lugar às águas do reservatório. É sensibilizando-se com outros mundos e compartilhando, em sua fala, das incertezas que representou a construção da hidrelétrica para outros sujeitos que Itaipu é pensada. É pensando a cidade e seus moradores que explica a interpretação que faz da vida e do momento passado. São situações que mostram Itaipu no outro aspecto, aquele da sua grandiosidade, também em problemas sociais e culturais.

A relação do presente com o passado, marcado pela construção da hidrelétrica de Itaipu, ainda é muito forte nos depoimentos dos pescadores daquelas margens. A narrativa de Dona Iraci Becker, 59 anos, pescadora aposentada, que morava na ilha Grande antes da formação do lago de Itaipu, traduz bem a importância da pesca e o significado do lugar onde vivia com familiares, antes da formação do reservatório. Moradora de Guairá há mais de 30 anos, a sra. Iraci tem a história de vida fisgada pelas águas do reservatório de Itaipu, que vieram cobrindo casas e plantações:

“ (...) Ai moramo lá na barranca do rio, pra baixo da ponte, onde foi alagado, daí nós fomo indenizado, compramos ali. Ali nós mora vinte e poucos anos, ela não tinha nascido ainda (...) mas, antes que nós moramos (...) na barranca, nós moramos na ilha. Na ilha tinha roça, nossa! Arroz... era muito bom a terra da ilha, tinha fatura. Então o pescador não se preocupava se fosse ruim de peixe, mas tinha roça,

⁴⁴ Idem.

o povo tinha tudo, na ilha tinha agricultura forte, na ilha. Ai... com o negócio Itaipu, aí precisava sair. O pescador tinha tudo na ilha...".⁴⁵

O avanço das águas em sua moradia inunda o depoimento de Iraci, a mulher pescadora. Já no início de sua narrativa seus gestos, sua emoções dão conta de que reportar-se especificamente àquele momento passado não era tarefa fácil. É doloroso lembrar-se da saída do seu lugar devido às águas do reservatório. Seus olhos e sua expressão um tanto pensativa deixam transparecer nesse momento da entrevista um outro lado sobre o qual dona Iraci talvez não desejasse falar. Recordar o roteiro de vida abortado, um destino sobre o qual se perde o controle, traz em si traços da violação à sua condição.

A narrativa é, assim, respingada por traços de um processo iniciado com a formação do lago de Itaipu, quando 1200 famílias que viviam da pesca e da lavoura cultivada nas terras das ilhas do rio Paraná tiveram que deixar suas terras. A enchente provocada pela abertura das comportas de barragens situadas rio acima (Paraná, Tietê e Paranapanema), que durou 7 meses e visava ao enchimento do lago de Itaipu num prazo recorde de 14 dias, obrigou os ilhéus a abandonar suas terras.⁴⁶

Marcado por eventos que mudaram o seu viver, seu depoimento não obedece a uma cronologia rigorosa, que assinale um começo, meio e fim. As falas se referenciam, mas em situações vividas que vão indicando a ela a correnteza durante a narrativa. É assim, por exemplo, que dona Iraci inicia sua narrativa falando do momento presente, e, dessa forma, se remete ao passado, explicando o momento que possibilitou a ela e toda a sua família a compra de um lugar, onde hoje reside com outras famílias de pescadores. Portanto, o presente referencia o passado. Dessa forma, é a indenização estipulada pela própria Itaipu como o valor

⁴⁵ Iraci Becker, 59 anos, 11 filhos, casada. Entrevista concedida em julho de 2002.

⁴⁶ Quando as águas baixaram as terras férteis das ilhas estavam cobertas de meio metro de areia, impróprias para a agricultura, e as benfeitorias dos ilhéus haviam se perdido. Em outubro de 1982 aconteceu a primeira mobilização dos ilhéus, em Guaíra, iniciando uma luta pelo reassentamento. Depois de muita luta os ilhéus conseguiram que o INCRA desapropriasse 33.761 hectares de terra para o assentamento das famílias, que tiveram que pagar pelas novas terras sem receber nenhuma indenização. A conquista do reassentamento das famílias deu origem à Festa da Vitória em 1984 e à primeira Romaria da Terra do Paraná em 1985. Fonte: CPT disponível em site <http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=150&eid>. Acesso em janeiro de 2006.

das terras que tiveram que deixar que marca o início de sua fala, para depois ela remeter-se ao cotidiano marcado pela fartura que, segundo ela, havia na ilha.

Assim, ao longo da entrevista, percebemos que, apesar da facilidade em obter os alimentos necessários à subsistência da família dos pescadores ilhéus, viver na ilha, longe da cidade, não era nada fácil. Se viver na ilha atribuía a esses sujeitos maior dignidade, pois, como ela havia dito, lá havia a pesca e a roça, duas atividades que se complementavam e garantiam a sobrevivência da família, por outro lado, lá a luta pela vida não era singular. Ir para a ilha significava, quando preciso, fazer um trajeto no arriscado percurso do rio Paranazão, como é chamado pelos pescadores, que também no seu dizer “era mais bravo no tempo das Sete Quedas”. O trajeto que ia da barranca do rio até a ilha era feito em pequenos barcos, num percurso arriscado que exigia a determinação da família: “Primeiro nós viemos com um barquinho, com um remo, horas e horas nós ficamos no rio pra chegar. Na descida vai, mas, pra subir. Aí fomo remando até que encostamo. Depois então nós juntamos um dinheirinho e cumpremo um barco a motor. Aí era melhó”⁴⁷.

A narrativa de Iraci nos conta como era sua luta e a de outras famílias que, como ela, também viviam da pesca e da colheita nas terras das ilhas. Na ilha, toda a família trabalhava. Não havia a divisão social do trabalho entre homens e mulheres. Tampouco entre trabalho adulto e da criança. Todos se confundiam, como indica sua fala, “quando nós morava na ilha, a mulher sempre foi junto da pesca (...) Ah! Nosso serviço era na roça de dia e de noite nos armemos o espinhel,. descemos nas lagoas. Naquela época nós tinha porque entra. Agora na lagoa não tem mais peixe”

A presença da mulher nos afazeres não era reduzida à lida doméstica, antes, seu trabalho estava na pesca, na roça, na venda do peixe, nos serviços mais arriscados, como aquele de conduzir a remo a família até a barranca do rio para venda do peixe. Todo o conhecimento da mulher pescadora é transmitido quando dona Iraci nos relata o cotidiano, que era farto de várias espécies de peixe e hoje é escasso, diante de tantas mudanças no *habitat* pesqueiro.

Suas memórias nos levam a embarcar no mundo do trabalho que complementava a mesa da família: a lavoura. Lá eles cultivavam a mandioca, o arroz, a batata-doce, pois a terra da ilha era produtiva: “ali nós tinha gado, porco, galinha e plantações”. Mas sua narrativa também nos conduz ao momento em que

⁴⁷ Iraci Becker, 59 anos, 11 filhos, casada. Entrevista concedida em julho de 2002

as águas do lago começaram a subir sobre esses mesmos espaços. Nesse sentido, sua narrativa é expressiva:

“ (...) Eu sei. Nós tava lá, daí todo mundo foi, (...) umas turma foi levado na vila dos pescador ,ali, é... Francisco... São Francisco. Mas eu, nós não queria ir lá, mas nós queria dinheiro. (...) aquele que queria dinheiro, já não queria aquele lugá, aí então ficou por último. Ai... a água veio... Veio... Nossa! Nós suspendemo os soalhos... e coloquemo tijolo no lado, outras tábuas por cima pras crianças, tinha só onde nós andava meio metro. Até que um dia veio o vento, e por causa tava tudo alagado já, e quase derrubou as casas. Ai as Marinha outro dia veio e tirou na marra. Aí fiquemo na lona ali, imbaxo, uns dias, umas semanas, até a indenização. A, nós compremos (ali).... Tinha muita água, água enchendo, o chão era cheio de água, de coisa, eles tiraram o resto do povo, então quando viu que o povo ia afogá, (...) eles tiraro ainda o povo... ”⁴⁸

A saída dessas pessoas, do lugar de origem, não foi algo fácil. Muitos, como dona Iraci e seus onze filhos, resistiram às águas, não somente pela parca indenização, mas também porque sair do lugar onde viviam desde tanto tempo significava ir para uma morada incerta, a morada preparada pelos funcionários de Itaipu. Sair da ilha era deixar para trás o lugar da pesca, as lavouras, a terra, o passado, e ainda, era separar-se de outras pessoas da comunidade de ilhéus. Como ela assinalou em seu depoimento, cada grupo de pessoas ia para um local - na verdade um lugar incerto, desconhecido - e, ainda, sem saber se iriam ou não poder voltar às ilhas novamente. Nesse caso, não sair da ilha - mesmo diante das águas que avançavam sobre as terras, as plantações e moradias - à espera da indenização era também se posicionar contra um desenvolvimento que naquele momento afetava diretamente suas vidas.

Naquele momento as águas do reservatório de Itaipu subtraíam do pescador o que era seu. Dessa forma, não apenas seus instrumentos de trabalho ficavam para trás, mas também a condição de "ser" dessas pessoas, os vínculos que tinham com o lugar onde viviam, parentes, vizinhos, a lavoura de arroz, a mata verde, as memórias, e os modos de viver que ficaram debaixo da água.

Não era apenas o pescador ilhéu que deixava para trás sua história e seu lugar. Outras comunidades de pescadores que viviam à margem do rio, no município de Guairá, também, ante a fúria das águas, deixavam seus lares e rumavam, sob

⁴⁸ Sra. Iraci Becker, 59 anos, 11 filhos, casada. Entrevista concedida em julho de 2002.

incertezas, para os barracões de lona, salas de colégios e ginásios de esportes, improvisados pelos funcionários de Itaipu. Não somente lugares eram destruídos, mas também antigas maneiras de viver, identidades, valores, modos de ser construídos durante anos foram submersos e represados no lago de memórias de Itaipu. .

Diante da grandiosidade da maior hidrelétrica que estava por se instalar na região, os pescadores eram apenas “pequenos” empecilhos a serem arrancados do lugar, para que se efetivasse a formação do reservatório de Itaipu.

Nesse sentido, a memória desses sujeitos apresenta histórias de vida inundadas pelo represamento do rio. Trata-se de narrativas que remetem à “dor da perda” e apontam aspectos de uma experiência que foi vivida, mas que a história oficial deixou de contar. A narrativa de homens e mulheres, diferentemente das fontes oficiais, comporta a interpretação que fazem da vida transformada pela construção da usina de Itaipu, em suma, a versão que contesta os signos da modernidade da Itaipu Binacional.

São narrativas que se referenciam também pelos impactos sociais, econômicos e culturais provocados na região e na vida dos moradores. Nesse aspecto, Itaipu é avaliada também por aquilo que provocou na vida dessas pessoas, e a partir dessa referência, refaz múltiplas formas de memória, reconstruindo o espaço e o viver afogado pelas águas. Então, aqui a função da lembrança significa também a recusa à “idéia de que o que vem depois é necessariamente melhor do que o que veio antes.” (MATTOS, 1993, p.02).

Em nenhum outro momento da sua história a Região Oeste experimentou tantas transformações na paisagem, no espaço e na vida dos seus moradores. Esses sujeitos herdaram em suas memórias as marcas da construção de Itaipu. Entretanto, Itaipu se diz hoje a empresa responsável pelo meio ambiente da região, e, como portadora de uma “verdade” que a própria empresa propaga, tem espalhado seus discursos, em nível nacional e internacional, como incontestáveis. O editorial intitulado “Responsabilidade Social”, divulgado pela Itaipu em 2003, informa essas premissas:

... Produzir energia, gerar bem-estar e irradiar conhecimento. Sobre este tripé estão as bases de sustentação da Itaipu Binacional, uma empresa reconhecida mundialmente pela excelência técnica e qualidade da energia que produz. Itaipu é uma mola propulsora do

desenvolvimento de dois países – Brasil e Paraguai, considerada, por seu porte e tecnologia, uma das maravilhas do mundo moderno e é, também, fator decisivo nos destinos dos municípios e comunidades da chamada região das Três Fronteiras. Manter e aprimorar esta excelência e qualidade é uma meta que, a partir de 2003, passou a agregar um novo desafio: o de que Itaipu seja reconhecida também por sua excelência em responsabilidade social, o que significa trazer para o centro da gestão empresarial o bem-estar das comunidades vizinhas. Pelo porte e importância de Itaipu, as ações voltadas a estas comunidades têm o efeito da pedrinha na água: a formação de anéis que se ampliam naturalmente, alcançando áreas cada vez maiores. Levar a excelência de Itaipu para o cuidado com o meio ambiente é uma meta definida com transparência, resultado de seminários, debates, palestras e encontros que envolveram os mais diversos setores e empregadas e empregados em todas as áreas, da direção geral aos serviços de apoio, da gerência aos estagiários e estagiárias. Assim, a posição de Itaipu, hoje, é manter, cuidar, potencializar os frutos colhidos nestes 30 anos desde sua implantação e, ao mesmo tempo, preparar a terra e lançar novas sementes de responsabilidade social e ambiental. Adequar-se aos novos tempos, à percepção de que a eficiência e eficácia de uma empresa estão ligadas à sua capacidade de gerar oportunidades àqueles que vivem em sua área de influência – a começar por empregados e empregadas e comunidades vizinhas. Itaipu é um pólo de saber. A fantástica experiência desta empresa é requisitada por técnicos e estudiosos do mundo inteiro. Queremos ampliar este pólo. Queremos que mais pessoas tenham acesso a este saber. E é desta vontade que começou a nascer, em 2003, o Parque Tecnológico Itaipu, o PTI. Vai funcionar em uma área desativada, onde moravam, antigamente, os barrageiros. Esta área faz parte da história da empresa – em determinado momento, as obras de construção de Itaipu concentraram 30 mil trabalhadores – e nela vão funcionar salas de aula, salas de projetos, auditório para eventos, biblioteca, laboratórios de pesquisa, incubadoras e condomínios empresariais...⁴⁹

O“poderio” da usina sobre os recursos naturais e humanos dessa região não ficou circunscrito ao momento em que se dava sua construção, ou mesmo à formação do seu reservatório. Itaipu continuou lançando sua tentativa de domínio e sua violência simbólica sobre aquelas mesmas pessoas atingidas pelas águas do reservatório, moradores da região do lago, pescadores, agricultores e ilhéus. Muitas dessas pessoas trazem traços dessas violações à sua condição, e nesse percurso a memória cumpre uma função de reter essas experiências do passado, as “lembranças que esperam o momento propício para serem expressas” (Pollak, 1989, p.02). Esses momentos estão guardados na memória da pescadora Iraci, que,

⁴⁹ Fonte Itaipu Binacional. Disponível em site: http://www.itaipu.gov.br/respo/balan_2004/balan_2003.pdf. Acesso em 16/02006.

mesmo depois de ter deixado a ilha onde vivia, vivenciou uma segunda experiência um tanto dolorosa com a Itaipu. As lembranças da pescadora narram com ressentimentos e mágoas a experiência de mais uma vez ter sido desrespeitada e violada em seus direitos:

“...Primeiro falou assim: ”Vocês faz reflorestamento dessa ilha. é pra Itaipu”, e nós vai fazê cargas e cargas de árvore, de muda. A Itaipu deu de graça pra plantar. Mais tarde eles disseram assim... Itaipu disse: “Nós vamos pagá tudo o serviço”,.... a plantação de muda... porque nós pagava pião (...) tudo pra ajudá. Aí depois tava grande! O alecrim já começava a florescê, aí um dia veio lá, aí falo pra mim ir embora. Ai fui no Itaipu, falei assim: “agora eu tô indo embora sem ganhâ nada Eu falei: “eu vou atrás da justiça porque eles prometeram, eu tenho testemunha, que tava junto quando eles falaram pra nos fazê reflorestamento”,...diz que ia pagá, depois, aí Diz : “se você vai atrás da justiça, ai nós vamo pedi aluguel, porque você plantou batata-doce, milho e mandioca no meio das árvores” Aí fiquei com medo porque a gente é fraco e !Itaipu é forte! Aí falaram assim, deixei para lá Mas eu me judiei com isso aí. Aí eu nunca mais! prometi a Deus , nunca mais ia plantá um pé de árvore em favor de Itaipu, ou alguma coisa. Eu não planto mais, eu planto meu terreno agora... (...) Aquilo foi... lavremo! Plantemo! Depois mandaram embora sem nada. Como eu ia na Justiça?”⁵⁰

Se a Itaipu representa o poder, suas memórias apresentam sua história, que, de certa forma, se junta às narrativas de seus pares, aqueles que também tiveram seus lares alagados; as narrativas que põem em dúvida a versão da Itaipu.

Ao privilegiarmos a análise da história de vida desses homens e mulheres esquecidos nos relatórios dos técnicos da Itaipu, buscamos ressaltar a importância “das memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à memória oficial, no caso, à memória nacional” (Pollak, 1989, p.12)

Neste sentido, estudar a memória é também remeter-se à memória dos excluídos, às lembranças daqueles que a fronteira do poder lançou à margem da história, a um outro tipo de esquecimento, ao retirar-lhes o espaço oficial ou regular da manifestação do direito à fala e ao reconhecimento da presença social.

Partindo desses pressupostos, mais do que recontar a história de Itaipu, essas vozes silenciadas revelam os limites e o alcance do projeto Itaipu e as marcas e vestígios que guardam desse episódio. Nesse sentido, o estudo dessas memórias

⁵⁰ Sra. Iraci Becker, 59 anos, 11 filhos, casada. Entrevista concedida em julho de 2002.

torna-se relevante na medida em que se reconhece que as diferentes versões da construção de Itaipu não se resumem à exclusividade da memória oficial; muito pelo contrário, os guairenses e demais habitantes daquela região atingida pela construção de Itaipu, na condição de sujeitos históricos, ao longo desses anos vêm (re)elaborando suas memórias, mostrando-se capazes de reinterpretar, enfrentar e negar a noção de história construída pela perspectiva oficial.

A cada fala, a cada gesto dessas pessoas, perpetuam-se traços do passado recente. A explicação oficial não conseguiu calar as vozes desses sujeitos, o que torna a memória resistente e, por isso, ativa.

2. A RESISTÊNCIA POSSÍVEL.

...“Cantar Sete Quedas é transbordar o peito da mesma forma que aquelas águas transbordavam nos rochedos, como se brincassem de saltitar de um lado para o outro...” (Edson Galvão)

Da poética também se compõe a memória que reconta as histórias inscritas nas paisagens e espaços significados pela experiência humana. É por meio dessa memória inscrita em canções e poemas que buscaremos percorrer trilhas do passado em busca de experiências represadas no lago de Itaipu.

Nesse sentido, buscamos analisar poemas e canções escritos por moradores da cidade, durante e após o período de construção da hidrelétrica e formação do seu reservatório. Nosso objetivo é apreender o olhar sensível dos poetas sobre essa experiência, buscando entender a historicidade imbricada nos vestígios da memória de um outro segmento social guairense, por meio da linguagem poética. Refletir sobre esses escritos implica compreender outros olhares e outras memórias sobre a submersão das Sete Quedas.

Nesse caso, buscamos compreender como esses sujeitos interpretam aquilo que foi vivido e experimentado por eles. Para além de uma escrita ficcional, os registros poéticos transmitem sensibilidades e recuperam memórias, experiências e modos de viver em Guaíra. No dizer de Alfredo Bosi, a poesia dá voz à existência, aos tempos do tempo que ela invoca, evoca e provoca(2000,p.141)

2.1 MEMÓRIAS POÉTICAS: SETE QUEDAS EM POEMAS E CANÇÕES.

“O amanhecer é tristonho, passarada não canta mais, foram embora ou morreram, como outros animais”.
(Wirley Arthur Beyer Verch)

A memória das cachoeiras das Sete Quedas, suas imagens e sua poética, estão vivas nas lembranças daqueles que a conheceram. São muitas as formas de rememorá-las. Porém é na narrativa poética que as imagens desse espaço ganham força e ressurgem numa linguagem lírica que expressa o “apego” ao lugar, às experiências, à poética do viver.

São narrativas caracterizadas por marcas de um passado que insiste em sobreviver. Trata-se de uma memória poética, a memória materializada em palavras e canções que exprimem sentimentos, pensamentos, valores e experiências muitas vezes renegados e silenciados pela grandiosidade de Itaipu.

As narrativas poéticas e as canções são pensadas enquanto leitura ressignificada da experiência vivida. Esses registros da memória expressam e recuperam caminhos e perspectivas que não devem ser esquecidos. Neles se reencontram as emoções e sentimentos do ontem com as percepções e sensibilidades do presente, pois “as sensibilidades de um outro tempo e de um outro no tempo, faz o passado existir no presente” (PESAVENTO, 2004, p.1).

Nessa direção, música e poesia, ambas escritas por sujeitos que vivenciaram o momento da construção da hidrelétrica e da submersão das Sete Quedas, traduzem a memória de uma comunidade a qual, transcendendo os tempos, possibilita a reconstrução histórica dos acontecimentos. Através desses escritos, poetas e cantores registram uma poética viva do passado, fazendo ressurgir aquilo que ficou ou havia se dado por perdido.

Por meio da linguagem, segundo Alfredo Bosi, a memória articula-se formal e duradouramente na vida social. Através da memória as pessoas que se ausentaram fazem-se presentes. Com o passar das gerações e das estações, esse processo “cai” no inconsciente lingüístico, reafirmando sempre que se faz uso da palavra que evoca e invoca. É a linguagem que permite conservar e reavivar a imagem que cada

geração tem das anteriores. Memória e palavra, no fundo inseparáveis, são condições de possibilidade do tempo reversível (BOSI, 1992).

Assim, ora cantando, ora recitando, cantores e poetas passeiam com “sensibilidade” pelo lago de memórias formado pelo reservatório de Itaipu. Para além de memórias submersas, Sete Quedas ressurge em versos e rimas intrinsecamente presos ao cotidiano da cidade e ao viver de seus moradores. Ora inspirados pela imaginação, ora respeitando reminiscências, esses sujeitos conjugam emoções colhidas de uma experiência real e percorrem novamente o caminho “passado”.

Nossa proposta é percorrer as trilhas de emoções, subjetividades e sensibilidades deixadas em poemas e canções. Nesta perspectiva, servem-nos de apoio as reflexões de Maria Izilda Santos de Matos, para a emergência da escrita de “outras histórias” a partir de uma história das sensibilidades. Nesse caso, poemas e canções são documentos com grande potencial para a revelação de subjetivação de sentimentos que expressam aspectos do vivido. (MATOS, 2005, p.31)

Entre os vários poemas e canções que versam sobre a formação do lago e a submersão das cataratas foram aqui privilegiados os registros de Edson Galvão (2004) e Wirley Arthur Beyer Verch (1998), ambos moradores da cidade na época da submersão das Sete Quedas. Seus escritos e composições musicais guardam a memória do lago, a memória daquilo que ficou “submerso” nas águas represadas pela barragem de Itaipu de forma poética e subjetiva. São fragmentos que possibilitam explorar experiências históricas até então negligenciadas, levando-nos à percepção de “outras histórias”, as histórias “submersas”, “silenciadas”. Como já propôs a historiadora Sandra Pesavento:

recuperar sensibilidades não é sentir da mesma forma, é tentar explicar como poderia ter sido a experiência sensível de um outro tempo pelos rastros que deixou. O passado encerra uma experiência singular de percepção (...) mas os registros que ficaram, e que é preciso saber ler, nos permitem ir além da lacuna, do vazio, do silêncio. (PESAVENTO, 2004,p.4-5)

2.2 NO VENTRE DAS ÁGUAS: TESOUROS DA MEMÓRIA

... a evocação é um movimento da alma que vai do presente do “eu” lírico para o pretérito, e daí retorna, presentificado, ao tempo de quem anuncia.

(Alfredo Bosi)

O olhar atento e sensível do poeta e cantor percorre um longo trajeto em busca do vivido, em busca daquilo que permanece no presente e merece, como experiência valiosa e significada, ser repostada em seu lugar, o lugar que cada um lhe atribui.

Para poetas, Sete Quedas ressurgiu como um tesouro guardado entre as águas. É pelas rimas e pela poética que, com auxílio da memória, estes “guardiões do tempo” fazem seu mergulho pelas águas do rio em busca de uma realidade ancorada numa multiplicidade de experiências, que, embora seja preciso lembrar, não deixa de ser dolorosa. Assim, a busca pela imagem passada ora dói, ora consola, pois o presente evoca o passado e ao mesmo tempo convive com ele, dando presença a momentos que permanecem unidos através da palavra poética. Conviver com esses tempos consistência a experiências que não são só do poeta, mas também de seu grupo, uma vez que, “as sensibilidades são uma forma do *ser* no mundo e de *estar* no mundo, indo da percepção individual à sensibilidade partilhada”. (PESAVENTO, 2004, p.1).

O poema *No Ventre das Águas* é um bom exemplo disso. Observamos que é a partir da própria realidade que o poeta busca inspiração para expressar sentimentos que nos colocam diante da percepção do que representou a submersão das Sete Quedas:

No fundo deste rio
existe uma cachoeira
bem guardada, cuidada e
preservada pela natureza
que a criou.

Na gente da cidade
existe um sentimento,
uma espécie de lamento
que não sai do pensamento.
É a saudade que ficou!

No ventre das águas
está Sete Quedas.
protegida por Deus.
Incentivo à canção, doce inspiração
do poeta que a amou.(GALVÃO, 2004, p. 33).

Guardada e protegida nas águas, mas imersa na memória dos moradores, Sete Quedas é incentivo ao memorialista poeta, possibilitando reencontrar espaços próprios do seu ofício e da imaginação, pois Sete Quedas é também o espaço do vivido e do concreto, e estes têm “por destino vincular estreitamente a fala poética a um preciso campo de experiências” (BOSI, 2000, p.136). Narrá-la é, por um momento, quase tocar o impossível, pois ela própria se transforma em poética, em um campo fértil de sensações e viver.

Contar em poética a memória das cachoeiras é estar perto novamente dos movimentos das águas, das matas, do encontro entre as pessoas; é rever trocas de experiências entre os moradores da cidade e daqueles que por ela passavam em busca das belas paisagens; é ver pelas lentes da memória e imaginação espaços da troca e da reflexão, do trabalho e do lazer. Nesse caso, através da narrativa poética, é possível novamente perceber uma intimidade há muito construída entre morador e lugar. Através desses escritos, que se alicerçam em vestígios da memória, passeamos por um mapa afetivo de lugares: Na canção *Sete Quedas vive*, o cantor nos faz, por um momento, conhecer e percorrer estes lugares ao encontro da paisagem:

Eu vi cachoeiras caindo
E a água subindo
Debaixo do chão
Eu vi um arco-íris tão lindo
Chegando pertinho
Ao encontro da mão

Eu vi estas matas crescendo
Natureza vivendo um eterno verão
E vi o turista chegando
Todo povo sorrindo
Oh! Que doce ilusão (GALVÃO, 2004,169).

As canções e poemas nos fazem percorrer caminhos suntuosos, como manda a riqueza das experiências e lugares evocados; todavia, a poética também se compõe de dor e perda, da história e percepção daqueles que viram em Itaipu a ameaça aos seus referenciais históricos e culturais. Apreender esses registros é descobrir linguagens e memórias marcadas por perdas, contradições e tensões de um tempo assinalado pela ânsia da “modernização” que assolava o país.

Nesse caso, a literatura poética se compõe de vozes e ecos de testemunhas que se inspiram na grandiosidade do próprio lago para contar e mostrar o avesso do que representou a construção daquela gigantesca obra para aqueles que por ela foram atingidos. Como aquele que também assistiu não apenas às belezas proporcionadas pelos sons das cachoeiras, mas também às mudanças proporcionadas pelas águas que vieram represando paisagens e, junto com elas, histórias de vidas, o poeta registra a percepção do que representou a formação do lago para aqueles que estavam habituados a ouvir os sons das águas, silenciadas, caladas para gerar energia.

Diante das muitas transformações advindas com a hidroelétrica chamada Itaipu, o poeta não perdeu a sensibilidade. Ao contrário, em poemas e canções, ele escava o passado em busca de uma percepção que permita mostrar aquilo que não deve cair no esquecimento, deixando em seus registros signos de angústias e desilusões advindas de um “progresso” que, para muitos, só deixou incertezas. Sua escrita não é uma escrita qualquer; ele a amarra com a vida de homens e mulheres.

A poesia, diria Alfredo Bosi, “é uma resposta ao ingrato presente (...) recompõe cada vez mais arduamente o universo mágico que os novos tempos renegam (2000, p.174)”. É o que se passa nos últimos versos que fecham a canção:

E o que restou pra nós, desilusão...
 Vieram cheias cobrindo a areia
 Rastro de erosão.
 E o que restou pra nós, desilusão...
 Vieram as águas
 Enchendo de mágoas nosso coração.
 Árvores secas
 Rodeando nossa paisagem
 É bem a imagem
 Da tristeza que ficou.
 Foi o trabalho
 Anos e sonhos de esperanças

Resta a lembrança
 Deste tempo que passou.
 E eu me espelho
 Na grandeza da barragem,
 Trago coragem
 De dizer com emoção,
 Que as belezas
 Nestas águas submersas
 Levo nos versos
 Sufocados da canção.

(declamado)

Meu Deus!
 O homem destrói tudo!...
 Sem pensar no amanhã
 Vai destruindo
 Sem medir as proporções
 Perdoe-nos!
 Sete Quedas vive!
 Em nossos corações.

A barragem
 Represou as águas...
 Afogou sonhos
 Dizimou consciências
 Liquidou idéias
 E anos de trabalho
 Pondo um fim
 Em nossas ilusões (GALVÃO, 2004,169)

Ao evocar Sete Quedas na música e na poesia, esses sujeitos expressam a memória coletiva através de metáforas que buscam os detalhes da experiência passada. São metáforas que lamentam e denunciam a desconstrução violenta de elementos constituintes de identidades e valores. Assim, a reflexão sobre essa linguagem permite visualizar perspectivas que podem passar despercebidas se não atentarmos para as conotações das palavras.

O arco-íris
 Desbotou as cores
 Sumiu
 Com certeza!
 E o som das águas
 que nos embalava
 Pelas madrugadas
 Calou de tristeza

Infeliz idéia
 Destruir as Quedas!
 Foi só violência
 Deixando a busca
 De outra alternativa
 Por inconsciência
 Sem nos dar chance
 De expor nossos planos
 Para sobrevivência
 Deste patrimônio da natureza,
 Besta ignorância... (GALVÃO, 2004,169)

É sugestivo pensarmos a metáfora do arco-íris, porquanto é comum encontrá-la em narrativas que versam sobre Sete Quedas. Há uma insistência de poetas e cantores em recordar o tempo e o espaço das cataratas, recorrendo em seus escritos aos encantos produzidos por esse elemento que, de certa forma, estão guardados nas reminiscências desses sujeitos.

Seja por sua beleza, seja pelos mistérios que atribui à imagem, a literatura constantemente recorre a esta figura em lendas, poemas e mitos. Na mitologia grega o arco-íris simbolizava o percurso feito por Íris, mensageira entre a terra e o céu. Na Bíblia, mais especificamente em Gênesis, o arco-íris é mencionado como sinal do compromisso entre Deus e o homem de não mais extinguir a humanidade. Assim, colocado no céu como testemunho desta decisão, o arco-íris seria a concretude da aliança entre Deus e a humanidade. No século XVI, em *Discours sur l'histoire universelle* (1681), o teólogo e escritor francês Jacques de Bossuet (1627-1704) escreveu o arco-íris é “um dos principais ornamentos do trono de Deus”. (MOURA, 1999,p.14)

Nesse sentido, cada cultura atribui ao arco-íris uma percepção. Todavia, poderíamos afirmar que, na pluralidade de sua significância, ou mesmo de sua compreensão, o arco-íris aparece no imaginário de diferentes povos como um elo que liga homens e mulheres a lugares místicos, um arco-de-aliança que lhes possibilita alcançar o impossível, o irreal.

Essas percepções nos ajudam a pensar a recorrência dos poetas às imagens dos vários arco-íris que pairavam sobre a neblina das cachoeiras. Ao lamentar a perda do arco-íris, o poeta estabelece um vínculo entre o passado e o presente, possibilitando traçar um percurso que lhe garanta o diálogo entre estes dois tempos e, dessa forma, retornar ao passado para recontar as mudanças paisagísticas e a fragmentação da vida diante da “modernidade”.

Fazer da natureza sua matéria-prima é estabelecer um vínculo entre tempo, espaço, valores e crenças; mas é também denunciar rompimentos, mudanças em modos de viver, maneiras de sentir e expressar a representação da hidrelétrica de Itaipu, percepções, muitas vezes, encobertas pelas águas do lago.

A dimensão dessas percepções é observada também na reconstrução das expectativas anteriores à formação do reservatório vivenciadas pelos moradores da cidade. Na poesia *o Dia D*, de Arthur Wirley, a percepção do poeta nos leva a visulaizar as tranformações por que passava a cidade. São imagens que fazem

aflorar lembranças angustiantes e nos colocam diante dos sentimentos deixados pela formação do lago. São as percepções de diferentes sujeitos “esquecidos” diante da “modernidade” de Itaipu.

No horizonte azul,
O sol surgindo;
Expectativa total,
Alguns sorrindo.

É chegada a hora,
Não tem mais jeito;
A maioria se cala,
com angústia no peito.

Maravilha universal
Que o Pai do mundo,
Com piscar de olhos,
Criou num segundo (VERCH, 1998, p.45).

Na escrita do poeta até mesmo elementos da natureza ganham sentimentos, e “sofrem” junto com ele as decepções e tristezas do momento. Como cúmplices de uma mesma realidade, poeta, nuvens e pássaros compartilham de um mesmo sentimento. Essas percepções mostram quanto estes componentes da memória, que ficaram por ser significantes - como o cantar do bem-te-vi - eram parte do cotidiano dessas pessoas, portanto, pertenceram ao tempo do poeta, ligando, dessa forma, o poeta e o canto das aves a um tempo comum, a uma experiência compartilhada. Segundo Bosi, os nomes concretos desenham na pele do texto imagens tomadas à visão real.

“Parecem puros “instantâneos” da natureza: flores, pássaros. Imagens de seres únicos e irrepitíveis: aqueles rosais, aqueles pombos. Mas justamente porque singulares, são imagens ricas de todas as determinações que a experiência do poeta em situação já conheceu.” (2000, p.135)

Nesse caso, referir, evocar esses sentimentos humanos em elementos da natureza é narrar de forma simbólica as próprias percepções de outros sujeitos que também viveram esses momentos, sobretudo os sentimentos do poeta. Recorrer a essas imagens é, por certo, uma forma de restaurar uma unidade dada como perdida:

Nuvens negras aparecendo,
O sol não mais sorri,
As águas vão subindo,
não mais canta o bem-te-vi.

Guáira das Sete Quedas,
Teu nome vou trocar
E é de Porto Solidão
que agora vou te chamar (VERCH, 1988, p. 19)

Cantar Sete Quedas, rimar versos, como bem assinala o próprio poeta, é trazer de volta um tempo que passou, mas sobrevive na memória, como registrou: “Sete Quedas vive em nossos corações”, *pois*:

“(...) a instância poética parece tirar do passado e da memória o direito a existência; não de um passado cronológico puro – o dos tempos já mortos-, mas de um passado presente cujas dimensões míticas se atualizam no modo de ser da infância e do inconsciente. A épica e a lírica são expressões de um tempo forte (social e individual) que já se adensou o bastante para ser reevocado pela memória da linguagem. (BOSI, 2000, p.131-32)

O tempo do cantar das cachoeiras também foi o tempo do poeta-cantor e de outras histórias de vida que se cruzaram nesse momento e viveram experiências que estão presas ao grupo.

Mas o poeta vive também da essência de um presente imposto que busca inspiração na matéria do passado. Assim, as experiências das quais retira sua matéria sobrevivem de lembranças, da essência de um passado que, embora submerso, propicia ao poeta (re)significar passado e presente, e encontrar lugares e identidades. “Na busca do espaço, reencontramos a ansiosa busca de identidades ameaçadas, já que lugares e objetos materiais aparecem como imutáveis, portanto como fatores de estabilidade capazes de referenciar pessoas, garantindo-lhes identidade” (D’ ÁLÉSSIO, 1981, p.280).

Diante de um presente marcado pela constante mudança, no registro do poeta as canções aparecem como forma de reter o passado para contá-lo a partir de suas singularidades, signos e representações.

Assim, a partir das narrativas, esses sujeitos expressam laços afetivos entre si e o lugar. Uma afetividade construída na riqueza das experiências, mas também na saudade, na ameaça a referenciais e identidades. Nesses registros estão

presentes os momentos, as lutas pela manutenção de lugares da memória, e dessa forma, a tentativa pela manutenção de uma identidade e de uma memória que se enraízam em experiências e lugares.

Ao registrar em poesias e canções a perda daquilo que é parte referente de relações afetivas do grupo, o poeta realiza uma sondagem de si e do seu tempo. A matéria da narrativa poética se faz da memória, que é tanto individual quanto coletiva, uma lembrança que o grupo retém e reforça. Quando o poeta conta em seus versos episódios ocorridos, através da linguagem lírica, ele gera uma reinterpretação da história, fazendo a memória épica vencer o tempo, falar o que estava calado, tornar visível o que estava submerso.

Na Grécia antiga, através da palavra cantada, o poeta tinha a função de guardar a visão de mundo e a consciência histórica do grupo; por isso sua palavra deveria ultrapassar e superar todos os bloqueios, as distâncias espaciais e temporais. Tal poder que lhe era conferido pela Memória (*Mnemosyne*) através das palavras cantadas. A poesia era assim uma forma de delírio divino que tomava o poeta e o transformava no intérprete de *Mnemosyne* (ROSÁRIO, 2002, p. 20).

Ao evocarmos a figura do poeta, que na *polis* exercia a função de manter viva a memória e, assim, ser o guardião da ancestralidade desse povo, buscamos na cultura popular a importância de uma figura que exerce a função de ser o guardião de memórias e tradições de seu povo para que esta seja preservada e passada às novas gerações. O poeta é, assim, o detentor de um saber emocionado que conjuga as lutas e sofrimentos, tristezas e alegrias, derrotas e vitórias. Por meio do seu canto, restitui o passado como força instauradora, desvelando aquilo que se mantinha encoberto. Poeta e cantor, ambos narradores de seu tempo. O narrador, como diria Ecléa Bosi, “é um mestre de ofício que conhece seu mister (...) seu talento de narrar lhe vem da experiência; sua lição, ele extraiu da própria dor; sua dignidade é a de contá-la até o fim, sem medo” (1994, p. 91). O narrador poeta cumpre, assim, como guardião dos tesouros da memória, sua função de evocar o passado e retê-lo para que não caia em esquecimento. O poeta faz da memória e da poesia formas de explicar o mundo, elos que fazem do diálogo com os tempos retenção e amparo de identidades e experiências. O poeta é o arco-íris que permanece e resiste ao tempo.

2.3 QUARUP DAS SETE QUEDAS: “A POÉTICA DO ADEUS”

...a memória não é um instrumento para a exploração do passado; é, antes, o meio. É o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas...
(Walter Benjamin)

“Sete Quedas vai acabar. No dia 20 de outubro as comportas de Itaipu serão fechadas e, 18 dias depois, a obra que a natureza levou milhões de anos para construir não existirá mais. Em seu lugar, haverá um grande Lago de 1350 quilômetros quadrados. Isso é bom ou mau para o Brasil? É bom ou mau para os brasileiros? Quanto vai custar? Quem vai pagar? Quem vai lucrar com isso? O que representa essa obra para a natureza e o homem? Uma obra dessas proporções era a melhor opção?”

Este trecho, parte da carta-protesto lida durante a realização do Festival Quarup das Sete Quedas em julho de 1982, demonstra com clareza um dentre os vários propósitos do evento. Se não o fez de maneira concreta naquele contexto de ditadura militar, ao menos deixou bastante perceptível seu caráter questionador do modelo de desenvolvimento que vinha sendo adotado no Brasil.

Nessa perspectiva, nosso intuito é buscar elementos que auxiliem na compreensão do festival realizado meses antes da formação do lago. De certa forma, o Quarup anunciava diretamente os questionamentos, as dúvidas e as (in)certezas que a construção da hidrelétrica de Itaipu imprimia aos homens e mulheres daquele tempo.

É necessário, então, pensar os sentidos que o ritual do Quarup adquiriu também para a população local, que, como outros sujeitos diretamente atingidos pela formação do reservatório de Itaipu, não presenciou a construção da usina, imóvel diante de suas imposições sobre a região. Em meio às incertezas advindas da implantação de Itaipu, muitas foram as formas adotadas pela população para mostrar que não aprovava a maneira como ela estava se impondo na região.

Sem dúvida, a realização do Quarup foi uma significativa expressão de denúncia e contestação à Itaipu Binacional. O movimento fez com que questões ainda pouco debatidas e, na maioria das vezes, ignoradas pelos discursos técnicos

sobre Itaipu adquirissem visibilidade em nível nacional e internacional. As notícias veiculadas em diversos meios de comunicação concorreram para que a discussão fosse ampliada e extrapolasse os contornos da região atingida diretamente pela formação do reservatório, e, além disso, essa ação já vinha se dando em nível regional⁵¹. Não obstante, o Quarup não foi um evento de oposição a Itaipu maior, tampouco menor que qualquer outro que já havia se dado na região do lago, mas foi o ponto de encontro de idéias que se juntavam naquele momento para trazer à tona um outro lado da história que até aquele momento a grandiosidade de Itaipu insistia em deixar à margem.

Nesse sentido, é fundamental pensar o Quarup para além dessa problemática, buscando-o como uma experiência que se juntou às outras formas de oposição a Itaipu. É imprescindível, então, pensarmos o Quarup a partir da sua especificidade e da participação de diferentes sujeitos. Como interpretar o Quarup das Sete Quedas? O que representou o Quarup naquele contexto de ditadura militar? Qual o seu significado para os guairenses e demais participante?

Realizado entre os dias 23 e 25 de julho de 1982, o Quarup das Sete Quedas, acampamento ecológico no ex-Parque das Sete Quedas, contou com a participação de aproximadamente 3000 mil ecologistas brasileiros, mais de 30.000 mil turistas e cerca de 7000 mil guairenses⁵². Organizado por grupos de ecologistas de diversas partes do mundo, o Festival teve a participação de diferentes pessoas: defensores da natureza, moradores da região diretamente atingida pela formação do lago, aqueles que sentiam em seu cotidiano as mudanças provocadas por Itaipu, aqueles que não aceitavam as imposições de um Estado que, fundamentando-se em uma razão técnica e produtiva do espaço, modificava a paisagem e a vida daqueles que viviam na região do reservatório de Itaipu.

⁵¹ O exemplo é a organização do movimento de Justiça e Terra gerado pelo descontentamento quanto aos valores das indenizações das terras expropriadas. É importante destacar ainda que, antes mesmo da realização do Evento Quarup, o episódio da desapropriação dos agricultores e outras questões relativas à Itaipu vinham sendo tratados através de relatos jornalísticos organizados pela imprensa escrita. Os exemplos são os trabalhos do jornalista Juvêncio Mazarrolo, publicados a pedido da Comissão Pastoral da Terra – CPT-, “A Taipa da Justiça”, e o “O Mausoléu do Faraó”. Esses documentos, que descrevem o drama de 8 mil famílias brasileiras expropriadas pela Itaipu, integram o estudo “Memória do Concreto: Vozes na Construção de Itaipu”, de Maria de Fátima Bento Ribeiro (1999).

⁵² O que foi o Quarup das Sete Quedas. *Jornal Ilha Grande*. Guaíra, 31/07/1982.

Parte da programação do Adeus às Sete Quedas⁵³, o festival foi movido pelo ânimo de seus participantes, que, acampados em suas barracas de lona coloridas, realizaram durante o evento vários *shows*, espetáculos de dança e música com temas sobre a ecologia.

Muitas foram as formas utilizadas pelos participantes do evento para demonstrar a insatisfação com o modo como Itaipu se colocava na realidade da sociedade brasileira naquele momento. As canções e poemas constituíram um dos meios mais utilizados no Festival para expressar estas expectativas. A partir da música, da poesia e da dança, o Quarup se colocou diante de Itaipu para questioná-la, sobretudo porque, em canções e poemas, o poeta e cantor imprimiam em sua letra a percepção originada da relação íntima entre sujeito e lugar, uma relação que, por certo, já vinha permeada de rumores sobre as modificações que estavam por vir, uma vez que para muitos a submersão das Sete Quedas significaria a solução para a cidade. A canção sobre o espaço que seria submerso era, portanto, uma leitura que aqueles sujeitos faziam da formação do lago de Itaipu, a qual, naquele momento, tornava-se também um símbolo do que talvez pudesse melhor expressar o Festival Quarup.

A realização do Festival Quarup não foi um evento distante da realidade dos guairenses. Muito do que esses sujeitos haviam escrito sobre Itaipu, as formas como esses viviam aqueles momentos, a percepção deles sobre aquela realidade constituíram parte integrante do Quarup; portanto, os guairenses estavam lá com idéias e interpretações daquilo que estavam vivendo em seu cotidiano. Naquele momento, suas idéias e experiências de vida se uniam a tantas outras para se fazer presentes. Em reportagem do jornal local a professora Lourdes Arantes, moradora de Guaíra, que presenciou a realização do Festival, deixou suas impressões sobre esse aspecto que tanto lhe chamou a atenção:

⁵³ Ao que tudo indica “O Adeus as Sete Quedas” foi um movimento lançado em nível nacional por iniciativa da própria população local ainda no ano que se daria a formação do lago de Itaipu. Vários eventos marcam esse período, passeatas protestos, a visitas de significantes números de turistas, *shows*, etc. Percebe-se ainda um aumento significativo de composição de poemas e canções que focavam, sobretudo, Sete Quedas. Essas produções eram feitas por guairenses ou visitantes que diante da paisagem, sensibilizados, lamentavam o futuro desaparecimento do conjunto das cachoeiras. Essas representações da memória ora buscavam sensibilizar outros sujeitos para a situação da população atingida pela construção da Hidrelétrica, ora denunciavam “delicadamente” uma outra versão sobre a construção da Usina de Itaipu.

“E o hino “Adeus Sete Quedas” então?... Este era cantado no palco pelos artistas e acompanhados por centenas de vozes de todos que estavam próximos ao palco, (...) a letra deste hino, tem muito o que se tem vontade de dizer sobre a monstruosidade de tal destruição. Estavam ali misturados com os acampados, nosso povo como, nossos estudantes, nossos escolares de primeira a oitava, nossos operários, nossos lavradores, e alguns professores (...) Batalhadores em favor da mãe natureza que Deus em sua sapiência criou. Davam uma atenção especial para quem de Guaira quizesse falar-lhes(...) Quanto as poesias do Wirley, já se sabe a apreciação. Os destaques foram para a poesia “ Sr. Presidente” e a 4ª e 5ª estrofe da poesia “Apocalipse”.⁵⁴

O hino Adeus Sete Quedas citado acima era, na verdade, o poema “Adeus Sete Quedas”, escrito por Carlos Drummond de Andrade, onde o autor imprime suas expressões sobre as contradições representadas pela construção de Itaipu. O poema é de 1982 e é a expressão da inconformidade do autor com a destruição do Salto de Sete Quedas, para ele, um patrimônio natural do Brasil e da humanidade. Assim como Drummond de Andrade trazia ao público sua consciência ecológica e suas inquietações para uma obra que se dizia tão grandiosa, o Quarup, ao fazer da poesia seu canto, expressava também seu posicionamento sobre Itaipu. Seguem abaixo os versos que foram também inspiração para o *slogan* do Festival Quarup: *Adeus Sete Quedas: Sete Quedas viverá... Até debaixo d'água.:*

Adeus a Sete Quedas
Sete damas por mim passaram,
E todas sete me beijaram
Alphonsus de Guimaraens
Aqui outrora retumbaram hinos.
Raimundo Correia

Sete quedas por mim passaram,
e todas sete se esvaíram.
Cessa o estrondo das cachoeiras, e com ele
a memória dos índios, pulverizada,
já não desperta o mínimo arrepio.
Aos mortos espanhóis, aos mortos bandeirantes
aos apagados fogos
de Ciudad Real de Guaira vão juntar-se
os sete fantasmas das águas assassinadas
por mão do homem, dono do planeta.
Aqui outrora retumbaram vozes
da natureza imaginosa, fértil
em teatrais encenações de sonhos
aos homens ofertadas sem contrato.
Uma beleza-em-si, fantástico desenho

⁵⁴ Falaram da Rádio Guaira e do Jornal Ilha Grande. *Jornal Ilha Grande*. Guaira, 31/07/1982.

corporizado em cachões e bulções de aéreo contorno
mostrava-se, despia-se, doava-se
em livre coito à humana vista extasiada.
Toda a arquitetura, toda a engenharia
de remotos egípcios e assírios
em vão ousaria criar tal monumento.
E desfaz-se
por ingrata intervenção de tecnocratas.
Aqui sete visões, sete esculturas.
de líquido perfil
dissolvem-se entre cálculos computadorizados
de um país que vai deixando de ser humano
para tornar-se empresa gélida, mais nada.
Faz-se do movimento uma represa,
a agitação faz-se um silêncio
empresarial, de hidrelétrico projeto.
Vamos oferecer todo o conforto
que luz e força tarifadas geram
à custa de outro bem que não tem preço
nem resgate, empobrecendo a vida
na feroz ilusão de enriquecê-la.
Sete boiadas de água, sete touros brancos,
de bilhões de touros brancos integrados,
afundam-se em lagoa, e no vazio
que forma alguma ocupará, que resta
senão da natureza a dor sem gesto,
a calada censura
e a maldição que o tempo irá trazendo?
Vinde povos estranhos, vinde irmãos
brasileiros de todos os semblantes,
vinde ver e guardar
não mais a obra de arte natural hoje cartão-postal a cores,
melancólico,
mas seu espectro ainda rorejante
de irisadas pérolas de espuma e raiva,
passando, circunvoando,
entre pontes pênseis destruídas
e o inútil pranto das coisas,
sem acordar nenhum remorso,
nenhuma culpa ardente e confessada.
("Assumimos a responsabilidade!
Estamos construindo o Brasil grande!")
E patati patati patatá...
Sete quedas por nós passaram,
e não soubemos, ah, não soubemos amá-las,
e todas sete foram mortas,
e todas sete somem no ar,
sete fantasmas, sete crimes
dos vivos golpeando a vida
que nunca mais renascerá (ANDRADE, 1983, *Jornal Ilha Grande*,
outubro de 1983).

Através da linguagem poética, Carlos Drummond de Andrade mostra as caras de um país que, sob os signos impetuosos do desenvolvimento e do progresso, perdia a sensibilidade diante da vida. A poesia de Drummond é, dessa forma, uma reflexão sobre aquele momento em que o poderio militar, aliado à censura e à repressão, ressaltava apenas elementos contábeis da história de Itaipu, uma história baseada em cálculos e justificada pela violação da dignidade humana.

A grandiosidade de Itaipu era a medida utilizada para perceber os espaços que seriam submersos e a transformação da vida de seus moradores. Nessa perspectiva, a construção de Itaipu era, no dizer de Drummond, o retrato de um país que “dissolve-se entre cálculos computadorizados, de um país que vai deixando de ser humano”

Mas voltemos às poesias e canções compostas pelos próprios moradores de Guaíra, sujeitos marcados pela construção da hidrelétrica, a quem os ecologistas também se juntavam para evocar uma realidade inscrita em canções que não apenas apreciavam as belezas da paisagem, mas também se referiam aos anseios e interpretações que faziam daquela modernidade imposta pelo Estado autoritário. Dizer Adeus às Sete Quedas, através da linguagem lírica, naquele contexto, possibilitava aos moradores da cidade tornar visível a história de Itaipu sob a perspectiva daqueles que a viam não apenas pelo referencial de grandiosidade estampado em seus elevados valores. Nesse sentido, a fala poética expressava também a busca por uma história baseada na experiência de vida dos sujeitos marcados pelas mudanças físicas e sociais que já estavam se dando. As canções e poemas deixavam vir à tona um lado um tanto obscuro da construção da grande usina de Itaipu que, naquela realidade, muitas vezes só poderia ser dito através da poética.

Destarte, na apreciação de poemas e canções, esses sujeitos traziam à tona uma percepção que marcava sua diferença, porque se enraizava em experiências de vida de homens e mulheres que saíam de suas terras sem saber para onde ir, rumavam para um destino incerto e deixavam sob as águas do lago parte de suas vidas. Essa percepção é a que encontramos na poesia proferida também na realização do Festival, intitulada “Sr. Presidente”, produzida e enviada em 1981 ao Presidente do Brasil João Batista de Oliveira Figueiredo pelo poeta guairense Wirley Verch. O poeta registra as aflições e incertezas trazidas por Itaipu a tantos outros

sujeitos e, numa tentativa provocativa, buscava chamar a atenção para a situação vivida antes da formação do lago.

A cada dia que passa
Me ferve o sangue nas veias
Só de pensar na destruição
Que o projeto Itaipu semeia.

Animais, terras e matas.
Condenados pelo tempo estão
Quando concluírem a barragem
E vier a inundação.

Os turistas que aqui chegam
Se maravilham com a natureza,
As Sete Quedas exaltando
Com sua imponência e beleza.

Eu sei que o Sr. conhece
O Brasil, do Oiapoque ao Chuí,
Mas tenho a plena certeza
De que nunca esteve por aqui.

Eu lhe faço um convite
Como simples cidadão:
Venha ver as Sete Quedas
Antes da destruição.

A destruição está prevista
Para o ano de 1982.
Só Deus sabe o futuro,
Que mais destruição depois.

Portanto, o Sr. tem tempo
De em Guaíra aqui chegar
E ver com seus próprios olhos
O que ajudou a nos tirar

Sua consciência, com certeza,
Um pouco será abalada,
Pois a Perda das Sete Quedas
No exterior já é comentada.

Nero em Roma foi o Primeiro,
O governo brasileiro o segundo.
Deus queira que no futuro
Tenha mais consciência no mundo.

Não perca mais tempo e venha
A Guaíra nos visitar
Para ver as Sete Quedas
Que em mar vão se transformar.

Apesar do meu lamento,
 Minha revolta e aflição,
 Guaíra chora comigo,
 Também chora toda nação.

Sou Gaúcho de nascimento,
 Guairense de coração.
 Que meus versos mal rimados
 Lhe sirvam um pouco de lição,
 Pois preservar as Sete Quedas
 Era sua obrigação. (VERCH, 1981, Jornal Ilha Grande, 1983.)

Por meio da linguagem poética, o compositor colocava sua presença dinâmica naquele mundo de mudanças que eram sentidas em seu cotidiano. É dessa mesma linguagem, marcada pela presença do poeta, que também se compõe o ritual Quarup.

Aqui Itaipu ganha outro sentido que não aquele que lhe conferiam os discursos oficiais. Em poemas e canções, a usina surge não como obra da modernidade ou um monumento da técnica e da competência, mas sim, como uma obra que, por todos os seus efeitos, ganhava feições de algo desumano, comparado a uma “monstruosidade” que, mesmo silenciada, era expressa nas vozes dos participantes do Quarup, através da linguagem sensível da poética.

Essas outras percepções sobre a usina não são as únicas possíveis, porém, são aspectos da memória desses sujeitos que, embora diferentes, juntavam-se naquele momento para deixar suas leituras, suas memórias sobre a construção de Itaipu. As versões apresentadas são relevantes porque contam a interpretação que diferentes sujeitos fazem do viver marcado pela construção de Itaipu.

Para muitos dos que lá estavam, sobretudo aqueles diretamente atingidos pela construção da usina, delineava-se, sob um futuro incerto, uma experiência próxima àquilo que o poeta tão bem escreveu sob o título de “Apocalipse”. É difícil falarmos em apocalipse, todavia aqueles sujeitos vivenciaram mudanças drásticas, que assumiam um sentido apocalíptico. Sem outra opção, foram obrigados a deixar toda uma história debaixo das águas e reconstruir novos modos de viver, em novos lugares. São essas e outras questões que o Festival Quarup celebrava naquele momento em que os técnicos de Itaipu certamente já se preparavam para abrir as comportas da usina em clima de queima de fogos de artifício. O Quarup evocava a experiência da modernidade que custava tão caro a tantas famílias que, naquele momento, estavam ausentes dos relatórios técnicos anuais.

Dessa forma podemos afirmar que o Quarup, enquanto movimento ecológico, foi um momento onde diversos sujeitos de distintas maneiras deixaram suas impressões sobre o fim das Sete Quedas e a construção da usina de Itaipu. Participar do Quarup foi também refletir sobre temáticas até então pouco abordadas na sociedade brasileira, como, por exemplo, o preço da construção da hidroelétrica, poluição, meio ambiente e preservação ambiental. Enquanto expressão dos que viam em Itaipu um monumento da modernidade que vinha assolando experiências de vidas de tantas outras pessoas, o Quarup foi um evento marcado por reflexões. Cada detalhe, cada gesto, era algo a ser lido atentamente naquele contexto eufórico de ditadura militar.

Nesse sentido, é válido destacar a celebração da "Missa da Terra sem Males" em que os participantes aproveitaram a oportunidade para relatar, discutir e refletir em grupos os impactos causados pela construção da Hidrelétrica. Todavia, é a realização da marcha coletiva, a *Via Sacra das Sete Quedas*, que nos chama a atenção. A marcha contou com uma caminhada do início do Parque até o Salto 14, a última e maior queda d'água do conjunto das cachoeiras. Ao longo do percurso, os participantes realizaram 7 paradas, e em cada toque de parada lia-se um trecho do manifesto distribuído a todos os presentes.

O ato simbólico, realizado pelos participantes do Quarup, relembra a via-sacra, ritual realizado por cristãos católicos em que os fiéis fazem uma peregrinação, louvores, atos de adoração e orações com o intuito de rememorar os últimos passos de Cristo antes de ser crucificado. Ao longo do percurso, os fiéis contemplam imagens que lembram o que foi a peregrinação de Cristo vivida antes da sua morte.

Reportando-se a esse ritual sagrado, os participantes do Quarup faziam o último percurso sobre as pontes pênseis das Sete Quedas, porém não levavam velas, e seu louvor estava mais voltado à denúncia de uma história contada somente a partir da versão oficial, do que a adoração à experiência da modernidade que se colocava na Região Oeste naquele momento. As paradas sobre os catorze saltos são, assim, parte de uma história que não podia cair no esquecimento e se alimentava da memória de um povo que, na contemplação da paisagem e das experiências a serem submersas, dizia "não" à versão até então contada sobre Itaipu.

As reflexões da Carta-Protesto do Quarup contemplavam, em oposição aos discursos técnicos de Itaipu, a paisagem do parque, as experiências de homens e mulheres da região que ficariam sob as águas do reservatório de Itaipu. Assim, o manifesto nascia da necessidade, colocada naquele contexto, de seus participantes contarem e deixarem registrado um olhar sobre Itaipu a partir da perspectiva daqueles que não a viam somente como símbolo do desenvolvimento. Era preciso contar aquilo que os discursos ufanistas deixavam de mencionar e discutir a construção da usina com a sociedade brasileira. Era necessário fazer fluir a voz de um lado oculto da história da usina, considerada a “Obra do Século”.

Nessa perspectiva, o documento do Quarup trazia uma versão de Itaipu baseada também na história marcada pela violenta imposição que a usina havia imprimido ao viver de antigos moradores da região do lago, a partir do momento em que esses tiveram que deixar para trás suas casas e sua história em nome do progresso que naquele momento não acontecia para eles, mas contra eles.

A seguir fragmentos da carta-protesto do Quarup:

“Sete Quedas vai acabar. No dia 20 de outubro as comportas de Itaipu serão fechadas e, 18 dias depois, a obra que a natureza levou milhões de anos para construir não existirá mais. Em seu lugar, haverá um grande Lago de 1350 quilômetros quadrados. Isso é bom ou mau para o Brasil? É bom ou mau para os brasileiros? Quanto vai custar? Quem vai pagar? Quem vai lucrar com isso? O que representa essa obra para a natureza e o homem? Uma obra dessas proporções era a melhor opção.(...)Os custos sociais, econômicos e ecológicos têm o mesmo gigantismo. Ao final da operação da formação do Lago artificial, estarão perdidos 111.332 hectares de terras mais férteis do Paraná, onde eram produzidas 200 mil toneladas de produtos agrícolas por ano, com potencial de crescer até 700 mil em poucos anos. (...) É inacreditável que um projeto como esse não tenha sido discutido a nível nacional. Nem as associações de classe, profissionais ou especialistas foram consultados, muito menos a população atingida. O projeto foi elaborado no mais absoluto sigilo durante o governo Médici que, como todos se lembram, nos legou também a Transamazônica, nas mesmas condições. Havia inclusive, um outro projeto de autoria do engenheiro Marcondes Ferraz, que previa a construção de uma usina, de menores proporções, antes de Sete Quedas, que evitaria seu desaparecimento. O potencial hidrelétrico poderia ter sido aproveitado como menos danos ecológicos, menores custos cujos vestígios abrangem um período de oito mil anos e maior participação da tecnologia nacional.(...) Pretendemos transformar esse acampamento com gente de todo o Brasil num imenso painel de devastação e da destruição de nosso país. Mas também em painel das lutas contra isso. Lutas que se podem unir, porque os

problemas têm as mesmas causas e os nossos objetivos são os mesmos.”⁵⁵

Para os índios brasileiros, o Quarup é um ritual mágico realizado quando morre o cacique da tribo. Festa/velório, páscoa de índio para o cacique morto através da realização de várias celebrações que são, em si, o corpo que compõe o ritual. Busca-se imortalizar o cacique, sobretudo, porque este tem para sua tribo um valor inestimável. Ao realizar o Quarup, a tribo perpetua o cacique morto no espírito da tribo e garante seu não-esquecimento, tornando-o parte da memória daqueles que o conheceram, e garantindo sua continuidade às futuras gerações, como afirmavam os participantes do evento, “Ao realizarmos o Quarup estamos dizendo: nosso cacique morreu, mas nós, sua tribo, estamos cada vez mais fortes. Ele vive em nós”⁵⁶.

O Quarup foi a junção de idéias e valores diferentes que, naquele contexto de 1982, vinham para pôr em questão os valores da modernidade denominada Itaipu. Os rituais possibilitaram a denúncia de um dos mais lamentáveis crimes contra a natureza já registrados na história humana, e ao fazê-lo, eternizavam na memória a imagem das Sete Quedas e também a experiência de vida daqueles sujeitos que viviam na região do lago.

Por outro lado, o evento era também o marco de um movimento que despertava para a busca de uma nova identidade ou consciência ecológica. Ao mergulhar na análise da realidade dos sujeitos diretamente atingidos pela hidrelétrica de Itaipu, o evento buscava o referencial para pensá-la, e dessa forma, avaliar os valores propagados pelo “moderno” e pelo “progresso”.

De certa forma, o Quarup foi um movimento que fortaleceu historicamente o movimento ecológico em nível nacional. A historiadora Ivone Teixeira Carletto de Lima, ao analisar a construção da hidrelétrica de Itaipu, escreveu: “Internamente, Itaipu despertou a consciência ecológica que antes não havia. De tal modo, na política ambiental, em relação à construção de barragens, foi o divisor de águas. O meio ambiente como custo do progresso passou a ser questionado” (2004, p.424).

Acompanhado de poemas e canções, o Quarup vinha como mais uma forma de reação, para falar e deixar na memória a experiência que alguns meses depois

⁵⁵ Adeus Sete Quedas: Sete Quedas viverá até debaixo d'água. *Jornal Ilha Grande*, 31/07/1982.

⁵⁶ *Jornal Estado do Paraná*, julho/1982 (Acervo Pessoal de Margarete Ames).

se daria na Região Oeste do Estado: experiência que modificaria para sempre a paisagem e a vida dos seus antigos moradores e por isso não poderia ser esquecida.

O Adeus a Sete Quedas, proferido através do ritual Quarup, foi uma forma de resistir à imposição de Itaipu na Região Oeste como a única forma possível de “desenvolvimento”. Em plena ditadura militar, poetas e cantores reagiam à censura, usavam a arte como forma de expressão maior e como exemplo de luta por seus direitos. Nesse sentido, a canção e a poesia, que ali no Quarup se faziam matéria de indignação contra Itaipu, colocava-se como forma de resistência consciente ao que acontecia e luta pela recuperação, ou mesmo, pela preservação da dignidade econômica, social e cultural que vinha sendo retirada em nome da modernidade.

A apropriação do ritual indígena foi a linguagem possível para o movimento ecológico expressar uma versão contrária às vozes ufanistas dos discursos do “Brasil Gigante” que estava se impondo no Extremo Oeste Paranaense. Devemos ressaltar, mais uma vez, que o Quarup colocava em dúvida as certezas e verdades defendidas pelos discursos que vimos no primeiro capítulo deste estudo.

Diante disso, outras formas utilizadas pela população local, antes mesmo da realização do Festival Quarup, como as cartas-protesto, os poemas e canções escritos, os protestos de rua, são as primeiras de tantas outras que viriam a lamentar o fim das Sete Quedas e, dessa forma, questionar a construção da maior hidrelétrica do planeta. Exemplo disso é a reportagem feita pelo munícipe guairense Ernest Mann para um jornal local. Nessa matéria, Mann deixa explícita a idéia de quem se colocou a favor das cachoeiras antes mesmo de os ecologistas terem tomado conhecimento da destruição das Sete Quedas:

“Na revista “Planeta” editada em São Paulo, diversos ecologistas estão tomando posição contra a destruição das Sete Quedas e mencionam em sua publicação também uma entrevista comigo em Guaíra. Esta entrevista resultou em recebimento de várias cartas de fãs da natureza, que em suas cartas de apoio e de estímulo ofereçam ajuda para a luta contra o extermínio das 7 Quedas. É lamentável, que estas vozes somente agora conseguem-se unir a nossas reclamações, pois uns 3 ou 4 anos antes, talvez estes ecologistas poderiam ter feito o que nós de Guaíra não conseguimos: “Salvar as 7 Quedas”⁵⁷

⁵⁷ Ecologistas protestam contra a destruição das Sete Quedas. *Jornal Ilha Grande*, 18/07/1981.

Já um tanto decepcionado porque a destruição das cachoeiras era uma realidade, e não mais um projeto, Ernest Mann lamentava a tardia consciência ecológica e a necessidade de lutar para que Sete Quedas não fosse submersa, em uma ação que teria iniciado em Guaíra antes mesmo de os ecologistas pensarem na necessidade da realização do Quarup.

Nesse sentido, os cidadãos guairenses, mesmo diante da censura e repressão, saíam às rádios, compunham canções e poemas e as liam em passeatas. Nesse âmbito, a cultura e os modos de pensar dessa população se expressaram também em poesias e canções. A linguagem poética foi a articulação do vivido. A poesia, enquanto expressão da cultura, dava visibilidade ao vivido nesse contexto, numa linguagem sensível, que, por sua vez, ali acontecia não como reflexo da realidade, mas como um dos modos de produzir significados e valores daquela realidade.

3. MEMÓRIA, PAISAGEM E COTIDIANO.

...Podem arrasar as casas, mudar o curso das ruas; as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas? (...) À resistência muda das coisas, à teimosia das pedras une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo.
(Ecléa Bosi).

Em janeiro de 2004, munícipes guairenses recebiam em sua residência exemplares da revista comemorativa dos 52 anos de emancipação política do município. A revista, que foi veiculada ainda em departamentos públicos e privados da cidade, trazia, centralizado em sua capa, um *slogan* em letras coloridas com a seguinte inscrição: *Guaíra: Onde a natureza se confunde com a modernidade...*, e, ainda na capa, mas agora no lado esquerdo, na parte inferior, uma sugestiva frase, que de certa forma, complementava a primeira: *Desde os primórdios da colonização, caminhos trilhados no ideal de progresso*. Materiais como esse, todos os anos e no mesmo período, são distribuídos para população e trazem sempre um discurso muito parecido com o que foi citado acima. Trata-se de uma narrativa que versa sobre a história do município e de seus moradores como uma terra e um povo cujas ações passadas contribuíram para o progresso maior, o da Nação. É este tipo de memória, muitas vezes tida como a oficial, que busca se instituir como única e verdadeira.

Não obstante, outra versão da história da cidade e de seus moradores sobrevive na cidade: aquela que, buscando seu lugar, se une à resistência muda das coisas, à rebeldia da memória para contar parte da história muitas vezes “silenciada”. São as memórias que nos falam acerca da cidade que, em 198 foi

atingida pela formação do reservatório da hidrelétrica de Itaipu e pela submersão das Sete Quedas.

De toda a forma, a submersão das Sete Quedas significou para os moradores perda de referenciais afetivos e territoriais. Ao transformar a paisagem, as águas do lago de Itaipu modificavam também a cidade e a vida de seus moradores. A construção da hidrelétrica de Itaipu Binacional, iniciada em 1974, veio a modificar não apenas paisagens e espaços físicos da região, mas também a vida dos seus moradores. Muitos não vivenciaram a chegada da técnica e do moderno, como salientavam os defensores de Itaipu, mas a submersão de espaços, de histórias de vida, e a chegada de mudanças que alteraram a relação do grupo com o lugar.

Com a formação do lago, a paisagem se altera. Territórios são destruídos, pessoas são deslocadas. Natureza e cultura transformavam-se ante o “progresso” trazido por Itaipu. Referências antigas, presentes nos modos de viver dos moradores da região, vão sendo deixadas sob as águas do lago de Itaipu; mas antigas lembranças ainda povoam a memória desses sujeitos, que parecem esquecidos nos discursos sobre Itaipu. É por esses fragmentos, essas múltiplas memórias que ainda resistem ao tempo e ao espaço, que buscamos reencontrar os sentidos e significações desse passado, revendo dessa forma as experiências de homens e mulheres que partilharam os afetos e lutas na cidade de Guaíra.

Nesse afã, a memória colhida em depoimentos de antigos moradores da cidade, pescadores da região das Sete Quedas, será tomada como marca imprescindível para a nossa investigação neste capítulo, pois tais depoimentos se constituem não apenas de informações objetivas, mas, como propõe Yara Khoury (2004, p.55) parafraseando Portelli, o “ato de narrar se faz no tempo e com o tempo”. Constituído de uma narrativa que é múltipla, o depoimento se compõe de uma leitura de mundo, de temporalidades e códigos lingüísticos diversos, ofertando outro marco cronológico, diferente dos que muitas vezes foram registrados pela história oficial.

A entrevista torna-se assim um momento em que o narrador vive e toma para si o tempo, expondo nela sua reflexão, revelando sua visão de mundo e sua interpretação sobre as experiências vividas. Ao narrar o que aconteceu retratamos nossa vida comum, e como cronistas de nosso próprio viver, transformamos nossa vida, através de nossas interpretações, em história significada. Por meio de

diferentes pontos de vista partilhamos com quem nos escuta as experiências de nossa luta, de nosso viver. É inserindo-nos, por um momento, nas perspectivas daqueles que nos narram suas histórias de vida que nós (ouvintes/historiadores) conseguiremos perceber os relacionamentos sociais registrados nos eventos, nas falas desses sujeitos.

Nesse caminho, compreendemos as narrativas, no dizer de Yara khoury, (2004, p.55) como práticas que se forjam na experiência vivida, onde cada narrador organiza os materiais da história de maneira única, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados em um meio dinâmico e social. Isso supõe atentar para as dimensões imaginárias e simbólicas presentes em cada narrativa.

Nessa dinâmica, a memória dos sujeitos que participam da nossa narrativa está permeada de momentos passados que surgem em sintonia com o presente sempre referenciado: “as vozes e risos dos” turistas nos bares e hotéis, as grandes filas de ônibus, os contingentes de fotógrafos, os irmãos, sobrinhos e amigos que vieram à cidade para conhecer as Sete Quedas, os sons das águas que batiam sobre as pedras, avisando que o tempo iria mudar; a correnteza das águas, a beleza da paisagem, o espaço do trabalho e lazer. São marcos da memória que vão compondo o tom de narrativas que afloram no diálogo das entrevistas. Esses marcos identitários funcionam como âncora para a história do grupo local, reativando experiências e valores comuns, estimulando lembranças e projeções cuja essência inspira o desvelamento do cotidiano dessas pessoas.

Desta forma, interpretando a memória desses sujeitos, vamos percebendo que, embora a construção de Itaipu tenha transformado de forma violenta os modos de viver de tantas pessoas, ela não conseguiu produzir apenas marcas de esquecimento e silêncio; ao contrário, sobre seu grande lago pesa a memória de experiências que ainda hoje fazem parte do cotidiano de pescadoras e pescadores guairenses. São memórias e experiências referenciando o cotidiano de homens e mulheres.

Nesse sentido, é imprescindível ressaltar que o cotidiano é tratado aqui como espaço de luta e resistência, pela reelaboração de relações, pela luta em favor do direito à memória, pois o que era desse povo nem sempre lhe pertence mais. Assim, por reconhecermos o cotidiano enquanto tempo e espaço de conflitos racionais e irracionais, enquanto espaço em que se dá a vida concreta, é que tomamos o cotidiano de homens e mulheres em busca daquilo que nem sempre é visível, como

escreveu Michel de Certeau em seu livro “A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer-se”:

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. Não se deve esquecer este “mundo memória”, segundo a expressão de Péguy. É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres. Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história “irracional” ou desta “não-história”, como o diz ainda A. Dupront. O que interessa ao historiador do cotidiano é o invisível... (CERTEAU, 1996, p.31)

As recordações presentes nos depoimentos dos moradores da cidade se remetem a referências culturais e experiências pretéritas. São memórias importantes, porque fazem com que o presente seja compreensível à luz do “passado” e do próprio presente, contido não apenas no discurso dominante, mas também nos contradiscursos formulados por aqueles que ficaram à margem de outras narrativas e (re)elaboraram suas versões a partir de referenciais próprios, de suas experiências e vivências cotidianas, ampliando os horizontes dessas narrativas e fazendo com que os depoimentos transponham fronteiras culturais, simbólicas, políticas e sociais.

Assim, a fronteira não é pensada apenas como o limite que separa, mas também com o que aproxima e coloca em contato. A fronteira é também o lugar de interação, de trocas materiais e imateriais, e está sempre presente no processo cultural de construção de identidade, no jogo entre o mesmo e o outro. Fronteira é o lugar da alteridade ao qual a identidade constantemente se remete para se consolidar, e é nesse jogo sinuoso que as etnicidades se definem. Desse modo, teríamos várias e distintas fronteiras que se sobrepõem e se justapõem⁵⁸.

⁵⁸ Esse tema pode ser aprofundado mediante a leitura de autores como HANNERZ. (1997), COY (1994) e ZIENTARA(1989).

Ao se transporem esses limites, as memórias irrompem também nos espaços temporais preestabelecidos pela história dominante ou “oficial”. Esses sujeitos, ao retomarem as experiências historicamente enraizadas, os argumentos e as referências para composição de suas narrativas, acabam delineando uma redefinição de fronteiras caracterizada pelo rompimento com demarcações de espaços de poder estabelecidas por perspectivas que visam construir a história de Itaipu a partir de uma versão única e hegemônica.

Quando se elabora no presente a memória sobre o vivido, a trajetória passada não é esquecida. Ela se recompõe a partir das experiências que, mesmo represadas pelas águas de Itaipu, perpetuaram-se no presente, enraizando-se na realidade social de seus sujeitos.

Nesse sentido, nosso objetivo neste capítulo será analisar a experiência cotidiana dos moradores de Guairá - particularmente a dos pescadores e dos ilhéus - no meio em que viviam. Qual a percepção que tinham da sua relação com o meio ambiente? Como concebem os marcos identitários da cidade e de Sete Quedas? Como reelaboram as representações no espaço após a formação do lago de Itaipu? Essas serão algumas das questões que nortearão a reflexão do último capítulo dessa dissertação.

Nessa direção, serão valiosas as contribuições de Walter Benjamin (1994) quando este se ocupa das reflexões sobre a ausência do intercâmbio de experiências no mundo moderno. Segundo o autor, a figura do narrador adquire importância e significado, pois sua narrativa é elemento de transmissão do passado. Nessa perspectiva, narrar é “uma forma artesanal de comunicação, que não está interessada em contar ou transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório”. O narrador imprime sua marca na composição da história “fazendo com que seus vestígios se façam presentes de diversas maneiras nas coisas narradas” (1994, p. 205), seja na qualidade de quem as viveu, seja na qualidade de quem as relata.

Mergulhando em si, o narrador retira da experiência vivida a matéria, os argumentos que irão compor sua narrativa: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. A experiência é então, por excelência, a fonte a que recorrem todos os narradores, porque o narrador pode recolher todo o acervo de uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência

alheia. “O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer”. (BENJAMIM, 1994, p. 221).

3.1. A INTERAÇÃO ENTRE O HOMEM E O MEIO.

Mas quando nada subsiste de um passado antigo, depois da morte dos seres, depois da destruição das coisas, sozinhos, mais frágeis, porém mais vivazes, mais imateriais, mais persistentes, mais fiéis, o aroma e o sabor permanecem ainda por muito tempo, como almas, chamando-se, ouvindo, esperando, sobre as ruínas de tudo o mais, levando sem se submeterem, sobre suas gotículas quase impalpáveis, o imenso edifício das recordações .
(Marcelo Proust.)

A memória constitui suporte essencial para o “encontrar-se” dos sujeitos históricos. Enquanto elemento da cultura, ela é fundamental para a definição dos laços da identidade de homens e mulheres com o meio onde vivem. É através da memória que estabelecemos vínculos com o passado e recolhemos dessa época experiências profundas, instigantes e múltiplas, guardadas no mais íntimo do nosso ser.

Ecléa Bosi, ao escrever sobre memória de velhos, indagou se a memória criava ou não um sentimento de pertencimento (BOSI, 1998, p.89). Nessa direção, interessa-nos questionar: a memória estabelece laços de identidade? A memória é a primeira e mais fundamental experiência do tempo, representa a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total (Chauí, 1994, p.125). Todavia, a memória não é sonho, é trabalho. Lembrar é, sobretudo, lapidar um “diamante” que precisa ganhar formas e sentidos para estabelecer vínculos entre passado e presente. Podemos inferir que, na tentativa de buscar traços do passado, não mais o revivemos, mas refazemos a experiência primeira à luz do que somos e vivemos no presente.

Como propôs Maurice Halbwachs (1990), entre os anos de 1920 e 1930, a memória deve ser entendida enquanto um fenômeno social e coletivo que, construído coletivamente, submete-se às transformações e mudanças constantes. Para esse autor, no ato de lembrar nos servimos de campos de significados - quadros sociais - que nos servem de pontos de referência. As noções de tempo e de

espaço, estruturantes dos quadros sociais da memória, são fundamentais para a rememoração do passado, pois as localizações espacial e temporal das lembranças são as essências da memória.

Percorrendo os depoimentos é possível conhecer os pescadores e os ilhéus e ao mesmo tempo deparar com a interpretação que estes fazem da vida marcada pela construção de Itaipu. As vidas desses sujeitos passaram pelo nosso olhar, ganhando sentido na história que escrevíamos, uma vez que, interpretando o momento passado, eles transformam e incorporam suas memórias, comportamentos e valores; por outro lado, elas incidiram e interferiram no lugar.

Nesta perspectiva, a memória passa a ser pensada para além da narrativa de fatos e acontecimentos e a ser percebida como memória (re)visitada, como aquela capaz de resgatar suas forças de atuação no momento oportuno para fazê-la agir sobre o presente. Nesta direção, vamos avançando para as considerações apontadas por Michel Pollack (1992), nas quais a memória passa a ser identificada como um elemento do sentimento de identidade tanto coletiva como individual, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou grupo na reconstrução de si. Nessa dimensão, a memória é um elemento fundamental para o reconhecimento e afirmação dos indivíduos, figurando como uma herança das socializações políticas e históricas de grupos e indivíduos.

A fala desses atores possibilita a percepção de uma vertente histórica que privilegia as narrativas contadas no plural. Elas não nos falam de fatos, mas de acontecimentos que não se reduzem a documentos escritos, mas abrangem signos e sentidos. Nesta direção, concordamos com Paul Thompson (1992) quando este propõe serem os depoimentos orais uma história construída em torno de pessoas, lançando a vida para dentro da própria história e alargando seu campo de ação, pois “traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade”. Portanto, a memória se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades. Neste aspecto, a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, como também as oposições irreduzíveis.

É este ato de reinterpretação constante dos fatos passados que possibilita ver a marca do sujeito e ao mesmo tempo sua “reinserção” no mundo social, fazendo do

ato de narrar uma atividade composta de elementos de uma memória compartilhada. Nesse ir-e-vir da narrativa, nessa constante reinterpretação, não somente possibilitamos a recriação do passado a partir da narrativa, mantendo traços originais, mas também criamos e acrescentamos a ele outras interpretações, fazendo da narrativa um ato de criação.

Michel Pollak acentua que memória e identidade estão intimamente ligadas. A memória liga-se às lembranças das vivências, e só existe quando laços afetivos criam o pertencimento do grupo e ainda os mantêm no presente. Nesse sentido, “a identidade pressupõe um elo com a história passada e com a memória do grupo” (OTERO, 1998, p. 42).

Já em Walter Benjamin, reflexões acerca da memória e da função da narrativa pontuam que a figura do narrador no mundo contemporâneo e a narrativa estariam desaparecendo, visto que a comunicabilidade da experiência e a arte de narrar estariam se extinguindo devido à dificuldade de intercambiar experiências. Neste caso, Benjamin estaria não apenas denunciando uma realidade, mas também chamando nossa atenção para a tarefa de preservação da memória e da salvação do passado (FERREIRA, 1996, p. 126).

Trazendo indagações sob esta perspectiva, Cléria Botelho da Costa (2001, p.76) aponta para o fato de que, mesmo fragmentada e, por vezes, apreendida enquanto sinônimo de atraso, a narrativa oral sobrevive e continua presente em toda a sociedade, pois narrar passa a ser parte essencial da condição humana. Narrar é, sobretudo, dar existência àquilo que se narra; e as narrativas continuam existindo, por serem reinterpretações dos tempos passados e do presente. Daí que as narrativas do presente traduziriam tempos sociais.

A narrativa oral, utilizando-se das memórias, daria um contorno afetivo ao mundo, aproximando-nos um dos outros, fazendo-nos valorizar experiências e os nossos antepassados. O ato de narrar propiciaria, assim, reordenar valores e reconstituir a afetividade como característica humana, caracterizando-se também como manifestação e expressão cultural, que por sua vez, é tecida por uma memória que faz escolhas e narra apenas aquilo a que se atribui significância.

O processo de construção de memórias implica escolhas entre os fatos passados que, por várias razões, determinam o que deve ser lembrado e esquecido. Nesse caso, a fonte oral possibilita reflexões de mundo até então negligenciadas, permite compreender o vivido, as experiências no interior de uma cultura. As

narrativas rompem as barreiras da memória e trazem à tona os marcos significativos para um determinado grupo, os “não ditos” por fontes escritas.

Descobre-se dessa forma que, para além das cronologias oficiais, existem outras, que se estabeleceram em função de sua significação para o grupo e não podem ser deixadas de lado pelo pesquisador. Caso isso venha a ocorrer, perder-se-á a compreensão de períodos e experiências compartilhadas que são, por sua vez, marcas expressivas e significativas de um tempo histórico compreensível apenas para o grupo. Vislumbra-se assim uma perspectiva em que as narrativas orais e as interpretações apresentadas ao longo de um depoimento são pensadas como elemento constitutivo da realidade social, e não apenas reproduzem o social, mas também a identidade social, que é parte dessas reminiscências. Por outro lado, os momentos de silêncio que constituem uma narrativa podem expressar a memória de fatos e acontecimentos marcantes e dolorosos, mas repletos de sentimentos que estão guardados no espaço mais íntimo da memória.

É preciso um esforço para compreender esses processos dentro de suas significações. Talvez esse caminho possa ser visualizado na tentativa de explicar os processos sociais de construção das memórias, explorando como os sujeitos vivem e transgridem fronteiras, ou mesmo, como estes incorporam e por vezes refazem suas memórias. Toda memória é, fundamentalmente, uma reconstrução engajada do passado que desempenha um papel fundamental na maneira como os grupos sociais mais heterogêneos apreendem o mundo presente e reconstroem sua identidade, inserindo-se nas estratégias de reivindicação por um complexo direito ao reconhecimento (SEIXAS, 2004, p.42).

Para o historiador Jacques Lê Goff (2003, p. 421), a memória é um elemento essencial da identidade, individual ou coletiva, e sua busca se torna fundamental aos indivíduos e à sociedade atual. Todavia, destaca Lê Goff, (2003, p. 422) que a memória é não somente uma conquista, mas também um instrumento e um objeto de poder. Por isso afirma o autor que se tornar senhor da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. Nesse sentido, o armazenamento do que deve ser apreendido como passado não é apenas uma questão técnica: a proposta sobre o que lembrar e o que esquecer é, sobretudo, uma disputa permeada de embates de memórias.

Nesta perspectiva, a memória é, como qualquer experiência humana, um campo minado pelas lutas sociais; um campo de luta política e de verdades em que se batem sujeitos históricos diversos que produzem diferentes interpretações e valores históricos. A memória histórica constitui-se como uma das formas mais sutis de dominação e de legitimação do poder, e tem sido a que sempre se institui (PROCAD, 2000, p. 08), calando e silenciando outras possibilidades de leitura do passado.

É essa memória objeto de manipulações freqüentes que tem feito parte do “território do historiador”. Na maioria das vezes privilegiando o uso da história oral para reconstituição do passado, ela estabelece um elo com outras memórias. Busca recontar momentos históricos e aproximar-se dos modos específicos como as pessoas viveram e interpretaram os processos sociais, descobrindo alternativas que na maioria das vezes questionam ou subvertem a ordem estabelecida.

Não obstante, como pensar essas duas operações (história e memória) que trazem vestígios do passado para o presente, de formas diferentes? Como pensar a articulação entre a história realizada pelos historiadores e a memória dos testemunhos?

A memória coletiva tem sido convertida em objeto de estudo e pensada em suas formas como uma dimensão histórica que tem sua própria historicidade e pode ser estudada. Ao incorporar a memória ao seu trabalho, o historiador caminha para uma perspectiva bem além da memória e da história, enquanto pólos diferentes, uma vez que estes trabalhos geram novas concepções tanto de história quanto de memória. Nessa direção, história e memória, mesmo diferentes, passam a ser pensadas como meios usados para dar sentidos ao passado (THONSON, FRISCH, & HAMILTON 1998, p.78) que podendo dialogar entre si e, entrelaçando-se, enfrentar e contestar as manipulações do poder.

Neste sentido, voltamos a nossos argumentos alicerçados nas reflexões da historiadora Maria Célia Paoli, para quem se faz urgente a necessidade de fazer a nossa produção a partir de um horizonte historiográfico fundamentado na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos. Nesta perspectiva, a tarefa principal a ser contemplada é a de resgatar as ações e utopias não realizadas, fazendo-as emergir ao lado da memória do poder e em contestação ao seu triunfalismo.

As memórias coletivas, mesmo que heterogêneas, são fortes referências de grupos, e impõem-nos o desafio de fazer com que experiências silenciadas se reencontrem com a dimensão histórica (PAOLI, 1992, p.27). Trazer à luz essas memórias não significa sacralizá-las, fazer uma história dos vencidos, mas a produção de um direito ao passado que se faz como crítica e subversão constante a versões instituídas.

Defendemos, dessa forma, uma produção historiográfica baseada na multiplicidade de uma memória social e, nesta perspectiva, de uma escrita que reconheça os acertos e riscos da diversidade, das ambigüidades, das lembranças e esquecimentos. Cabe-nos “compreender como as pessoas se apropriam e usam o passado, no campo complexo das disputas dentro das quais se constituem” (KHOURY, 2004, p.133), para dessa forma visualizarmos as múltiplas possibilidades de análises que poderão ser construídas a partir de depoimentos orais quando esses referenciais ou relatos de diferentes pessoas são incorporados em uma pesquisa com a devida análise crítica.

Assim, é imprescindível pensar a relação dos moradores guairenses com aquele espaço passado, pois a narrativa se torna um elo, ligando o passado ao presente, e intervém na reconstituição do espaço, que, mesmo modificado, tem sua marca registrada nas histórias de vida dos moradores. Nesse caso, a memória, por sua vez, é um referencial que irá localizar no presente os códigos de experiência cultural desse grupo e lhes conferir identidade cultural.

A memória do grupo transforma os espaços em lugar à medida que esses espaços ganham significância para a população. Nesse caso, o espaço pode ser pensado como um lugar de significados a partir do momento em que nele o grupo, de algum modo, imprimiu sua marca, construindo-o e transformando para nele encerrar e localizar suas lembranças (HALBWACHS, 1990, p.133).

A história do lugar é também a história de suas paisagens. Dessa forma, é fundamental pensarmos a proposta do geógrafo Milton Santos para o conceito de paisagem. Como propõe esse autor, “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima” (por ano e p.)

A partir dessa premissa podemos supor que espaço, paisagem e lugar não existem por si próprios, mas são produzidos e transformados pelo trabalho de diferentes grupos, sendo, assim, categorias histórico-sociais.

Dessa forma, é imprescindível ressaltar as reflexões de Denis Cosgrove (1998) no sentido de pensar a paisagem como uma expressão humana intencional composta de diversas camadas de significados. Todavia, como também ressalta o autor:

(...) revelar os significados dessa paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira auto-consciente e, então, (re)-presentar essa paisagem num nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos..." (1998, p.103)

Nessa perspectiva de análise tornam-se reveladoras de significados e interpretações as lembranças do pescador José Machado, hoje pescador aposentado, que, mesmo longe das águas, guarda no seu íntimo a imagem da paisagem que está submersa. Ele mostra o trabalho da memória construído pela própria negação do que veio depois. No passado está aquilo que deve ser lembrado, mas também o que não pode ser esquecido:

O lugar onde que era a Sete Quedas hoje, tá tudo inundado. É onde a balsa atravessa pra ir pro Paraguai, do lado de baixo mesmo ali, era a Sete Quedas" (...), Era uma coisa mais linda! (...) Tinha uma queda, um canal que nós ficava do lado de baixo na ponte e do jeito que despejava através da natureza, você olhava e via, um arco-íris (...) pelo reflexo do sol ... Era uma coisa mais linda do mundo. Era coisa de deixar a gente bobo mesmo! (...) hoje o que a gente não vê mais, a gente fica triste. Eu mesmo fico triste, portanto que eu nem gosto de atravessar...⁵⁹

Sua narrativa é a lembrança que se serve de referenciais disponíveis no momento presente; mas é na imagem do passado que o pescador vai buscar o referencial para suas lembranças. A memória recompõe espaços e momentos passados, mas também traz o entristecimento por ter que repor algo que é visível

⁵⁹ Entrevista com o pescador José Machado, 80 anos pescador aposentado, viúvo. Residente no Bairro Cataratas - GUÁIRA-PR. Entrevista concedida em 09/07/2004.

apenas em sua memória, a memória que ele utiliza para olhar a cidade, a vida de seus moradores e, ao mesmo tempo a sua.

A memória é aqui a negação da memória oficial “celebrativa”, na medida em que reconstrói o espaço, as experiências e modos de ser, mostrando que o “novo” (representado nas imagens do progresso atribuído à construção da Itaipu na região) não é necessariamente melhor do que o que havia antes. Assim, o passado não se encerra em seu próprio tempo, mas pertence também ao tempo presente, tornando possível recompor parte da paisagem fascinante, que, como ressaltou o pescador, era de deixar as pessoas encantadas. Nesse caso, recompor Sete Quedas por meio dos vínculos que a prendem à memória é, de certa forma, fazer com que esse espaço povoe, ainda hoje, a memória daqueles que a conheceram.

Podemos dizer que a história dos munícipes guairenses está intimamente ligada à paisagem natural. A experiência ganha com as narrativas colhidas para a realização desta pesquisa nos leva a deduzir que, para muitos moradores, especificamente para os pescadores, que travam e/ou travaram da luta diária nesse espaço e vivenciaram as incertezas trazidas pela construção de Itaipu na região pesqueira, falar sobre suas vidas é pensar a relação destas com o rio Paraná e Sete Quedas. Neste caso, é pensar toda uma história de vida marcada pela história da construção de Itaipu e destruição do Parque Nacional das Sete Quedas.

Sete Quedas é parte da história de vida dos seus moradores, talvez aquela que jamais poderá ser esquecida, porque se junta a outras experiências de sua vida que de certa forma a referenciam. Não é apenas em depoimentos que estão guardadas as marcas desses tempos, que para muitos foram os melhores de sua vida: ainda hoje, em ruas e avenidas da cidade é possível avistar restos de um passado, quando sua população vivia ativamente com a presença das Sete Quedas em sua realidade. São momentos “congelados” em imagens que fazem aflorar na memória os mais diversos sentidos atribuídos aos momentos passados.

Para esses sujeitos narradores de sua história, as imagens, assim como as narrativas que recontam os tempos passados, exercem a função primordial de reter o tempo e, dessa forma, os vínculos que foram constituídos naquele espaço. Dotadas de capacidades que instigam as lembranças, as imagens espalhadas por vários lugares da cidade fazem do momento passado algo presente na vida cotidiana dessas pessoas. Nesse sentido, esses vestígios, carregados dos mais

variados significados, instigam lembranças, tornando a “memória um sentimento que brota dos lugares”. (SANTANA, 1998, p. 36)

Essas imagens são referências que afloram à memória, tornando a cidade, segundo seus moradores, portadora de um passado memorável e, por isso mesmo, significado, não somente pelo clima e pelo encanto natural (sons das cachoeiras avisando que a chuva estava chegando, o verde da paisagem), mas, principalmente, pelo viver que nos conta cada narrador e pelas suas histórias, que se entrelaçam a tanta outras.

A experiência passada ganha novos sentidos, marcados pelo momento presente. Guaíra recebe, na narrativa dos moradores, a representação do lugar adequado para viver, fazendo com que as experiências adquiridas no espaço e no tempo passado estejam gravadas no mais profundo da memória desses indivíduos. Mesmo os espaços dados como “perdidos” estão dotados de boas recordações, em que o viver e o cotidiano pareciam ser melhores para suas vidas. Nesse caso, a formação do lago de Itaipu se torna um marco em várias histórias de vida, de sonhos, de possibilidades de futuro que um dia foram submersos para dar lugar ao reservatório de Itaipu. Cabe então dizer que, talvez por essas e outras circunstâncias, muitas vezes não conseguimos decifrar que o passado vai adquirindo na fala desses sujeitos um valor inestimável, que não pode ser deixado para trás.

Assim, é no passado que estão os tempos “áureos”, pois é também nele que estão gravadas experiências que foram arrancadas pelas águas de Itaipu, as experiências que no presente somente a memória repõe em seu lugar. Então é no trabalho de tecer a memória e trazê-la à tona no presente que o pescador e ex-ilhéu Rosalvo Ferreira dos Santos faz suas interpretações. São lembranças que dão conta dos significados da experiência de Itaipu. As falas reconstróem momentos de violação situados não apenas em tempos passados, mas também em um presente que referencia a própria reflexão acerca do passado. Nesse caminho, o pescador deixa visíveis os significados da formação do lago para pescadores e ilhéus:

A nossa vida mudou. Primeiro o peixe diminuiu porque daí acabou as Sete Quedas, aí o Lago aumentou, porque de primeiro o Lago era daí para cá. Aí o Lago aumentou, e os peixes esparramou muito. Então tem peixe que ta lá no lugar que não dá pra pescador ir pescá. Num dá pro pescador nem ir lá pescar! E onde dá pro pescador pescá as vez ali não tem peixe, porque o lago aumentou. A extensão

do rio aqui pra baixo (...) aumentou muito, espalhou muito a água. Nos tempos das Quedas era bom porque era só dali pra cá. Das Quedas pra cima. (...) Então o peixe sumiu (..) Por causa da extensão do rio por que você vê, naquele tempo, No Tempo das Sete Quedas tinha loca de pedra, aonde o Jaú, da região de pedreira (...) ficava tocado nas loca de pedra (...) o Cascudo também é a mesma coisa (...) a mesma natureza do Jaú. Eles são de loca. (...) Hoje, devido à água ta correndo muito devagar, por causa do Lago. A água não corre. Chega aqui na onde era as Sete Quedas, a água é morta, a água ali, não corre. (..) O nosso rio tá sendo invadido pela areia. Onde aqui era pedreira, onde os pescador pegava bom peixe, hoje ta tampado de areia, hoje as draga tão dragando areia em cima⁶⁰.

A formação do Lago de Itaipu trouxe todas as modificações possíveis⁶¹: no clima, no espaço físico e, de maneira especial, na forma de viver dos pescadores e de toda a comunidade ribeirinha da localidade. Um dos detalhes que mais nos chamam a atenção nos depoimentos é a constante presença das narrativas que nos contam sobre a escassez de peixe que se abateu sobre a região após a formação do lago. Talvez essa constante nas narrativas de pescadores da região queira justamente mostrar como a formação do reservatório limitou, ou mesmo modificou práticas tradicionais do grupo na região.

Os peixes nobres, como são chamados pelos pescadores peixes como o pintado, o jaú, o dourado, espécies antes encontradas em grande quantidade no rio, hoje são insuficientes para a sobrevivência do pescador e de sua família. Ao mesmo tempo, a vida diária dos pescadores hoje é um tanto diferente daquela descrita por eles nas décadas anteriores à formação do lago; eles têm que se adaptar a uma nova realidade.

⁶⁰ Entrevista como o pescador e ex-ilhéu, Rosalvo Ferreira dos Santos, 45 anos, morador do bairro Parque Hortência. Entrevista concedida em 09-07-2006. Residência. GUAÍRA – PR.

⁶¹ Estudos realizados por pesquisadores do Departamento de Análises Clínicas, Estatísticas e de Geografia da Universidade Estadual de Maringá com apoio do Departamento de Patologia Básica da Universidade Federal do Paraná e Fundação Nacional de Saúde do Ministério de Saúde de Londrina, durante a década de 1990, na região das antigas Sete Quedas, constataram que a área sofreu alterações ambientais em consequência da formação do lago de Itaipu. De acordo com o estudo, uma das degradações ambientais decorrentes da formação do reservatório passível de ocorrer eram: mudanças climáticas, modificação na circulação atmosférica, alteração no nível do lençol freático, sendo que algumas dessas modificações, como o aumento da umidade relativa do ar à noite, viria a favorecer a proliferação de mosquitos. Todavia, a problemática maior apontada pela pesquisa era, sem dúvida, o intenso assoreamento que vinha ocorrendo na represa já no início da década de 90, em função da acumulação de sedimentos. Este assunto pode ser aprofundado em TEODORO, Uesley. et al . *Culicídeos no Lago de Itaipu, no rio Paraná, sul do Brasil*. Revista: Saúde Pública, v.09, 1995, Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n1/03.pdf> . Acesso em Outubro de 2006.

O *habitat* pesqueiro não é mais o mesmo. Com o aumento da extensão do rio e a escassez de peixe, o pescador se viu obrigado a descobrir novas maneiras de trabalhar e viver. Antes o pescado estava ali bem próximo do pescador, muito próximo a sua ilha; agora o pescador já não permanece na conhecida região das Sete Quedas. Diante das várias transformações implantadas no local, para obter uma boa pescaria o trabalhador percorre vários quilômetros do seu lugar de origem⁶². Atualmente, a região das águas correntes é mais propícia para a extração da areia. Se no passado a pescaria da região, sozinha, tinha capacidade para abastecer os hotéis da cidade, que nos anos 70 e início da década de 80 recebiam, em média, 30 a 40 mil turistas por mês, no presente é a extração da areia que bate recordes de produção⁶³. Só no município há duas empresas responsáveis por essa atividade. Como desabafa o pescador, conhecedor da região desde criança, as correntezas não existem mais, o que resta está guardado pela memória.

Para o grupo de pescadores a solução encontrada para sanar a insuficiência do peixe foi afastar-se de seu *habitat* pesqueiro e percorrer uma longa distância da antiga região. Em busca de um local propício à pesca, vários pescadores deixam moradias, amigos e familiares por três, quatro ou mais dias da semana e seguem em busca de uma boa pesca. É isso que podemos encontrar também nos depoimentos do pescador:

(...) Agora o peixe tá escasso. Os pescador, ninguém tá pegando bem. (...) O pescador, no fim de semana subiu lá pras outras ilhas e vai ficar até quinta-feira, por causa de quê? Porque se tivesse bom,

⁶² É importante observarmos que, mesmo após a formação do reservatório de Itaipu, a região continuou passando por transformações, a exemplo da realização do derrocamento, explosões de rochas para a abertura de um canal de navegação, realizadas em 1986, durante a construção da ponte Ayrton Senna. De acordo com reportagens veiculadas em vários jornais da região, pesquisas realizadas por biólogos da Universidade Estadual de Maringá (UEM), que mantém um grupo de pesquisas em Guaíra desde 1987, constataram vários danos ambientais que afetaram Guaíra, o rio Paraná, e o lago de Itaipu. Como exemplo, os poucos cascudos apresentam carne gelatinosa, diferente da qualidade de outrora. A população de peixes e o rendimento pesqueiro caíram muito. Tais questões afetam o cotidiano de pescadores do município, e estes, por sua vez, realizam constantes protestos, que vão desde passeatas a bloqueios do acesso à ponte Ayrton Senna que liga Guaíra - PR a Mundo Novo - MS. Os pescadores cobram o pagamento da indenização pelas transformações ocorridas no *habitat* pesqueiro após o derrocamento. De acordo com o pescador José Cirineu Machado, presidente da colônia Z 13 de pescadores, mais uma vez o município foi palco de um crime contra a natureza.

⁶³ Atualmente as empresas que realizam a extração da areia no município são: Mineração Floresta de Guaíra Ltda. - Mineração Mercantil Maracaju LTDA. - Mineração D'Agostini Ltda. A produção das duas empresas, no período de janeiro a julho de 2006 totalizou 99.072 toneladas de areia. Dados fornecidos pelo Ministério dos Transporte-Administração da Hidrovia do Paraná. Disponível em http://www.ahrana.gov.br/site4/xls/plan_01_a_07_2006.htm acesso em setembro de 2006.

ele ia com duas ou três horas, aqui no rio mesmo, e já tinha que voltá pra trazê peixe. Então aí com certeza, ele fez uma despesa grande, para ficá lá até quinta-feira Isso foi o que ele pensou: “Venho até quinta-feira”. Mas talvez fica até sexta ou sábado.⁶⁴

As narrativas também nos falam de outras alterações na vida cotidiana do pescador-ilhéu. O pescador, assim como o rio, não é mais o mesmo, haja vista que foi preciso se adaptar a uma nova realidade, às vezes um tanto duvidosa, como a falta de peixe, o viver em um novo lugar, novas paisagens, e o rio, que por sua vez, sofre diariamente o processo de assoreamento⁶⁵ em decorrência da falta da correnteza. Assim sendo, na memória do pescador se encontram também traços de um antigo lugar, quase inexistente, aquele da antiga moradia, hoje bastante prejudicado pelas várias modificações do espaço físico ocorridas na região do lago. Deste modo, a vida marcada pelo lugar de origem também passa seu olhar:

O lugar era muito bonito, o rio era muito bonito! Era mais bonito do que é hoje, porque naquele tempo não tinha destruição. Aquele tempo não era destruído. A Itaipu julga que nós que destrói. Mas eles estão escondendo (...) A Itaipu está escondendo. E igual àquela história do macaco: “Pega nos rabo dos outros e o dele está enroladinho (...) sentado em cima. Aquele tempo os ilhéus vivia lá, e as ilhas não era destruída, por causa de quê? 5 metros era da Marinha (então os ilhéus fazia roça, mas 5 metros era reserva). Só que daí depois que veio a Itaipu, por motivos dessas enchentes começou a acabá com tudo. Os barrancos foi caindo. Oh! Eu conheci ilhas que tinha a base de três alqueires de terra, hoje eu pesco no lugá dela. Por que ela sumiu, acabou? Foi depois da Itaipu, muita enchente (...) começou a enfraquecê e foi desbarrancando. Essa ilha que eu falei pra você, que tinha 3 alqueires de terra, o último dia que eu vi ela (...) ela tava mais ou menos do tamanho dessa casa aqui, no meio do rio. Quando foi no outro dia eu não vi mais. E é uma ilha que hoje ela podia tá lá. Mas isso aí é culpa da Itaipu! Não foi culpa do pescador (...) Só que eles não falam que são o culpado. (...) muito lugar que era casa nas ilhas, hoje é rio. Igual onde nós morava mesmo. A nossa casa ficava pra dentro da ilha, uns 25 metros, mais ou menos; hoje, eu armo traia e pesco no lugar onde

⁶⁴ Entrevista com o pescador e ex-ilhéu Rosalvo Ferreira dos Santos, 45 anos, morador do bairro Parque Hortência, concedida em 09-07-2006. Residência. GUAÍRA – PR.

⁶⁵ O assoreamento é o acúmulo de areia, solo despreendido de erosões e outros materiais levados até o rio, pela chuva ou pelo vento. Cabe as matas ciliares servirem de filtro para que esse material não se deposite sob a água. Quando as matas são indevidamente removidas, rios e lagos perdem sua proteção e ficam sujeitos a esse processo. O assoreamento reduz o volume da água, impossibilitando a entrada da luz, dificultando assim a fotossíntese, impedindo a renovação do oxigênio para algas e peixes e conduzindo rios e lagos ao desaparecimento.

nós morava , acabou!(...) Mas como isso é triste! Eu passo naquele lugar até hoje e vejo caco de teia caído pra lá(...) Onde nós moramo tantos anos . Eu chego e armo traia de pesca (...) a Itaipu não fala que eles são culpado. Culpado é eles que destruiu. Eles só enxerga os outros . Eles acha que os outros é que errou. Nós não destruía porque nós cuidada do nosso lugar. ⁶⁶

Falar do lugar de origem é poder pensar a sua vida e a do grupo e tornar presentes modos de viver que, para o pescador, tinham, na forma do trato com o meio, marcas de responsabilidade do grupo com a não-agressão ao lugar onde viviam. Sua narrativa é, assim, a possibilidade que o narrador tem de criar e recriar modos de viver na confluência do passado com o presente. Sua fala nos remete a pensar, sobretudo, numa lembrança que, indissociavelmente, está ligada à vida social e à sua historicidade (MALUF, 1995, p.83). Trata-se da memória marcada por práticas e valores não apenas de alguém em particular, mas de toda uma comunidade. Dessa forma, a narrativa do pescador vem marcada por projetos que sugerem, não o retorno, mas a retomada da possibilidade de relatar dimensões de modo de vida muitas vezes calados e interrompidos pelo projeto de modernidade implantado na região pela construção da hidrelétrica de Itaipu.

Torna-se impossível expor numa linguagem técnica todas as transformações sentidas por um pescador. As mudanças apenas são compreensíveis a partir de aspectos hoje vividos pelo seu grupo social; dessa forma é narrando essa realidade que o pescador nos mostra como as alterações são sentidas no cotidiano dessas pessoas; ou seja, é mostrando a difícil lida cotidiana de quem vê cada vez mais escasso o produto do seu trabalho que o pescador expõe sua compreensão:

Olha, isso é que eu não posso entender. Por que sumiu tanto peixe? Os cascudeiros pescavam perto da região das Sete Quedas. Eles pescavam com a tarrafa e tinha algum que até mergulhava, que nem o João Mandi mesmo! O João Mandi mergulhava nas pedreiras para pegá cascudo. Ele mergulhava! Então nessa região aqui tinha cascudeiro dos bons. Era muito cascudeiro, né? Eles só pescavam cascudos, não pescava outro peixe (...) O cascudo fica mais só na região que só tinha pedreira. Ele até passa nos lugar de areia, mas só de passage. Ele não fica ali, porque não tem local pra ele

⁶⁶ Entrevista como o pescador e ex-ilhéu, Rosalvo Ferreira dos Santos, 45 anos, morador do bairro Parque Hortência. Entrevista concedida em 09-07-2006. Residência. GUAIRA - PR.

escondê. (...) Então aí o peixe sobe lá pra cima. E nós também vai lá tentar buscar ele , porque senão, como vamo viver?⁶⁷

O cascudo, peixe das regiões de rochas, é hoje quase uma lenda entre os antigos pescadores de Guaíra, cujas famílias eram sustentadas pela produção da espécie. Detalhe ínfimo para aqueles que não conheceram a região das pedreiras, mas compreensível para o grupo, é ainda forte nos depoimentos de pescadores da comunidade. São exemplares, nessa perspectiva, as recordações do ex-pescador e vereador, hoje funcionário público aposentado, João Lima de Moraes, popularmente conhecido entre os pescadores como João Mandi. Esse pescador traz em suas memórias marcas do acidente de 1982, quando uma das várias pontes pênseis que davam acesso ao Parque teve um dos cabos de aço rompido. Foi ele que, com habilidade de mergulhador e conhecedor da região, salvou várias vidas. Mergulhador da região das Sete Quedas, João Mandi é lembrado pelos demais companheiros como exemplo de habilidade na pescaria e também pela forma como, ainda menino, mergulhava muito próximo das regiões das Sete Quedas. Suas memórias também nos contam como era e como ficou a pesca após a formação do Lago:

(...) Quando começou a formar o lago, o dourado, o pintado, e o jaú, que era o peixe de água mais corrente , foi sumindo, foi acabando. E (...) o peixe mais vendido, mais comercializado aqui era no caso o dourado, o pintado e o jaú, né, que era peixe nobre. Depois em quarto lugar vinha o cascudo, que também dava muito, mais era um peixe de menos valor e daí começou acabar esses tipos de peixe, depois do lago. Só que o lago, além do pessoal ter derrocado as pedras (...) o Lago foi acumulando areia no fundo do rio. Desde aqui da Sete Quedas até aqui pra cima não tem nada a ver com o derrocamento. E hoje o cascudo-preto (...) Ele come aquele lodo porque hoje o cascudo-preto não tem comida. Então ele tá ficando fino, desnutrido, branco. Você corta ele, parece gelatina.⁶⁸

Ex-presidente de uma associação de cascudeiros, denominação dos pescadores que se ocupavam da pesca nas regiões mais próximas de Sete Quedas, habitadas por cascudos, João Mandi põe-se a narrar a situação de seus pares. Sua narrativa nos conta das dificuldades que hoje enfrentam esses profissionais para

⁶⁷ Entrevista como o pescador e ex-ilhéu, Rosalvo Ferreira dos Santos, 45 anos, morador do bairro Parque Hortência, concedida em 09- 07-2006. Residência. GUAÍRA – PR

⁶⁸ Entrevista realizada como o pescador João Lima de Moraes, 55 anos, Residência. GUAÍRA-PR Entrevista concedida em 07-2006.

sobreviver apenas da pesca do cascudo. Como exposto antes, assim como a região, o pescador também teve sua forma artesanal de trabalho modificada, e diante dessas transformações, como narrou João Mandi “o pescador hoje tem que se virá (...) porque tem muita coisa pra fazê no rio, como contrabando do cigarro” e outras atividades que são consideradas pela sociedade como ilícitas. Nesse momento da narrativa o pescador deixa mostrar outro lado muitas vezes ocultado nas falas de pescadores daquela região⁶⁹. Sua narrativa é, assim, marcada tanto pelas experiências do passado como pelas do presente, e nessa perspectiva, o pescador expõe a compreensão do que representou a formação do reservatório de Itaipu para pescadores e outros sujeitos guairenses. É a partir dessa realidade, do que o lago provocou na vida de seus moradores, e do quanto modificou a paisagem, que Itaipu é pensada:

A Itaipu foi o fim do peixe de Guaíra! A Itaipu foi o caos pra pescaria. Sem contá com a perda das Sete Quedas. Acabou com uma coisa que é muito mais bonita que Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu não pegava nem beira. Você não conheceu, né? Se você ver o que era Sete Quedas e o que é Foz do Iguaçu. Pelo amor de Deus! Nosso Deus! Você molhava tudo, era coisa mais linda. Pra quem tem assim acima de quarenta anos, viveu as Sete Quedas. Então (...) Era coisa mais linda do mundo! Eu, como sempre gostei muito de natureza, eu achei que foi o fim da picada. A Itaipu deve pro Brasil, não é só pra Guaíra deve, é pro Brasil, para o mundo. O que eles fizeram aqui, essa usina, não paga nem um terço. Não paga nem um terço do que eles destruíram da humanidade, né? Já falei pra diretores da Itaipu. Já falei pra presidente quando eu era vereador, eu falava mesmo nas reuniões, porque eu sempre fui um cara que vivi as Sete Quedas. Eles devem pra Guaíra muito, sem contar pro Brasil, pro mundo, porque vinha gente do exterior pra conhecer as Sete Quedas.⁷⁰

Neste trecho do depoimento, a narrativa do pescador faz referência ao município-sede da usina de Itaipu Binacional, que, diferentemente dos outros oito municípios da região atingida, teve as belezas naturais, nesse caso as famosas

⁶⁹ Em estudo sobre a realização de contrabandos realizados por pescadores guairenses na fronteira, Eliane de Lima ressalta que é no cotidiano que esses grupos de pescadores, à margem da sociedade idealizada, vão reelaborar suas relações, buscando alternativas que muitas vezes são percebidas como formas de resistência ora explícita ora oculta. Para a autora, são as necessidades do dia-a-dia que os levam a usar o poder de resistência; uma resistência que não é necessariamente explícita nem intencionalmente uma afronta às normas, mas a necessidade de encontrar soluções para seus problemas. IN; LIMA, Eliane. *A arte de fazer-se: O cotidiano dos pescadores de Guaíra frente à construção de Itaipu*. (TCC) Marechal Cândido Rondon: Unioeste; Departamento de História, 1997.

⁷⁰ Entrevista realizada como o pescador João Lima de Moraes, 55 anos, Residência. GUAÍRA-PR Entrevista concedida em 07-2006.

Cataratas do Iguazu⁷¹, preservadas das águas do reservatório. Nesse caso, remeter-se à história de outro município no momento em que narra parte da história do seu é denunciar aspectos da violação sofrida pelos moradores da cidade quando, nas décadas de 1970 e 1980, não puderam participar das decisões quanto ao futuro da cidade e deles próprios. Nesse sentido, a questão Sete Quedas e Itaipu não é algo bem-resolvido. Após vinte e quatro anos da formação do lago de Itaipu, os guairenses guardam uma memória ressentida desse episódio, pois a submersão das Sete Quedas significou também laços de rompimento, a mudança drástica com que moradores da cidade tiveram que conviver. O depoimento do pescador João Mandi acerca de episódios recentemente ocorridos na cidade demonstra isso:

Hoje o pessoal ali do Alvoradinha tinha uma fita e de repente começô a passar Sete Quedas. Um monte de gente mais novo que eu não agüentou e começou a chorar. Teve cara que não agüentou e saiu. O filme passou lá na UNIPAR, na semana do curso de Direito, mas um monte de gente (...) começaram a chorar. É coisa de quem viveu ali (...) Quem tem uns cinqüenta, sessenta anos conseguiu namorar por ali. O lugar era muito romântico. Então eu vivi ali dentro. Então quem viveu as Sete Quedas é assim... Não aceita seu fim!⁷²

Nesse momento da narrativa é importante observar como o espaço das Sete Quedas, em quase todos os momentos do depoimento, ganha cargas emotivas, porque simplesmente faz parte da vida de quem relata. Assim, sua consideração ganha importância, sobretudo do entendimento de duas instâncias que permeiam o processo de apropriação da natureza – o material e o simbólico.

Nesse caso, como bem escreveu Antônio Carlos Diegues: “em nenhuma sociedade (...) as realidades naturais se reduzem simplesmente aos seus aspectos físicos (...)” (DIEGUES, 1998, p.107). Nesse sentido, a partir de sua narrativa é possível perceber a importância afetiva do lugar para a população guairense. Sete Quedas ultrapassa o entendimento do espaço e da paisagem estritamente a partir de seus atributos físicos. A paisagem, assim como a memória do grupo, é vida

⁷¹ Atualmente as cataratas são reconhecidas como uma das sete maravilhas da natureza. Estão localizadas na fronteira entre o Brasil e a Argentina. As Cataratas fazem parte do Parque Nacional do Iguazu, a maior reserva de floresta pluvial subtropical do mundo, compreendendo parte do Parque Nacional do Iguazu no Brasil e no Parque Nacional Iguazú na Argentina. A paisagem das Cataratas, juntamente com a da usina hidrelétrica, dá ao município o título de terceira cidade brasileira a receber maior número de turistas por ano.

⁷² Entrevista realizada como o pescador João Lima de Moraes, 55 anos, Residência. GUAÍRA-PR Entrevista concedida em 07-2006.

carregada de significados que só a experiência de quem as viveu reconhece seu valor. Conforme narra o pescador a respeito do espaço vivido,

O que marcou é o seguinte: tudo ali marca, mais o que mais me marcou (...) foi a imagem que tenho na memória até hoje (...) Ali para baixo da usina, onde eu trabalhava, tinha a Prainha das Sete Quedas, que era um canal grande (...) dos dois lados e tinha uma praia bem limpa assim, sabe? E o pessoal acampava ali. Tinha bastante cadeira (...) e era bastante disputado o local e tinha uma mina de água muito linda. A gente ficava ali o tempo todo. Eu lembro muito desse local porque eu ia lá quando era estudante de ginásio, eu ia com a namorada e acampava lá e, depois (...) uns cinco anos depois que acabou as Sete Quedas eu comecei a lembra de tudo. Sabe é como você perder uma coisa que você gosta muito? Dá vontade de ver, de usar, mas daí não tem mais. Então sempre eu levantava assim, ai de moto e quando eu via eu tava no portão do quartel, pra entrá, aí não entrava, tinha acabado (...) marcou a falta das Sete Quedas, marcou o movimento que era muito aqui lanchonete, discoteca, (...) restaurante, as lanchonetes cheias. Não tinha lugar pra você passar na rua de tanta gente que tinha. (...) Então nós vivemos uma época de movimento, de sucesso, de repente destruição, cena daqueles filmes de ficção científica (...) a Itaipu (...) O mal que ela trouxe pra região de 0 a 10, você pode colocar o bem 2% e o mal 8%, porque foi muito mal, 80% foi péssimo pra nós. E o resto esse negócio de Marinas, que é um elefante branco, isso aqui não vale nada pra nós (...) ⁷³

Expressando-se numa linguagem carregada de emoção e sentimentos de que a escrita não dá conta, o pescador mostra-se orgulhoso em reconstruir a paisagem e descrever o lugar que em tantos momentos da sua vida lhe fora importante, pois se não existe mais aos seus olhos, é preciso recompor através da memória aquilo que é lembrado pelas marcas deixadas na vida de cada um:

(...) a paisagem você descia aqui no quartel, né? Era uma estrada praticamente fechada pelo mato. Os pés de bambus (...) entrelaçavam (...) você caminhava na sombra. (...) Até hoje é assim. Ai tinha só alguns espaços que tinha sol. . Na chegada lá, até na chegada (...) você via um monte de animal: Tinha quati, macaco, tatu (...) um monte de animais silvestre. Se via passarinho. O canto então! Você ia vendo um monte de paisagem bonita, Chegando lá, na entrada do parque tinha o restaurante das Sete Quedas (...) você encontrava uns quiosquinhos que vendia lembracinhas das Sete Quedas. E daí começava as pontes. Nas pontes você andava mais ou menos três horas (...) Você ia até o final e aquilo não cansava de tanta coisa bonita que você via (...) Muito gostoso mesmo! Sem contar com aquelas lagoas que tinha no meio, piscinas naturais (...) que o pessoal tomava banho (..) As lagoas. Os buracos que tinha nas pedras nos meio das rochas (...) quando enchia da água das chuvas (...) As minas de água

⁷³ Idem.

natural mesmo, bem limpa, era abaixo do nível do rio. E daí dava àquelas lagoas igual de cinema. A lagoa azul (...) cheia de peixe (..) você via os peixes. Era lindo⁷⁴!

Novamente cada aspecto, cada detalhe é colocado no lugar. Juntar as experiências, o vivido, os espaços de passado, reforça nesses sujeitos o pertencimento ao grupo. Nem o espaço, nem o tempo passado são perdidos, uma vez que a memória cumpre a função de buscá-los e reencontrá-los.

Antes da destruição das Sete Quedas, som, lazer e trabalho se misturavam. Os guairenses: pescadores, taxistas, guias turísticos, enfim aqueles que de diferentes maneiras viveram os tempos narrados pelos entrevistados, ainda hoje dizem que os sons das águas se fazem presentes em suas recordações. Muitos trabalhavam, repousavam, passeavam, apreciando os sons das cachoeiras. É muito difícil esquecer as Sete Quedas, uma vez que estava muito próxima da realidade vivida. Em muitos dos depoimentos as narrativas demonstram e recordam aspectos de uma cidade que vivia sob a neblina, onde o clima era mais fresco. É o que as lembranças do pescador nos mostram:

As Sete Quedas era uma maravilha de Deus pra nós, era linda, tinha verde e neblina, sem contar o som dela. O som das Sete Quedas, quando preparava assim pra chuva, já roncava mais forte, avisando a chuva. Eu lembro bem do ronco dela. Era aquela coisa mais linda de ouvir Quando ela começava tinha uns caras, uns antigos, daí falava: “Hoje vai chovê. Até meia-noite chove” . Podia preparar. Ela era o termômetro, Nossa previsão do tempo. Ela falava. Ela avisava a gente. Ela não errava mesmo. Quando a água foi subindo, ela foi silenciando e isso foi muito ruim . Era como se tivesse sufocado ela. Mas eu não esqueço aquele som, era lindo demais. A Sete Quedas era uma orquestra que não cansava de trabalhar ⁷⁵

Nesta passagem do depoimento, ao fazer referência à paisagem, João Mandi vale-se também dos sons que lhe eram familiares, os sons produzidos pelas forças das águas que caíam sobre as rochas. Para o pescador é impossível esquecer-se da paisagem, pois evocar o som na memória é também evocar a imagem das Sete Quedas. Assim, paisagem e som misturavam-se. Sentir, procurar os sons no mais

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Idem.

íntimo da memória é também visualizar a paisagem das Sete Quedas, as correntezas das águas e, dessa forma, poder repor em seus lugares as experiências adquiridas e “silenciadas” pela força das águas, mas presentes nas memórias e interpretações que se fazem dessa história vivida:

(...) lá onde nós morava Lá na Ilha, nós escutava o ronco dela. Nós escutava o ronco das Sete Quedas, sabe? Aquela trovoadas. E quando nós descia que nós vinha pra Guaira, quando nós chegava aqui no rumo da ilha Pacu, essa ilha que tem aqui perto do Cano, de lá eu via o trupe dela aqui em baixo. (risos) Aquilo levantava cada tubo de fumaça pra arriba ali! Eu tinha medo dela. E a correnteza da água era muito veloz mesmo, era forte, Já desde onde eu morava, na ilhas era forte mesmo! A água puxada pelas Sete Quedas. Só que a gente podia navegar tranqüilo. Só que aqui embaixo, perto das Quedas era pió. Então eu tinha medo.⁷⁶

Seja para o pescador, seja para o ilhéu seja ainda para o morador do campo ou da cidade, os sons mostravam a natureza, o ciclo de suas atividades e até o próprio repousar: “Os sons se complementavam como uma conversa ou orquestra, sem ruídos antagônicos, envolvendo vida e trabalho em ciclos compreensíveis”. (Bosi, 445:) Nesse sentido, podemos deduzir que “o espaço sonoro compartilhado, é um bem comum, mesmo os diminutivos sinais que compõem suas mensagens são vitais para seus habitantes” (idem, *ibidem*). Podemos então afirmar que a memória do lugar é também uma memória povoada por sons.

Destarte, mesmo sem Sete Quedas, mesmo tendo sido o passado levado pelas águas, é possível evocá-lo através dos sons que subsistem em suas memórias ou mesmo nas conversas com outras testemunhas. Como propõe Ecléa Bosi: “as pedras da cidade, enquanto permanecem, sustentam a memória. Além disso, temos a paisagem sonora típica de uma época e de um lugar”. (idem).

Diferentemente do discurso oficial, as memórias dos moradores de Guaira, pescadores, pescadoras, ilhéus e demais sujeitos, contam-nos uma história baseada em suas expectativas e experiências de vida. Neste caso, a memória que marca a história narrada é a memória que significa Sete Quedas e a cidade, como nos

⁷⁶ Entrevista com o pescador e ex-ilhéu Rosalvo Ferreira dos Santos, 45 anos, morador do bairro Parque Hortência. Entrevista concedida em 09- 07-2006. Residência.

sugere a fala de um velho e sábio pescador “Esse rio era uma bênção. Ele deu de comê a muita gente”⁷⁷.

Nesse sentido, podemos afirmar que em torno da submersão das Sete Quedas e da formação do reservatório de Itaipu existem duas memórias. São “memórias bipolares” (MOTTA, 1998, p. 77). De um lado temos a memória oficial, que mostra a formação do Lago e suas conseqüências como uma necessidade, na medida em que era para o “bem da Nação”. Nesse caso, a formação do lago representa o verdadeiro “progresso”, deixando explícita a idéia de que a cidade e seus moradores faziam um difícil, mas “suave” sacrifício. Por outro lado, temos a memória coletiva, as múltiplas memórias, no caso, a memória dos munícipes guairenses, que, mesmo permeada de conflitos, resiste ao tempo, mesmo que seja apenas para dizer sobre as experiências que os unem enquanto sujeitos.

Nesse caso, a memória desse episódio é, nas palavras de Michel Pollak, (1989, p.12), permeada pelos sentidos do passado, mas também pelos sentidos que tomam a ação do presente. Assim as lembranças, os sorrisos, os silêncios, enfim, os desabaços, as expressões de um mundo-memória de quem quer falar e fazer ouvir a sua história e a história de tantos outros, vão tornado possível narrar o viver desses homens e mulheres, pescadores e pescadoras.

⁷⁷ Trata-se de parte significativa de uma das entrevistas, realizada em 1999, com o pescador Pedro Machado, 63 anos. De certa forma, o estudo contribuiu e resultou no Projeto de Mestrado que hoje desenvolvemos. Na época colhemos depoimentos de antigos moradores da cidade para obter memórias que narrassem a formação do lago em 1982 e a submersão das Sete Quedas.

4. CONCLUSÃO.

A história de vida dos munícipes guairenses está, certamente, marcada pela construção da usina de Itaipu. Ao fecharem as comportas da hidrelétrica para dar início à formação do reservatório, os técnicos de Itaipu sinalizavam o início de bruscas transformações no espaço físico e na vida dos habitantes da região. Em apenas 480 segundos se daria a invasão das águas sobre os lugares de homens, mulheres, jovens, crianças e velhos de forma drástica, pois a água viria cobrindo paisagens, modificando histórias de vida construídas antes mesmo da chegada da Itaipu à região.

Nessa perspectiva, o presente trabalho objetivou, através da análise das múltiplas formas de memória, tomar conhecimento da percepção que os moradores do município de Guaíra fazem da construção da hidrelétrica de Itaipu e da formação de seu reservatório.

Retomar, através das trilhas da memória, a luta e anseios desses sujeitos nos possibilitou fazer uma leitura da história silenciada das transformações advindas da formação do lago de Itaipu sobre a cidade de Guaíra, pois:

“nos recônditos da memória residem aspectos que a população de uma dada localidade reconhece como elementos próprios da sua história, da tipologia do espaço onde vive, das paisagens naturais ou construídas” (PELEGRINI, 2006, p.116).

Assim, no decorrer do estudo, foi imprescindível buscar antigas lutas de pescadores e ilhéus, as quais ainda se mantêm no presente; experiências que iam se refazendo nas lembranças quando estes sujeitos narravam às imagens das corredeiras, a pesca artesanal e, sobretudo, as antigas maneiras de ser e de viver. A

dimensão histórica, traduzida pela pluralidade e qualidade das experiências vividas por essas pessoas, demonstrou um conteúdo político que extrapola a reivindicação pelo lugar. A luta pelo direito à memória, à fala e à interpretação de suas histórias é, especialmente, a prática que questiona, de forma insistente, o projeto de modernidade imposto à região, de tão alto preço para as suas vidas. Nesse sentido, como ressaltamos ao longo deste estudo, as memórias deixam falar o viver e a experiência desses sujeitos, que, por sua vez, questionam verdades instituídas.

Dessa forma, ao recompor o passado, esses sujeitos se recusam ao esquecimento das autoridades e renegam a experiência da modernidade imposta às suas vidas. Através da narrativa que subsiste às transformações do tempo, homens e mulheres denunciam tramas tecidas no cotidiano, dando visibilidade às lutas contra a imposição do silêncio que paira sobre a história de suas vidas e indo contra as muitas propostas que insistem em não reconhecê-los.

Através da discussão inserida na primeira unidade, percebemos que se, oficialmente, a operação de fechamento do rio, ou mesmo a construção de Itaipu, representavam um espetáculo do moderno naquele contexto eufórico, para a população diretamente atingida a percepção era diferente. Transformar o espaço pelo represamento das águas era também modificar suas vidas e, para muitos, passar a viver num lago de incertezas. A destruição de tantos espaços, como mostram os depoimentos, foi também a desestruturação de modos de vida, de laços de amizade, de parentesco, enfim, de referências sociais fundamentais para a população.

Nesse sentido, a memória é, para o grupo, um suporte essencial que define os laços de identidade, pois une o passado ao presente e coloca em seu lugar o valor de cada experiência não contada na história oficial. A persistência da memória da população para além da memória oficial sobre esse episódio é uma das formas possíveis que esses sujeitos buscam para reescrever as experiências desse tempo. Nesse caso, a memória de homens e mulheres é resistência; a resistência que interroga o moderno estampado em Itaipu e, por isso, possibilita a leitura de um tempo em que o viver dos moradores estava marcado pela relação com o espaço. Nesse aspecto, as narrativas são lembranças que se tecem sobre a cultura modificada a partir da chegada de Itaipu.

Destarte, a imagem deixada pela década de 1970 nas recordações dos moradores que sofreram as maiores modificações trazidas pela construção da Itaipu

perpassa por um caminho marcado pela incerteza deixada após a formação do Lago. Se para os idealizadores da construção de um Brasil moderno Itaipu representou o monumento ao progresso, que geraria o tão sonhado “desenvolvimento” para a Nação brasileira, para os pescadores e demais moradores da região sua construção foi capaz de mostrar também a dura face das transformações advindas desse processo.

Nas reflexões da segunda unidade, visualizamos outra interpretação do que representava Itaipu naquele contexto. Nesse percurso, a memória poética, também presente em rituais e passeatas de rua, deu visibilidade aos anseios dos sujeitos que tomaram o espaço público (ruas e avenidas, bosques e praças) para deixar a percepção que questionava o ufanismo, a “onda” de progresso e a modernidade destacados nos discursos das autoridades nacionais e dos políticos locais. Por isso, as ações contrárias ao afogamento das Sete Quedas, mesmo acontecendo no momento em que Itaipu já fosse uma obra concreta, não foram em vão, pois se contrapuseram às idéias instituídas como verdadeiras até então.

Assim, a linguagem poética, as narrativas orais e outras formas de representação de memória se colocavam, naquele momento, como a resistência possível, como contradiscurso, pois contestavam a premissa de um Estado que, para pôr em prática seus projetos de desenvolvimento, colocava como válida a realização de qualquer prática, até mesmo a violação da condição de ser de tantas pessoas.

As experiências vividas por pescadores e ilhéus na região hoje alagada sobrevivem nas narrativas desses guardiões, os sábios narradores de que nos falou Walter Benjamin, pois tecem a história que não pode ser esquecida. A narrativa é, assim, missão daquele que reconta as experiências do grupo.

Dessa forma, as versões sobre a construção de Itaipu e a formação do seu reservatório não se constituem em uma exclusividade da memória oficial, uma vez que os guairenses e outros indivíduos que foram atingidos vêm, ao longo desses anos, reelaborando suas próprias memórias, mostrando-se capazes de reinterpretar, enfrentar e negar a noção de história construída pela perspectiva oficial, na “condição” de sujeitos históricos.

Ao reconstruírem em suas memórias, à luz do presente, experiências passadas, os sujeitos mostram a importância desse espaço em suas vidas, e recusam a idéia de que o novo construído seja necessariamente o melhor. Nesse

sentido, cabe dizer que as memórias dos guairenses estão, de alguma forma, “presas” ao antigo lugar, aos valores do passado que resistiram ao tempo e ainda são embalados pelo dos sons das cachoeiras de Sete Quedas.

CORPO DOCUMENTAL

FONTES IMPRESSAS

MEMÓRIAS E POEMAS

ANDRADE, Carlos Drumond de. Adeus Sete Quedas. In: *Jornal Ilha Grande, outubro de 1983*.

GALVÃO, Edson. Sete Quedas; sete notas de poemas e Canções. Guaíra: Gráfica Lex. 2004

MUNTOREANU, Hortência Zeballos. *Guahyrá, Guaíra*. São Paulo: Arte Imprensa Nacional, 1992.

VERCH, Wirley Arthur Beyer. O protesto continua. Sete Quedas vive. Itajaí. SC. Editora Visual. 1998.

MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

1977: 25 Guaíra - Jubileu de Prata. Caderno Especial Sete Quedas (em Revista), Guaíra, 1977.

Adeus Sete Quedas: Sete Quedas viverá até debaixo d'água. *Jornal Ilha Grande*, 31/07/1982.

Adeus à Sete Quedas, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 09/09/82.

ARANTES, L. Falaram da Rádio Guaíra e do Jornal Ilha Grande. *JORNAL Ilha Grande*. Guaíra, Guaíra, 31/07/1982.

Carta Protesto do Manifesto Quarup. *Jornal Ilha Grande*, outubro/1983.

Começa a formação do lago. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 14/10/82.

Grandes Perdas Grandes Ganhos. *Jornal Ilha Grande*, Guaíra, 25/09/1982.
Jornal da Tarde, São Paulo, 14/10/1982.

Guaíra: turismo & Energia, Revista três poderes. Guaíra, 1979.

Itaipu prepara alagamento. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 13/09/82.

Jornal Ilha Grande. Guaíra (07/10/1981)

Jornal Ilha Grande. Guaíra, (31/10/1981).

Jornal do Estado do Paraná. Curitiba, 1982

MANN, Ernest. Ecologistas Protestam contra a destruição das Sete Quedas. *Jornal Ilha Grande*, 1982.

Nem o clamor do Povo salvou Sete Quedas. *O Estado do Paraná*, outubro/1982.

O Estado de São Paulo.. São Paulo, 14/10/1982.

O que foi o quarup das sete quedas. *Jornal Ilha Grande*, Guaíra, outubro /1982.

Quarup das Sete Quedas. *O Estado do Paraná*. Curitiba,. 26/07/82.

Represado, o Rio Paraná é remanso de água suja. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 12/10/82.

Sete Quedas começa a sumir. *O Estado do Paraná*. Curitiba, 16/10/82.

Soldados fecham o Parque de Sete Quedas para sempre. *Jornal O Estado do Paraná*, Curitiba 21/09/82.

TEZA, Maria. A morte das Quedas. *Jornal Ilha Grande*, Guaíra, 13/09/82.

Um Novo Salto para o Futuro. Caderno Especial. Guaíra: SL. Equiplama Criação e Arte. 1985.

DOCUMENTOS OFICIAIS

Ata do Tratado de Iguaçu entre o Brasil e Paraguai, 1973. Disponível em site: <http://www.itaipu.gov.br/> . Acesso em 2004.

Balanço social, 2003. Disponível em site: http://www.itaipu.gov.br/respo/balan_2004/balan_2003.pdf . Acesso em 2004

Decreto nº. 86.071. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. (1971).

Documentos da Fundação IPARDES, Curitiba, 1974-1982.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. Relatório preliminar sobre o aproveitamento do Salto de Sete Quedas. Guaíra: Escritório Técnico “O. M. F.”, 1962.

Ministério dos Transporte-Administração da Hidrovia do Paraná. Disponível em http://www.ahrana.gov.br/site4/xls/plan_01_a_07_2006.htm acesso em setembro de 2006.

Lei Federal de n.º.449. Disponível em site: <http://www.guaira.org.pr.com.br> . Acesso em 2004.

FONTES ORAIS

ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS

Sr. Pedro Machado, ex-pescador, 63 anos, casado, 5 filhos. Entrevista concedida em julho de 1999, no Bairro Jardim Zeballos - Guaíra – Paraná. Tempo de duração: 40 min.

Sr. João Lima de Moraes, ex - pescador, funcionário público aposentado. 55 anos, casado, 3 filhos. Entrevista concedida em 07-2006. Centro. Guaíra – Paraná. Tempo de duração: 50 min.

Sr. José Gonçalves dos Santos, pescador, 30anos, casado, 3 filhos. Entrevista concedida em 07/06/1999, no Bairro Parque Hortênciã - Guaíra – Paraná. Tempo de Duração: 50 min.

Sr. José Machado, 80 anos, pescador, aposentado, viúvo. 5 filhos, Entrevista concedida em julho/1999, Guaíra – Paraná. Tempo de Duração: 50 min.

Sra. Iraci Becker, pescadora, 59 anos, 11 filhos, casada, Bairro Vila Velha Guairá, Paraná, Entrevista concedida em 09/07/2002. Tempo de Duração: 40 min.

Sr. Rosalvo Ferreira dos Santos, pescador e ex-ilhéu, 45 anos, 5 filhos, morador do bairro Parque Hortênciã. Entrevista concedida em 09 - 07-2006. Guaíra – PR. Tempo de duração: 50 min.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Janaína. A Ética nossa de cada dia. In: *Revista Projeto História* (15). São Paulo: Educ.abr.1997:146.

AMES Paulo Beato. *Guaíra e Itaipu: O roubo de tratores a beira do Lago*. UNIOESTE. Marechal Candido Rondon, 2002.

BAECHLER, Jean. Grupos e Sociabilidade. In: BOUDON, Raymond (Org). *Tratado de Sociologia*. Trad. Por Teresa Curvelo. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 82.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7º ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshal. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOSI, Alfredo. O Tempo e os Tempos. In: NOVAES, Adauto. *Tempo e História*. São Paulo. Cia. das Letras, 1992.

BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da Poesia*. 7ªed. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

CARDOSO, C. Flamarion Cardoso, VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHARTIER, Roger. *A História cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertraud, 1990.

CHARTIER, Roger. *Cultura popular, revisitando um conceito historiográfico*. Estudos Históricos, 1995.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. (trads.): Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2ª edição. Florianópolis: UFSC, 2001.

COY, Juan Jose. La frontera interior do mundo Quéchuá em la narrativa de Jesus de Lara. In: *La frontera, mito e realidade del nuevo mundo*. Leon: Universidad de Leon, 1994.

COSTA, Cléria Botelho. Memórias compartilhadas. In: *Contar história, fazer história (história cultura e memória)*. Brasília: Paralelo 15, 2001.

D' ÁLÉSSIO, Márcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. *Projeto História – EDUC*. São Paulo, n 17, p. 280, 1981.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva . Sociabilidades sem história: votantes pobres do império, 1824-1881. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. V. 1.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6º ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

FELIX, L. Otero. *História e Memória. A problemática da pesquisa*. Passo Fundo, Ediuf, 1998.

FENELON, D. Ribeiro. Trabalho, cultura e história social: perspectivas de investigação. In: *Projeto história 4*. São Paulo: Educ. 1989.

FERREIRA, M. e AMADO, J. (org.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGU, 1996.

FICO Carlos. *Reinventando otimismo: Ditadura Militar, Propaganda e imaginário social no Brasil*. RJ; Fundação Getúlio Vargas, 1997. P. 89-148.

FIGUEIREDO, Lauro César. *Memórias e Experiências de ocupação em Maringá*. Tese de Doutorado, Florianópolis: UFSC, 2005.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. Fronteiras deslizantes: lugares de cultura, raça, gênero e indivíduo. In: *Programa associado de pós-graduação UEM/UEL Mestrado – História Social*. Nov. 2000, Maringá. Resumos. Maringá: [UEM], 2000. p.41-50.

GASPARIM, Edenéia M. et. Al. *Itaipu e as Sete Quedas – responsabilidade de poucos a espera do julgamento de muito*. Curitiba: 1980.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. Trad.: Raul Fiker. São Paulo: Unesp. 1991.

- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- HABERT, Nadine. *A década de 70. Apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós - modernidade*. 10 ed. (trad.) Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro. DP&A, 2005.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais. 1990.
- HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: Palavras chaves da antropologia transnacional. In: *Mana* 3(1): 7-39, 1997
- HOBBSAWM, Eric. *A Invenção das Tradições*. S. P. Paz e Terra, 1984.
- HOLZER, Werther. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 149-168.
- HUNT, Lyn (org) *A nova história cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- ITAIPU Binacional disponível em site: www.itaipu.gov.br acesso em julho de 2005
- JANCSÓ, István e KANTOR, Íris. *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa* (vol. I e II), São Paulo: Edusp/Hucitec/Imprensa Oficial, 2002.
- KHOURY, Y.A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: *Muitas memórias outras histórias*. São Paulo, Editora Olho d'água, 2000.
- KHOURY, Y.A. Narrativas orais na investigação da historia social. *Projeto história*. São Paulo, nº22, junho, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LEINDECKER, Cleide de Fátima. *O impacto do fim dos Saltos de Sete Quedas sobre o município de Guaíra (PR)* UNIOESTE (TCC). Marechal Cândido Rondon,1997..
- LEVI, Giovanni. "A micro-história". In: *A escrita da história: novas perspectivas*. (org.) Peter Burke. 2.ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 133-161.
- LIMA, Eliane. *A arte de fazer-se: O cotidiano dos pescadores de Guaíra frente à construção de Itaipu*. (TCC) Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE; Departamento de História, 1997.

LIMA, Ivone T. Carletto. *Itaipu: As faces de um mega projeto de desenvolvimento. (1930-1984)*. (Teses de Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense/ Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Niterói. 2004.

LIMA, Vilma Fiorotti. *Guaíra nos tempos de Ernest Mann*. (TCC) Nº. 133, UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon, 1994.

MAIA, Marcelo Cláudio. *Itaipu e suas conseqüências em Guaíra*. (TCC) UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon, 1997.

MAFFESOLI. M. *No fundo das aparências*. (trad.) Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço. Cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec-Edunesp, 1998.

MATOS, Olgária C. F. *A cidade e o Tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças*. Texto Apresentado na 34 SBPC no Simpósio: “Cidade Utopia”. São Paulo.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1994. Apud: SANTANA, Charles d’Almeida. *Fatura e ventura camponesas. Trabalho, Cotidiano e Migrações* (Bahia 1950-1980). São Paulo: Annablume, 1998, p.17.

MENDONÇA, Sônia Regina e FORTES, Virgínia Maria. *História do Brasil Recente. 1964 - 1992*. 4 ed. São Paulo.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral, caminhos e descaminhos. In: Memória, História, historiografia. *Revista brasileira de história*. São Paulo, ANPUH, Marco zero, vol.13, nº. 25/26. P.55-56.

MORAES, Marieta (org). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

MOTTA, Márcia Maria Mendes. História e Memórias. IN: *História: Pensar e Fazer*. Rio de Janeiro: Laboratórios Dimensões da História, 1998.

MOTTA, Maude N. Joslim e Campos, João Batista. Antecedentes Históricos de proteção ambiental as ilhas e várzeas do rio Paraná. In: *Parque Nacional de Ilha Grande (re) conquista e desafios* (org) João Batista Campos, Maringá: IAP- Instituto Ambiental do Paraná, 2º edição, 2001, p.20-21.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. A contribuição do Padre Antonio Vieira à História da astronomia. IN: *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, a. 160 n. 403,1999. Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/ciencia/e19.html> , Acessado em outubro de 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. trad. Yara Aun Houry. PUC-SP (10), dez/93, p. 7-28.

OLIVEIRA, Hagaídes de. Pescadores de Guaíra: Memória histórica sobre o derrocamento subaquático do Rio Paraná (1996). IN *Revista Cantareira – Revista Eletrônica de História*. Volume 2, Ano 3, julho/2005. Disponível em <http://www.historia.uff.br/cantareira> , Acesso em outubro de 2006.

PAOLI, Célia Maria. Memória, história e cidadania: O direito ao passado. In: *O direito à memória. Patrimônio e Cidadania*. / DPH. São Paulo, 1992

PAULA, D. A. O futuro traído pelo passado: A produção do esquecimento sobre as ferrovias brasileiras. In: FENELON D. R. e outros. *Muitas memórias outras histórias*. S. P. Olho d'água., 2004, p. 42-67

PAULA, D. A. *A cidade submersa – o processo de destruição de São João Marcos (1930 – 1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. (Dissertação Mestrado)

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e Natureza: Os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, no. 51, p. 115-140, 2006.

PELEGRINI, Sandra C.. A sociabilidade feminina nos palcos brasileiros – um destaque à produção de Leilah Assunção. In: *Estudos Históricos* no. 28 – Sociabilidades. Rio de Janeiro: FVG, 2001.

PELEGRINI, Sandra C. História, cultura e patrimônio – Os solares urbanos do século XIX. In: *Varia História*. Belo Horizonte- MG: Editora da UFMG, 2003.

PELEGRINI, Sandra C. A paisagem urbana de Maringá expressa em distintas representações pictóricas da cidade. In: PELEGRINI, Sandra C. A. & ZANIRATO, Silvia H. *Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica*. Maringá: EDUEL, 2005, p.120-140.

PELEGRINI, Sandra C. A. & ZANIRATO, Silvia H. *Dimensões da Imagem. Interfaces teóricas e metodológicas*. Maringá: EDUEL, 2005.

PESAVENTO, Sandra J.. *O imaginário da cidade. Visões literárias do urbano*. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999.

PESAVENTO, Sandra. « Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades », *Coloquio, Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Número 4 - 2004, mis en ligne le 4 février 2005, référence du 17 novembre 2006, disponible sur : <http://nuevomundo.revues.org/document229.html>.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(10), 1989. *Memória, silêncio, esquecimento*. Estudos Históricos, v.2, n.3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana 29 de junho de 1994): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína & MORAES, Marieta (org). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas. 1999

PORTELLI, Alessandro. A. Tentando aprender um pouquinho sobre historia oral. In: *Projeto Historia*. São Paulo. Educ., nº. 15, abril1997.

PROJETO PROCAD In: PAULA, D. A. O futuro traído pelo passado: A produção do esquecimento sobre as ferrovias brasileiras. In: FENELON D. R. e outros. Muitas memórias outras histórias. S. P. Olho d'água., 2004, p. 42-67

RIBEIRO, Ronaldo. *O lago da Memória. Os Caminhos da Terra*. São Paulo: Ed. Azul, outubro 1997.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Memória do Concreto: Vozes na construção de Itaipu*. (Dissertação de Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica. São Paulo. 1999.

RODRIGUES, Maria José Rezende. *As transformações ocorridas no município de Guaíra com a formação do lago de Itaipu*. (Monografia de especialização em Geografia)- Guarapuava, 1991.

ROSÁRIO, Claudia Cerqueira do. O lugar mítico da memória. *Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas - Ano 01, número 01, 2002*. Disponível em site <http://www.unirio.br/morpheusonline/Numero01-2000/claudiarosario.htm>. Acesso em dezembro de 2004

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "História das paisagens". In: *Domínios da História*. (org.) CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOARES, Daniella Feteira. *Paisagem e memória: dos Saltos de Sete Quedas ao lago de Itaipu*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPPUR, 2001.

SANTANA, Charles D'Almeida. *Fatura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano emigrações – Bahia (1950- 80)*. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Ana Paula dos. *Um Salto ao Passado: Memórias das Sete Quedas*. UNIOESTE, 1999. (TCC).

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Célia F. de e PESAVENTO, Sandra J. (org.). *Imagens Urbanas. Os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1997.

SOUZA, José Martins de. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

SOUZA, Edson Belo Clemente. *Os efeitos sociais provocados pela construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional*. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 1992, p. 42.

SAMUEL, Raphael. Teatros da Memória, In: *Projeto história 4*. São Paulo: Educ. 1989: 44.

SHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TANNO, Janete Leiko. *Dimensões da sociabilidade e da cultura: Espaços Urbanos, formas de convívio e Lazer na cidade de Assis (1920-1945)*. Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – Faculdade de Ciências e Letras, 2003.

THOMPSON, Paul. 1992. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

THOMPSON E. P. *A miséria da teoria e um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

THOMPSON E. P. O tempo, a disciplina no trabalho e o capitalismo industrial. In: SILVA T. Tadeu (org). *Trabalho, Educação e Prática Social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

THOMPSON E. P. *A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998. b

THOMSON, A. e outros. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1998.

THOMSON, A.Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História*. PUC-SP (15) 1997. p. 51-83.

TUAN, Yi - Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

VIEIRA, N. do P.A. PEIXOTO, M. do R da C., KHOURY, Yara Maria Aun. *A Pesquisa em História*, 3º ed. São Paulo: ed. Ótica, 1995.

ZIENTARA, Bendicikt. Fronteira. *Enciclopédia Einauldi-Estado e Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da moeda, v.14, p.317,1989.

ANEXO

ANEXO I - CARTA PROTESTO DO QUARUP DAS SETE QUEDAS

CARTA PROTESTO DO QUARUP DAS SETE QUEDAS

Sete Quedas vai acabar. No dia 20 de outubro as comportas de Itaipu serão fechadas e, 18 dias depois, a obra que a natureza levou milhões de anos para construir não existirá mais. Em seu lugar, haverá um grande Lago de 1350 quilômetros quadrados. Isso é bom ou mau para o Brasil? É bom ou mau para os brasileiros? Quanto vai custar? Quem vai pagar? Quem vai lucrar com isso? O que representa essa obra para a natureza e o homem? Uma obra dessas proporções era a melhor opção.

Itaipu, que em guarani quer dizer “pedra que canta”, terá uma barragem de 185 metros de altura, equivalente a um edifício de 62 andares e o reservatório da usina será três vezes maiores que a baía de Guanabara. Tudo nessa Usina é superlativo. O volume de concreto empregado daria para construir 160 estádios do tamanho do Maracanã.

Os custos sociais, econômicos e ecológicos têm o mesmo gigantismo. Ao final da operação da formação do Lago artificial, estarão perdidos 111.332 hectares de terras mais férteis do Paraná, onde eram produzidas 200 mil toneladas de produtos agrícolas por ano, com potencial de crescer até 700 mil em poucos anos.

O preço

Oito mil famílias, num total de 42 mil pessoas, inclusive 80 famílias remanescentes dos últimos guaranis, foram expulsas de suas terras, sem terem recebido indenização adequada ou sem terem para onde ir.

A usina causou 18 bilhões de dólares, que certamente estão pesando na dívida externa e contribuindo para aumentar a inflação que corrói nossos salários. Segundo a revista “Time”, citada pelo “O Estado de São Paulo” de 17 de março de 1981 “companhias de eletricidade (ilegível) mais de 140 milhões de dólares em “presentes e gorjetas” para garantir a sua fatia na construção de Itaipu”.

Sob o lago ficarão 70 espécies de mamíferos, 252 espécies de aves, 1600 espécies de insetos, e 129 espécies de peixes. Ficarão submersos para sempre também 208 sítios arqueológicos cujos vestígios abrangem um período de oito mil anos.

Militarismo e Desperdício

Do ponto de vista da segurança nacional, Itaipu incuba posições militaristas,, constituindo-se numa verdadeira bomba, contra os países vizinhos. Segundo o economista Paulo Schilling, “essa usina é uma das armas mais sinistras da História”. A água dos dois mil quilômetros de Itaipu equivale a um cubo de 30 km de lado que, se arrebentar ou for arrebentado, inunda 2/3 da Argentina e Paraguai, com milhões de mortes.

E para que tudo isso? Só em São Paulo, segundo cálculos recentes, sobrarão 5 milhões de quilowatts (previsão para 1981) com 145 bilhões de cruzeiros de perdas de receitas para a CESP. Conclui-se então que foram gastos milhões de dólares em usina a espera de mercado. Se a isso forem acrescentados os números projetados para energia gerada pelas usinas nucleares (que esperamos nunca venham a funcionar) seremos o país de maior desperdício de energia do mundo. Só que estaremos pagando, e caro, por cada um desses quilowatts.

É inacreditável que um projeto como esse não tenha sido discutido a nível nacional. Nem as associações de classe, profissionais ou especialistas foram consultados, muito menos a população atingida. O projeto foi elaborado no mais absoluto sigilo durante o governo Médici que, como todos se lembram, nos legou também a Transamazônica, nas mesmas condições. Havia inclusive, um outro projeto de autoria do engenheiro Marcondes Ferraz, que previa a construção de uma usina, de menores proporções, antes de Sete Quedas, que evitaria seu desaparecimento. O potencial hidrelétrico poderia ter sido aproveitado como menos danos ecológicos, menores custos cujos vestígios abrangem um período de oito mil anos e maior participação da tecnologia nacional.

O que fazer?

A implantação da Usina de Itaipu sem consulta ao povo brasileiro foi um ato de autoritarismo. Acreditamos que a preservação de nossa flora, fauna, rios mares, e florestas deve se dar a qualquer custo, pois são bens nacionais e sem eles não sobreviveremos. E qualquer exploração desses recursos deve passar pelo debate público e estar adequada a um planejamento, subordinado aos interesses da maioria da população e não de grupos econômicos nacionais, ou multinacionais.

Nós sabemos que já perdemos Sete Quedas. A usina está pronta e o alagamento vai começar. Mas até quando coisas desse tipo vão continuar acontecendo? –Enquanto nós deixarmos.

Sete Quedas vai morrer. Mas vai renascer lá mesmo no Quarup, que é uma festa indígena que imortaliza o defunto. Vamos fazer um “Quarup de branco”, um acampamento de protesto ecológico. O fim de Sete Quedas não vai passar despercebido. Nós vamos estar lá para denunciá-lo e tentar evitar a repetição dessa barbaridade que já está sendo armada em Tucuru, Lagoa dos Patos, no Pantanal, e em Peruíbe Angra com construção de usinas atômicas.

Pretendemos transformar esse, acampamento com gente de todo o Brasil num imenso painel de devastação e da destruição de nosso país. Mas também em painel das lutas contra isso. Lutas que se podem unir, porque os problemas têm as mesmas causas e os nossos objetivos são os mesmos.⁷⁸

⁷⁸ Adeus Sete Quedas: Sete Quedas viverá até debaixo d'água. *Jornal Ilha Grande*, 31/07/1982. (Arquivo do Jornal Ilha Grande).